

EXEMPLAR ÚNICO



República Federativa do Brasil



EXEMPLAR ÚNICO

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

EXEMPLAR ÚNICO

<p>MESA Presidente Antonio Carlos Magalhães – PFL – BA</p> <p>1º Vice-Presidente Geraldo Melo – PSDB – RN</p> <p>2º Vice-Presidente Júnia Marise – Bloco – MG</p> <p>1º Secretário Ronaldo Cunha Lima – PMDB – PB</p> <p>2º Secretário Carlos Patrocínio – PFL – TO</p> <p>3º Secretário Flaviano Melo – PMDB – AC</p> <p>4º Secretário Lucídio Portella – PPB – PI</p> <p>Suplentes de Secretário</p> <p>1ª – Emília Fernandes – PTB – RS 2ª – Lúdio Coelho – PSDB – MS 3ª – Joel de Hollanda – PFL – PE 4ª – Marluce Pinto – PMDB – RR</p>	<p>PROCURADORIA PARLAMENTAR (Designação: 16 e 23-11-95) Nabor Júnior – PMDB – AC Waldeck Omelas – PFL – BA Emília Fernandes – PTB – RS José Ignácio Ferreira – PSDB – ES Lauro Campos – Bloco – DF</p> <p>LIDERANÇA DO GOVERNO</p> <p>Líder Elcio Alvares – PFL – ES</p> <p>Vice-Líderes José Roberto Arruda – PSDB – DF Wilson Kleinübing – PFL – SC Ramez Tebet – PMDB – MS</p> <p>LIDERANÇA DO PFL Líder Hugo Napoleão</p> <p>Vice-Líderes Edison Lobão Francelino Pereira Gilberto Miranda Romero Jucá Romeu Tuma</p>	<p>LIDERANÇA DO PSDB</p> <p>Líder Sérgio Machado</p> <p>Vice-Líderes José Ignácio Ferreira Lúdio Coelho</p> <p>LIDERANÇA DO BLOCO DE OPOSIÇÃO</p> <p>Líder José Eduardo Dutra</p> <p>Vice-Líderes Sebastião Rocha Antônio Carlos Valadares Roberto Freire</p>
<p>CORREGEDORIA PARLAMENTAR Corregedor (Eleito em 16-3-95) Romeu Tuma – PFL – SP</p> <p>Corregedores – Substitutos (Eleitos em 16-3-95) 1º Senador Ramez Tebet – PMDB – MS 2º Senador Joel de Hollanda – PFL – PE 3º Senador Lúcio Alcântara – PSDB – CE</p>	<p>LIDERANÇA DO PMDB Líder Jáder Barbalho</p> <p>Vice-Líderes Nabor Júnior Gerson Camata Carlos Bezerra Ney Suassuna Gilvam Borges Fernando Bezerra</p>	<p>LIDERANÇA DO PPB</p> <p>Líder Epitácio Cafeteira</p> <p>Vice-Líderes Leomar Quintanilha Esperidião Amin</p> <p>LIDERANÇA DO PTB</p> <p>Líder Valmir Campelo</p> <p>Vice-Líder Regina Assumpção</p>

<p>EXPEDIENTE</p>		
AGACIEL DA SILVA MAIA Diretor-Geral do Senado Federal	RAIMUNDO CARREIRO SILVA Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal	DIÁRIO DO SENADO FEDERAL
CLAUDIONOR MOURA NUNES Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações	MANOEL MENDES ROCHA Diretor da Subsecretaria de Ata	Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, nº 31 RISF)
JÚLIO WERNER PEDROSA Diretor da Subsecretaria Industrial	DENISE ORTEGA DE BAERE Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia	

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 15ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 10 DE MARÇO DE 1997

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Mensagem do Presidente da República

Nº 71, de 1997 (nº 288/97, na origem), de 7 do corrente, submetendo à apreciação do Senado o nome do Doutor Nelson Azevedo Jobim, para exercer o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro José Francisco Rezek.

05305

1.2.2 – Projetos recebidos da Câmara dos Deputados

Projeto de Decreto Legislativo nº 24, de 1997 (nº 378/97, Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Complementação Econômica entre o Mercosul e a Bolívia, celebrado durante a última reunião do Conselho do Mercosul, realizada em Fortaleza, nos dias 16 e 17 de dezembro de 1996.

05306

Projeto de Decreto Legislativo nº 25, de 1997 (nº 347/96, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção Internacional de Combate à Desertificação nos Países Afetados por Desertificação e/ou Seca, assinada pelo Governo Brasileiro, em Paris, em 15 de outubro de 1994.

05306

Projeto de Decreto Legislativo nº 27, de 1997 (nº 369/96, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo, por troca de Notas, relativo a um empréstimo japonês concedido aos Estados de Santa Catarina, Paraná, Bahia e Ceará para Projetos Ambientais, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Japão, em Brasília, em 26 de agosto de 1996.

05350

Projeto de Decreto Legislativo nº 28, de 1997 (nº 379/96, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Convênio Constitutivo do Banco de Compensações Internacionais – BIS, referente à adesão do Banco Central do Brasil, em nome do Governo Brasileiro, como membro associado àquela instituição internacional.

05357

1.2.3 – Comunicações da Presidência

Abertura de prazo de quinze dias à Representação Brasileira na Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, para que emita, prelimi-

narmente, relatório ao Projeto de Decreto Legislativo nº 24, de 1997, lido anteriormente, findo o qual será encaminhado à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

05405

Abertura de prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas aos Projetos de Decreto Legislativo nºs 25, 27 e 28, de 1997, lidos anteriormente, findo o qual a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional terá quinze dias úteis, prorrogáveis por igual período, para opinar sobre as proposições.

05405

Recebimento da Mensagem nº 70, de 1997, (nº 276/97, na origem), de 5 do corrente, pela qual o Senhor Presidente da República solicita a retirada do Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 1997 (nº 1.863/91, na Casa de origem), de iniciativa do Poder Executivo, que dá nova redação ao inciso I do artigo 10 da Lei nº 6.032, de 15 de dezembro de 1975, que dispõe sobre as promoções dos oficiais da ativa do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, e dá outras providências.

05405

Término do prazo para recebimento de emendas aos Projeto de Lei do Senado nº 73, de 1996, Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 1996, e Projeto de Lei do Senado nº 142, de 1996, sendo que ao Projeto de Lei do Senado nº 73, de 1996 e ao Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 1996, foram oferecidas 1 e 2 emendas, respectivamente, e ao Projeto de Lei do Senado nº 142, de 1996, não foram oferecidas emendas.

05405

Recebimento do Aviso nº 196/97, de 27 de fevereiro último, do Tribunal de Contas da União, encaminhando, em atendimento à solicitação da Comissão Temporária destinada a investigar as obras não concluídas custeadas pela União e examinar sua situação, dados sobre a construção da ponte de Porto Alencastro, divisa Minas Gerais/Mato Grosso do Sul, na BR-497-MG, registrados no Relatório de Auditoria realizada pela Secretaria do TCU em Minas Gerais (Processo Nº TC 375.079/96-3).

05407

Recebimento de manifestações do Banco Central do Brasil, referentes às seguintes matérias:

Ofício nº S/26, de 1997 (nº 534/97, na origem), de 7 do corrente, encaminhando solicitação do Governo do Estado de São Paulo, para que possa emitir Letras Financeiras do Tesouro do Estado de São Paulo – LFTP, cujos recursos

serão destinados ao giro da dívida mobiliária, vencível em março de 1997. 05407

Ofício nº S/27, de 1997 (nº 535/97 na origem), de 7 do corrente, encaminhando solicitação do Governo do Estado de Sergipe, para que possa emitir Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Sergipe – LFTSE, cujos recursos serão destinados ao giro da dívida mobiliária, vencível no 1º semestre de 1997. 05407

1.2.4 – Ofícios

Nº 69/97, de 6 do corrente, da Liderança do PMDB no Senado Federal, de substituição de membros na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do Requerimento nº 1.101, de 1996, destinada a apurar responsabilidades relacionadas à autorização, emissão e negociação de títulos públicos, estaduais e municipais, nos exercícios de 1995 e 1996. 05408

Nºs 338, 340, 342, 344, 352 e 356/97, de 5 e 6 do corrente, da Liderança do PFL na Câmara dos Deputados, de substituição de membros nas Comissões Mistas destinadas a apreciar as Medidas Provisórias nºs 1.531-3, 1.550-36, 1.558-4, 1.464-18, 1.552-10, e 1.568, de 1997, respectivamente. 05408

1.2.5 – Discursos do Expediente

SENADOR EDISON LOBÃO – Anúncio dado pelo Ministro Pedro Malan em Buenos Aires, de que o governo brasileiro não irá reeditar a medida provisória que garante novos incentivos fiscais às montadoras que se instalarem no Norte e Nordeste do País. 05409

SENADOR NABOR JÚNIOR – Aflição de S. Exa. com o estado de calamidade pública em que se encontram os Município de Rio Branco,

Sena Madureira e Assis Brasil, no Acre, em virtude das cheias que ocorrem naquele estado. 05411

SENADOR VALMIR CAMPELO – Reforma do Judiciário como forma de modernizar e agilizar a justiça no Brasil. Proposta de emenda à Constituição, de autoria do Senador Ronaldo Cunha Lima, em tramitação no Senado, que institui o efeito vinculante, padronizando as interpretações nos diversos níveis da Magistratura. 05413

1.2.6 – Designação da Ordem do Dia da próxima sessão

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – RETIFICAÇÃO

Ata da 13ª Sessão Não Deliberativa, realizada em 6 de março de 1997 (Publicada no DSF, de 7 de março de 1997) 05416

3 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, EM 10-3-97.

4 – ATO DO PRESIDENTE

Nº 112, de 1997 05416

5 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 372 e 374, de 1997 05417

6 – MESA DIRETORA

7 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

8 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

9 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

10 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

11 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

12 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (SEÇÃO BRASILEIRA)

Ata da 15ª Sessão Não Deliberativa em 10 de março de 1997

3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 50ª Legislatura

Presidência dos Srs.: Antonio Carlos Magalhães, Flaviano Melo e Valmir Campelo.

(Inicia-se a sessão às 14h30min)

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Nabor Júnior.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE MENSAGEM

DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA MENSAGEM Nº71, DE 1997 (Nº 288/97, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do artigo 52, inciso III, da Constituição Federal, submeto à consideração do Senado Federal o nome do Doutor Nelson Azevedo Jobim, para exercer o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro José Francisco Rezek.

Os méritos do Doutor Nelson Azevedo Jobim, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função, constam do anexo "**Curriculum Vitae**".

Brasília, 7 de março de 1997. – **Fernando Henrique Cardoso**.

Curriculum Vitae

NELSON AZEVEDO JOBIM

I. DADOS PESSOAIS

1. Profissão: Advogado e Professor Universitário
2. Nascimento: 12 de abril de 1946, Santa Maria, RS
3. Filiação: Hélio Jobim e Namy Azevedo Jobim

II. ESTUDOS E GRAUS UNIVERSITÁRIOS

1. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS, (1964-1968).
2. Curso de Mestrado em Filosofia Contemporânea (Filosofia Analítica e Lógica Matemática, na Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria/RS (1982-1984).

III. MANDATOS ELETIVOS

1. Deputado Federal (Constituinte), legislatura 1987/1991, pelo PMDB/RS.

2. Deputado Federal, legislatura 1991/1995, pelo PMDB/RS.

IV. – ATIVIDADES PARLAMENTARES

1. Relator Substituto na Elaboração do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte (1987).
2. Membro da Comissão de Sistematização da Assembléia Nacional Constituinte (1987/1988).
3. Relator-Adjunto da Comissão de Sistematização da Assembléia Nacional Constituinte.
4. Líder do PMDB na Assembléia Nacional Constituinte (1988).
5. Relator da Comissão Especial de Elaboração de Ante-Projeto de Regimento Interno da Câmara dos Deputados, 1988.
6. Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação da Câmara dos Deputados, 1989.
7. Vice-Líder do PMDB na Câmara dos Deputados 1990.
8. Relator da Comissão Especial de Reestruturação da Câmara dos Deputados, 1991.
9. Relator da Comissão Especial relativa à denúncia contra o Sr. Presidente da República, Fernando Collor de Mello, por prática de crime de responsabilidade, 1992.
10. Relator da Revisão Constitucional, 1993/1994.

V. CARGO NO PODER EXECUTIVO

1. Ministro de Estado da Justiça do Governo Fernando Henrique Cardoso.

VI. OUTRAS INFORMAÇÕES

1. Presidente da Subseção de Santa Maria/RS, da Ordem dos Advogados, 1977/1978.
2. Vice-Presidente do Conselho Seccional do Rio Grande do Sul da Ordem dos Advogados do Brasil, 1985/1986.
3. Membro do Instituto dos Advogados do Rio Grande do Sul.
4. Membro do Instituto dos Advogados Brasileiros.
5. Ex-Professor Adjunto no Departamento de Direito da Universidade Federal de Santa Maria – RS, onde lecionou Direito Processual Civil, Introdução à Ciência do Direito e Filosofia do Direito.
6. Professor Adjunto III da Fundação Universidade de Brasília (UNB), nas disciplinas Direito Constitucional IV no curso de mestrado em Direito e Teoria Geral do Processo II na graduação em Direito.
7. Ex-Professor da Escola Superior de Magistratura da Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul, cadeira de Direito Processual Civil, 1980/1986.

8. Ex-Professor da Escola Superior do Ministério Público da Associação Ministério Público do Rio Grande do Sul, na cadeira de Direito Processual Civil, até 1986.

VII. MISSÕES NO EXTERIOR

1. Chefe da Delegação Brasileira na Conferência Ministerial sobre Lavagem de Dinheiro e Produtos da Atividade Criminosa, Buenos Aires–Argentina, em 1º de dezembro de 1995.

2. Palestrante no Simpósio Internacional sobre Desenvolvimento Sustentável, Floresta Amazônica e o Papel do Direito, Universidade do Texas–EUA, em 29 de fevereiro de 1996.

3. Membro da Delegação Brasileira na 52ª Sessão da Comissão de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas, Genebra–Suíça, em 25 de março de 1996.

4. Chefe da Delegação Brasileira na V Conferência dos Ministros da Justiça dos Países de Língua Oficial Portuguesa, Maputo–Moçambique, 10 de maio de 1996.

5. Agraciado com o diploma de Professor Extraordinário e membro do Instituto de Direito Comparado e da Integração da Universidade Notarial Argentina, em 12 de junho de 1996.

6. Chefe da Delegação Brasileira na III Reunião Ministerial Americana sobre Infância e Política Social, Santiago do Chile, em 8 de agosto de 1996.

7. Integrante da comitiva presidencial na viagem à República Italiana, ocasião em que foi firmado o Acordo para Combate às Drogas e ao Crime Organizado, Roma–Itália, 12 de fevereiro de 1997.

VIII. MEDALHAS E CONDECORAÇÕES

1. Grande Oficial do Mérito Judiciário do Trabalho, outorgada pelo Tribunal Superior do Trabalho, em 11 de agosto de 1989.

2. Comenda do Mérito Universitário, outorgada pela Universidade Santa Maria, em 29 de setembro de 1989.

3. Grande Oficial da Ordem do Congresso Nacional, Brasília, em 17 de dezembro de 1990.

4. Grã-Cruz da Ordem do Mérito de Tocantins, outorgada pelo Governo do Estado, em 9 de março de 1991.

5. Medalha Mérito Tamandaré, outorgada pelo Ministério da Marinha, em 13 de dezembro de 1992.

6. Grande Oficial da Ordem de Rio Branco, outorgada pelo Presidente da República, em 26 de abril de 1993.

7. Grande Oficial da Ordem do Mérito Naval, outorgada pelo Presidente da República, em 11 de junho de 1993.

8. Condecoração de Alta Distinção da Ordem do Mérito Judiciário Militar, outorgada pelo Superior Tribunal Militar, em 6 de abril de 1994.

9. Ordem do Mérito Militar, outorgada pelo Ministério do Exército, em 16 de agosto de 1995.

10. Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho, outorgada pelo Tribunal Superior do Trabalho, em 5 de setembro de 1995.

11. Ordem do Mérito do Estado-Maior das Forças Armadas, em 27 de fevereiro de 1995.

12. Grã-Cruz da Ordem do Mérito Judiciário Militar, outorgada pelo Superior Tribunal Militar, em 1º de abril de 1996.

13. Grã-Cruz no quadro suplementar da Ordem de Rio Branco, outorgada pelo Presidente da República, em 30 de abril de 1996.

14. Grande-Oficial da Ordem do Mérito Aero-náutico, em 23 de outubro de 1996.

15. Grã-Cruz da Ordem do Mérito Marechal Rondon, outorgada pelo Governo do Estado de Rondônia, em 28 de fevereiro de 1997.

Brasília, 7 de março de 1997. – **Nelson Azevedo Jobim.**

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

PROJETOS

RECEBIDOS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

(*) Projeto de Decreto Legislativo nº 24, de 1997 (nº 378/97, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Complementação Econômica entre o Mercosul e a Bolívia, celebrado durante a última reunião do Conselho do Mercosul, realizada em Fortaleza, nos dias 16 e 17 de dezembro de 1996.

(*) Será publicado em suplemento à presente edição

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 25, DE 1997

(Nº 347/96, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto da Convenção Internacional de Combate à Desertificação nos Países Afetados por Desertificação e/ou Seca, assinada pelo Governo Brasileiro em Paris, em 15 de outubro de 1994.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto da Convenção Internacional de Combate à Desertificação nos Países Afetados por Desertificação e/ou Seca, assinado pelo Governo Brasileiro, em Paris, em 15 de outubro de 1994.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão da referida Convenção, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 697, DE 1996

Senhores Membros do Congresso Nacional,

De conformidade com o disposto no artigo 49, inciso I, da Constituição Federal, submeto à elevada consideração de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado, Interino, das Relações Exteriores, o texto da Convenção Internacional de Combate à Desertificação nos Países Afetados por Desertificação e/ou Seca, assinado pelo Governo brasileiro em Paris, em 15 de outubro de 1994

Brasília, 24 de julho de 1996

**EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº 338, DE 18 DE JULHO DE 1996,
DO SR. MINISTRO DE ESTADO, INTERINO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Elevo à consideração de Vossa Excelência o anexo projeto de Mensagem pela qual se submete ao referendo do Congresso Nacional o texto da "Convenção Internacional de Combate à Desertificação nos Países Afetados por Desertificação e/ou Seca", assinado pelo Governo brasileiro em Paris, em 15 de outubro de 1994, ao término da V Sessão do Comitê Intergovernamental Negociador para a Elaboração de uma Convenção Internacional de Combate à Desertificação (CIN-d). Até o momento, a Convenção já foi ratificada por 31 países e deve entrar em vigor no ano de 1997, quando realizar-se-á a primeira Conferência das Partes.

2. A Convenção representa o resultado de longo e complexo processo negociador, no qual a Delegação brasileira teve ativa participação, orientada por nossos interesses específicos na matéria. Procurou a Delegação brasileira enfatizar o caráter global do problema da desertificação, de modo a garantir que os mecanismos previstos pela Convenção beneficiassem todas as regiões do planeta. A atuação dos negociadores brasileiros visou, igualmente, a garantir um maior comprometimento dos países desenvolvidos no combate à desertificação, tanto no que se refere a recursos financeiros como à transferência de tecnologia.

3. Embora reflita a falta de vontade política dos países desenvolvidos em assumir um nível adequado de comprometimento e o conseqüente desequilíbrio de responsabilidades atribuídas àqueles países e aos países em desenvolvimento, o texto final da Convenção

tem aspectos bastante positivos. Trata-se do instrumento jurídico onde estão mais evidentes os aspectos sócio-econômicos do processo de desenvolvimento sustentável, tendo sido reconhecida a importância do combate à pobreza, da melhor distribuição dos benefícios do desenvolvimento e do atendimento às necessidades de saúde e bem estar das populações afetadas pela desertificação. A Convenção propicia, ademais, a construção de um sistema internacional de cooperação que poderá aliviar o sofrimento de milhões de seres humanos.

Respeitosamente,



SEBASTIÃO DO REGO BARROS
Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores

CONVENÇÃO INTERNACIONAL DE COMBATE

À

DESERTIFICAÇÃO NOS PAÍSES AFETADOS

POR SECA GRAVE E/OU DESERTIFICAÇÃO,

PARTICULARMENTE NA ÁFRICA

As Partes nesta Convenção:

Reconhecendo que os seres humanos das áreas afetadas ou ameaçadas estão no centro das preocupações do combate à desertificação e da mitigação dos efeitos da seca,

Refletindo a preocupação urgente da comunidade internacional, incluindo os Estados e as Organizações Internacionais, acerca dos impactos adversos da desertificação e da seca,

Conscientes de que as zonas áridas, semi-áridas e sub-húmidas secas constituem uma proporção considerável da superfície emersa da Terra e constituem *habitat* e fonte de sustento de uma grande parte da população mundial,

Reconhecendo ainda que a desertificação e a seca são problemas de dimensão global na medida em que afetam todas as regiões do Globo e que se torna necessária uma ação conjunta da comunidade internacional para combater a desertificação e/ou mitigar os efeitos da seca,

Observando a elevada concentração de países em desenvolvimento, em particular os menos avançados entre aqueles mais afetados por seca grave e/ou desertificação, e as consequências particularmente trágicas destes fenômenos na África,

Observando também que a desertificação é causada por uma interação complexa de fatores físicos, biológicos, políticos, sociais, culturais e econômicos,

Considerando o impacto do comércio e de aspectos relevantes das relações econômicas internacionais na capacidade dos países afetados combaterem eficazmente a desertificação,

Conscientes de que o crescimento econômico sustentado, o desenvolvimento social e a erradicação da pobreza são prioridades dos países em desenvolvimento afetados, particularmente os africanos, e de que são essenciais à satisfação dos objetivos de sustentabilidade,

Tendo em mente que a desertificação e a seca afetam o desenvolvimento sustentável através das suas interações com importantes problemas sociais, tais como a pobreza, a má situação sanitária e nutricional, a insegurança alimentar, e aqueles que decorrem da migração, da deslocação forçada de pessoas e da dinâmica demográfica,

Manifestando apreço pela importância dos esforços realizados e pela experiência acumulada pelos Estados e Organizações Internacionais no combate à desertificação e na mitigação dos efeitos da seca particularmente através da implementação do Plano de Ação das Nações Unidas para o Combate à Desertificação, que foi adotado pela Conferência das Nações Unidas sobre Desertificação, em 1977,

Tomando consciência de que, apesar dos esforços anteriores, o progresso no combate à desertificação e na mitigação dos efeitos da seca não atingiu as expectativas e de que uma abordagem nova e mais eficaz é necessária a todos os níveis no quadro do desenvolvimento sustentável,

Reconhecendo a validade e a relevância das decisões adotadas pela Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento, particularmente a Agenda 21 e o seu capítulo 12, os quais fornecem uma base para o combate à desertificação,

Reafirmando, neste contexto, os compromissos assumidos pelos países desenvolvidos conforme o disposto no número 13 do capítulo 33 da Agenda 21,

Recordando a resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas no 47/188, em particular a prioridade que nela é atribuída à África, e todas as demais resoluções, decisões e programas pertinentes das Nações Unidas, bem como declarações que, a propósito, foram feitas por países Africanos e países de outras regiões,

Reiterando a Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento em cujo Princípio 2 se estabelece que os Estados tem, de acordo com a Carta das Nações Unidas e os princípios do direito Internacional, o direito soberano a explorar os seus próprios recursos de acordo com as suas políticas ambientais e de desenvolvimento, bem como a responsabilidade de assegurar que as atividades sob sua jurisdição ou controle não causarão danos ao meio ambiente de outros Estados ou áreas situadas fora dos limites da sua jurisdição,

Reconhecendo que os governos desempenham um papel fundamental no combate à desertificação e na mitigação dos efeitos da seca e que o progresso nestas áreas depende da implementação de programas de ação, a nível local, nas áreas afetadas,

Reconhecendo também a importância e a necessidade de cooperação internacional e de parceria no combate à desertificação e na mitigação dos efeitos da seca,

Reconhecendo ainda a importância de que sejam proporcionados aos países em desenvolvimento afetados, particularmente na África, meios eficazes, entre os quais recursos financeiros substanciais, incluindo recursos novos e adicionais, e acesso a tecnologia, sem o que lhes será muito difícil implementar plenamente os compromissos que para eles decorrem desta Convenção,

Preocupadas com o impacto da desertificação e da seca nos países afetados na Ásia Central e na Transcaucásia,

Sublinhando o importante papel desempenhado pela mulher nas regiões afetadas pela desertificação e/ou seca particularmente nas zonas rurais dos países em desenvolvimento, e a importância em assegurar, em todos os níveis, a plena participação de homens e mulheres nos programas de combate à desertificação e de mitigação dos efeitos da seca,

Destacando o papel especial desempenhado pelas organizações não-governamentais e outros grupos importantes no combate à desertificação e na mitigação dos efeitos da seca,

Tendo presente a relação existente entre a desertificação e outros problemas ambientais de dimensão global enfrentados pelas comunidades internacional e nacionais,

Tendo também presente que o combate à desertificação pode contribuir para atingir os objetivos da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, da Convenção sobre a Diversidade Biológica e de outras Convenções ambientais,

Cientes de que as estratégias de combate à desertificação e mitigação dos efeitos da seca terão a sua máxima eficácia se baseadas numa observação sistemática adequada e num conhecimento científico rigoroso e se estiverem sujeitas a uma reavaliação contínua,

Reconhecendo a necessidade urgente de melhorar a eficácia e a coordenação da cooperação internacional para facilitar a implementação dos planos e Prioridades nacionais,

Decididas a tomar as medidas adequadas ao combate à desertificação e à mitigação dos efeitos da seca para benefício das gerações presentes e futuras,

Acordaram no seguinte:

PARTE I

INTRODUÇÃO

Artigo 1º

Termos utilizados

Para efeitos da presente Convenção:

(a) Por "desertificação" entende-se a degradação da terra nas zonas áridas, semi-áridas e sub-húmidas secas, resultantes de vários fatores, incluindo as variações climáticas e as atividades humanas;

(b) Por "combate à desertificação" entendem-se as atividades que fazem parte do aproveitamento integrado da terra nas zonas áridas, semi-áridas e sub-húmidas secas com vistas ao seu desenvolvimento sustentável, e que têm por objetivo:

- (i) A prevenção e/ou redução da degradação das terras,
- (ii) A reabilitação de terras parcialmente degradadas, e
- (iii) A recuperação de terras degradadas,

(c) Por "seca" entende-se o fenômeno que ocorre naturalmente quando a precipitação registrada é significativamente inferior aos valores normais, provocando um sério desequilíbrio hídrico que afeta negativamente os sistemas de produção dependentes dos recursos da terra;

(d) Por "mitigação dos efeitos da seca" entendem-se as atividades relacionadas com a previsão da seca e dirigidas à redução da vulnerabilidade da sociedade e dos sistemas naturais àquele fenômeno no que se refere ao combate à desertificação;

(e) Por "terra" entende-se o sistema bio-produtivo terrestre que compreende o solo, a vegetação, outros componentes do biota e os processos ecológicos e hidrológicos que se desenvolvem dentro do sistema;

(f) Por "degradação da terra" entende-se a redução ou perda, nas zonas áridas, semi-áridas e sub-húmidas secas, da produtividade biológica, ou econômica e da complexidade das terras agrícolas de sequeiro, das terras agrícolas irrigadas, das pastagens naturais, das pastagens semeadas, das florestas e das matas nativas devido aos sistemas de utilização da terra ou a um processo ou combinação de processos, incluindo os que resultam da atividade do homem e das suas formas de ocupação do território, tais como:

(i) A erosão do solo causada pelo vento e/ou pela água;

(ii) A deterioração das propriedades físicas, químicas e biológicas ou econômicas do solo, e

(iii) A destruição da vegetação por períodos prolongados;

(g) Por "zonas áridas, semi-áridas e sub-húmidas secas" entendem-se todas as áreas, com exceção das polares e das sub-polares, nas quais a razão entre a precipitação anual e evapotranspiração potencial está compreendida entre 0,05 e 0,65;

(h) Por "zonas afetadas" entendem-se as zonas áridas, semi-áridas e/ou sub-húmidas secas afetadas ou ameaçadas pela desertificação;

(i) Por "países afetados" entendem-se todos os países cujo território inclua, no todo ou em parte, zonas afetadas;

(j) Por "organização regional de integração econômica" entende-se qualquer organização constituída por estados soberanos de uma determinada região, com competência nas matérias abrangidas pela presente Convenção, e que tenha sido devidamente autorizada, de conformidade com o seu regimento interno, a assinar, ratificar, aceitar ou aprovar a Convenção ou a ela aderir;

(k) Por "países Partes desenvolvidos" entendem-se os países Partes desenvolvidos e as organizações econômicas regionais compostas por países desenvolvidos.

Artigo 2º

Objetivo

1 - A presente Convenção tem por objetivo o combate à desertificação e a mitigação dos efeitos da seca nos países afetados por seca grave e/ou desertificação, particularmente na África através da adoção de medidas eficazes em todos os níveis, apoiadas em acordos de cooperação internacional e de parceria, no quadro duma abordagem integrada, coerente com a Agenda 21, que tenha em vista contribuir para se atingir o desenvolvimento sustentável nas zonas afetadas

2 - A consecução deste objetivo exigirá a aplicação, nas zonas afetadas, de estratégias integradas de longo prazo baseadas simultaneamente, no aumento de produtividade da terra e na reabilitação, conservação e gestão sustentada dos recursos em terra e hídricos, tendo em vista melhorar as condições de vida, particularmente ao nível das comunidades locais.

Artigo 3º

Princípios

Para atingir os objetivos da presente Convenção e aplicar as suas disposições, as Partes guiar-se-ão, entre outros, pelos seguintes princípios:

a) As Partes deverão garantir que as decisões relativas a concepção e implementação dos programas de combate à desertificação e/ou mitigação dos efeitos da seca serão tomadas com a participação das populações e comunidades locais e que, nas instâncias

superiores de decisão, será criado um ambiente propício que facilitará a realização de ações aos níveis nacional e local;

b) As Partes deverão, num espírito de solidariedade internacional e de parceria, melhorar a cooperação e a coordenação aos níveis subregional, regional e internacional e concentrar os recursos financeiros, humanos, organizacionais e técnicos onde eles forem mais necessários;

c) As Partes deverão fomentar, num espírito de parceria, a cooperação a todos os níveis do governo, das comunidades, das organizações não governamentais e dos detentores da terra, a fim de que seja melhor compreendida a natureza e o valor do recurso terra e dos escassos recursos hídricos das áreas afetadas, e promovido o uso sustentável desses mesmos recursos; e

d) As Partes deverão tomar plenamente em consideração as necessidades e as circunstâncias particulares dos países Partes em desenvolvimento afetados, em especial os países de menor desenvolvimento relativo.

PARTE II

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 4º

Obrigações gerais

1 - As Partes cumprirão as obrigações contraídas ao abrigo da presente Convenção, individual ou conjuntamente, quer através de acordos bilaterais e multilaterais já existentes ou a celebrar, quer, sempre que apropriado, através da combinação de uns e de outros, enfatizando a necessidade de coordenar esforços e de desenvolver uma estratégia coerente de longo prazo em todos os níveis.

2 - Para se atingir o objetivo da presente Convenção, as Partes deverão:

a) Adotar uma abordagem integrada que tenha em conta os aspectos físicos, biológicos e socioeconômicos dos processos de desertificação e seca;

b) Dar a devida atenção, dentro das organizações internacionais e regionais competentes, à situação dos países Partes em desenvolvimento afetados com relação às trocas internacionais, aos acordos de comércio e à dívida, tendo em vista criar um ambiente econômico internacional favorável à promoção dum desenvolvimento sustentável;

c) Integrar as estratégias de erradicação da pobreza nos esforços de combate à desertificação e de mitigação dos efeitos da seca;

d) Promover, entre os países Partes afetados, a cooperação em matéria de proteção ambiental e de conservação dos recursos em terra e hídricos, na medida da sua relação com a desertificação e a seca;

e) Reforçar a cooperação subregional, regional e internacional;

f) Cooperar com as organizações intergovernamentais competentes;

g) Fazer intervir, quando for o caso, os mecanismos institucionais, tendo em conta a necessidade de evitar duplicações; e

h) Promover a utilização dos mecanismos e acordos financeiros bilaterais e multilaterais já existentes suscetíveis de mobilizar e canalizar recursos financeiros substanciais para o combate à desertificação e a mitigação dos efeitos da seca conduzidos pelos países Partes em desenvolvimento afetados.

3 - Os países Partes em desenvolvimento afetados reúnem condições de elegibilidade para poder receber apoio na implementação da Convenção

Artigo 5º

Obrigações dos países Partes afetados

Além das obrigações que sobre eles recaem, de acordo com o disposto no artigo 4º da Convenção, os países Partes afetados comprometem-se a:

- a) Dar a devida prioridade ao combate à desertificação e à mitigação dos efeitos da seca, alocando recursos adequados de acordo com as suas circunstâncias e capacidades;
- b) Estabelecer estratégias e prioridades no quadro dos seus planos e/ou políticas de desenvolvimento sustentável, tendo em vista o combate à desertificação e a mitigação dos efeitos da seca;
- c) Atacar as causas profundas da desertificação e dar especial atenção aos fatores sócio-econômicos que contribuem para os processos de desertificação;
- d) Promover a sensibilização e facilitar a participação das populações locais, especialmente das mulheres e dos jovens, nos esforços para combater a desertificação e mitigar os efeitos da seca, recorrendo ao apoio das organizações não-governamentais, e
- e) Criar um ambiente favorável, recorrendo, conforme for adequado, ao reforço da legislação pertinente em vigor e, no caso desta não existir, à promulgação de nova legislação e à elaboração de novas políticas e programas de ação a longo prazo.

Artigo 6º

Obrigações dos países Partes desenvolvidos

Além das obrigações que sobre eles recaem, de acordo com o disposto no artigo 4º da Convenção, os países Partes desenvolvidos comprometem-se a:

- a) Apoiar ativamente, de conformidade com o que tiverem acordado individual ou conjuntamente, os esforços dos países Partes em desenvolvimento afetados, particularmente os países africanos, e os de menor desenvolvimento relativo, que sejam dirigidos ao combate à desertificação e à mitigação dos efeitos da seca;
- b) Proporcionar recursos financeiros substanciais e outras formas de apoio aos países Partes em desenvolvimento afetados, particularmente os africanos, de modo que eles possam elaborar e implementar eficazmente os seus próprios planos e estratégias de longo prazo no combate à desertificação e na mitigação dos efeitos da seca;
- c) Promover a mobilização de recursos financeiros novos e adicionais de conformidade com a alínea b) do nº 2 do artigo 20º;
- d) Encorajar a mobilização de recursos financeiros oriundos do setor privado e de outras fontes não-governamentais; e
- e) Promover e facilitar o acesso dos países Partes afetados, particularmente aqueles em desenvolvimento, à tecnologia, aos conhecimentos gerais e aos conhecimentos técnicos adequados.

Artigo 7º

Prioridade à África

Ao implementar a presente Convenção, as Partes darão prioridade aos países africanos Partes afetados, à luz da situação particular prevalecente no respectivo continente, sem negligenciar os países Partes em desenvolvimento afetados de outras regiões.

Artigo 8º

Relações com outras Convenções

1 - As Partes encorajarão a coordenação das atividades desenvolvidas no âmbito da presente Convenção e ao abrigo de outros acordos internacionais de que sejam Partes, particularmente a Convenção Quadro sobre Mudanças Climáticas e a Convenção sobre a Diversidade Biológica, com a finalidade de maximizar as vantagens resultantes das atividades desenvolvidas ao abrigo de cada um desses acordos, evitando, simultaneamente, a duplicação de esforços. As Partes incentivarão a execução de programas conjuntos particularmente nas áreas da pesquisa, formação profissional, observação sistemática, coleta e intercâmbio de informação na medida em que essas atividades contribuam para se atingir os objetivos estabelecidos nos acordos em questão.

2 - As disposições da presente Convenção não afetam os direitos e obrigações que recaiam sobre qualquer das Partes em virtude de acordo bilateral, regional ou internacional a que essa mesma Parte estivesse ligada anteriormente à entrada em vigor, para si, da presente Convenção.

PARTE III**PROGRAMAS DE AÇÃO, COOPERAÇÃO CIENTÍFICA E TÉCNICA
E MEDIDAS DE APOIO****Seção I: Programas de ação**

Artigo 9º

Princípios básicos

1 - Ao cumprirem as obrigações previstas no artigo 5º da Convenção, os países Partes em desenvolvimento e qualquer outro país Parte afetado, no quadro do respectivo anexo de implementação regional ou que tenha notificado, por escrito, o Secretariado Permanente, elaborarão, darão conhecimento público e implementarão, conforme for apropriado, programas de ação nacionais - aproveitando, na medida do possível, os planos e programas existentes que tenham tido êxito na sua aplicação - programas de ação sub-regional e regional, como elemento central da sua estratégia de combate à desertificação e de mitigação dos efeitos da seca. Tais programas deverão ser atualizados através de um processo participativo permanente, com base na experiência desenvolvida no terreno, bem como através dos resultados da investigação. A preparação dos programas de ação nacionais será feita em estreita ligação com os outros trabalhos de formulação de políticas nacionais de desenvolvimento sustentável.

2- Nas diversas formas de assistência a prestar pelos países Partes desenvolvidos em conformidade com o estabelecido no artigo 6 da Convenção, será atribuída prioridade, conforme vier a ser acordado aos programas de ação nacionais, sub-regionais e regionais dos países Partes em desenvolvimento afetados, em particular os africanos, seja diretamente, seja por intermédio das organizações multilaterais competentes, seja ainda por ambas as vias.

3- As Partes encorajarão os órgãos, fundos e programas do sistema das Nações Unidas e de outras organizações intergovernamentais competentes, as instituições acadêmicas, a comunidade científica e as organizações não-governamentais que estiverem em condições de cooperar, para que, de acordo com os respectivos mandatos e capacidades, apoiem a elaboração, a implementação e o acompanhamento dos programas de ação.

Artigo 10º

Programas de ação nacionais

1 - O objetivo dos programas de ação nacionais consiste em identificar os fatores que contribuem para a desertificação e as medidas de ordem prática necessárias ao seu combate e à mitigação dos efeitos da seca.

2 - Os programas de ação nacionais especificarão o papel que cabe, respectivamente, ao governo, às comunidades locais e aos detentores da terra, bem como determinarão quais os recursos disponíveis e quais os recursos necessários. Eles deverão entre outros aspectos:

a) incluir estratégias de longo prazo de luta contra a desertificação e de mitigação dos efeitos da seca, enfatizar a sua implementação e integrá-las nas políticas nacionais de desenvolvimento sustentável;

b) Ter em conta a possibilidade de lhe serem introduzidas modificações em resposta a alterações nos pressupostos em que assentou a sua elaboração e ser suficientemente flexíveis, ao nível local, para acomodar diferentes condições sócio-econômicas, biológicos e geo-físicos;

c) Dar uma particular atenção à aplicação de medidas preventivas nas terras ainda não degradadas ou que estejam apenas ligeiramente degradadas;

d) Reforçar a capacidade de cada país na área de climatologia, meteorologia e hidrologia e os meios para constituir um sistema de alerta rápido em caso de seca;

e) Promover políticas e reforçar os quadros institucionais nos quais se desenvolvem ações de cooperação e coordenação, num espírito de parceria entre a comunidade doadora, os vários níveis da administração pública e as populações e comunidades locais, e facilitar o acesso das populações locais à informação e tecnologia adequadas;

f) Assegurar a participação efetiva aos níveis local, nacional e regional das organizações não-governamentais e das populações locais, tanto da população masculina como feminina, particularmente os detentores dos recursos, incluindo os agricultores e os pastores e as respectivas organizações representativas, tendo em vista o seu envolvimento no planeamento das políticas, no processo de decisão e na implementação e revisão dos programas de ação nacionais; e

g) Prever o seu exame periódico e a elaboração de relatórios sobre sua implementação.

3 - Os programas de ação nacionais poderão incluir, entre outras, algumas ou todas das seguintes medidas de prevenção da seca e de mitigação dos seus efeitos:

a) A criação e/ou reforço, conforme for adequado, de sistemas de alerta rápido, incluindo dispositivos locais e nacionais, bem como de sistemas conjuntos aos níveis sub-regional e regional, e mecanismos de ajuda a pessoas deslocadas por razões ambientais;

b) Reforço das atividades de prevenção e gestão da seca, incluindo planos para fazer face a eventualidade da sua ocorrência em nível local, nacional, sub-regional e regional, os quais deverão ter em conta as previsões climáticas estacionais e interanuais;

c) A criação e/ou reforço, conforme for apropriado, de sistemas de segurança alimentar, incluindo instalações de armazenamento e meios de comercialização, particularmente nas zonas rurais;

d) O desenvolvimento de projetos que viabilizem formas alternativas de subsistência suscetíveis de gerar rendimentos nas zonas mais vulneráveis à seca; e

e) O desenvolvimento de programas de irrigação destinados ao apoio à agricultura e à pecuária.

4- Considerando as circunstâncias e necessidades específicas de cada país Parte afetado, os programas de ação nacionais incluirão, entre outras e conforme apropriado, medidas em alguns ou em todos, os seguintes domínios prioritários, desde que relacionados com o combate à desertificação e a mitigação dos efeitos da seca nas áreas afetadas e envolvendo as respectivas populações: promoção de formas de subsistência alternativas e melhoria do ambiente econômico nacional tendo em vista reforçar os programas dirigidos à

erradicação da pobreza e à garantia da segurança alimentar; dinâmica demográfica; gestão sustentada dos recursos naturais; práticas agrícolas sustentáveis, desenvolvimento e uso eficiente de várias fontes de energia; quadro institucional e legal; reforço da capacidade de avaliação e observação sistemática, incluindo os serviços hidrológicos e meteorológicos, e o desenvolvimento das capacidades, a educação e a conscientização pública.

Artigo 11º

Programas de ação sub-regional e regional

Os países Partes afetados procederão a consultas e cooperarão na preparação, de acordo com os respectivos anexos de implementação regional, e conforme for aplicável, de programas de ação sub-regional e/ou regional que harmonizem, complementem e melhorem a eficiência dos programas de ação nacionais. As disposições do artigo 10º aplicam-se *mutatis mutandis* aos programas de ação subregional e regional. Uma tal cooperação pode incluir programas conjuntos estabelecidos de comum acordo para a gestão sustentável dos recursos naturais transfronteiriços, para a cooperação científica e técnica e para o fortalecimento das instituições competentes.

Artigo 12º

Cooperação internacional

O países Partes afetados, em colaboração com outras Partes e com a comunidade internacional, deverão cooperar para assegurar a promoção de um ambiente internacional favorável à implementação da Convenção. Uma tal cooperação deverá abarcar também as áreas da transferência de tecnologia, bem como a da pesquisa científica e a do desenvolvimento, a da coleta e difusão de informação e a dos recursos financeiros.

Artigo 13º

Apoio na elaboração e implementação dos programas de ação

1- Entre as medidas de apoio aos programas de ação previstos no artigo 9º incluem-se as seguintes:

(a) estabelecer uma cooperação financeira que assegure aos programas de ação uma previsibilidade compatível com um planejamento de longo prazo;

(b) conceber e utilizar mecanismos de cooperação que permitam prestar um apoio mais eficaz ao nível local, incluindo ações realizadas através de organizações não-governamentais de modo a assegurar a possibilidade de serem repetidas, sempre que oportuno, as atividades dos programas piloto que teriam tido êxito;

(c) aumentar a flexibilidade de concepção, financiamento e implementação dos projetos, de conformidade com a abordagem experimental e interativa mais conveniente a uma ação baseada na participação; e

(d) estabelecer, conforme for adequado, procedimentos administrativos e orçamentários que aumentem a eficiência da cooperação e dos programas de apoio.

2. Ao ser prestado apoio aos países Partes em desenvolvimento afetados dar-se-á prioridade aos países Partes africanos e aos países Partes de menor desenvolvimento relativo.

Artigo 14º

Coordenação na elaboração e implementação dos programas de ação

1. As Partes trabalharão em estreita colaboração na elaboração e implementação dos programas de ação, seja diretamente, seja através das organizações intergovernamentais competentes.

2. As Partes desenvolverão mecanismos operacionais, sobretudo aos níveis nacional e local, para assegurar a máxima coordenação possível entre os países Partes desenvolvidos,

países Partes em desenvolvimento e as organizações intergovernamentais e não-governamentais competentes, a fim de evitar a duplicação de esforços, harmonizar as intervenções e os critérios de abordagem, e tirar o maior partido possível da ajuda concedida. Nos países Partes em desenvolvimento afetados dar-se-á prioridade à coordenação das atividades relacionadas com a cooperação internacional, a fim de maximizar a eficiência na utilização dos recursos, assegurar uma ajuda bem orientada e facilitar a implementação dos programas de ação nacionais e das prioridades estabelecidas no âmbito da presente Convenção.

Artigo 15º

Anexos de implementação regional

Os elementos a integrar nos programas de ação deverão ser selecionados e adaptados em função dos fatores sócio-econômicos, geográficos e climáticos característicos dos países Partes ou regiões afetados, bem como do seu nível de desenvolvimento. As diretrizes para a preparação dos programas de ação precisando a orientação e conteúdo destes últimos para as diferentes subregiões e regiões específicas, constarão dos respectivos Anexos de implementação regional.

Seção 2: Cooperação científica e técnica

Artigo 16º

Coleta, análise e intercâmbio de informação

As Partes acordam, de conformidade com as respectivas capacidades, integrar e coordenar a coleta e intercâmbio de dados e informações relevantes, tanto para o curto como o longo prazos, para assegurar a observação sistemática da degradação das terras nas zonas afetadas e compreender e avaliar melhor os processos e efeitos da seca e desertificação. Isto ajudaria a promover, entre outros objetivos, o alerta rápido e o planejamento antecipado nos períodos de variação climática desfavorável, de uma forma que os usuários, em todos os níveis, incluindo especialmente as populações locais, pudessem utilizar em termos práticos, esses conhecimentos. Para tanto, as Partes deverão, conforme for apropriado:

(a) Facilitar e reforçar o funcionamento da rede mundial de instituições e serviços que realizam a coleta análise e intercâmbio da informação, bem como a observação sistemática em todos os níveis, devendo, entre outros:

- (i) Procurar utilizar normas e sistemas compatíveis;
- (ii) Abracar dados e estações relevantes, inclusive em áreas remotas;
- (iii) Utilizar e difundir tecnologia moderna de avaliação de coleta, transmissão e avaliação de dados relativos à degradação da terra, e
- (iv) Estabelecer ligações mais estreitas entre os centros de dados e informação nacionais, sub-regionais e regionais e as fontes mundiais de informação;

(b) Assegurar que a coleta, análise e intercâmbio da informação, ao mesmo tempo em que vise a resolução de problemas específicos, responda às necessidades das comunidades locais e dos responsáveis pela tomada de decisões, e que as comunidades locais estejam envolvidas nessas atividades;

(c) Apoiar e ampliar ainda mais os programas e projetos bilaterais e multilaterais destinados a definir, realizar, avaliar e financiar a recolha, análise e intercâmbio de dados e de informação, incluindo, entre outros elementos, séries integradas de indicadores físicos, biológicos, sociais e econômicos;

(d) Fazer um uso pleno dos conhecimentos especializados das organizações intergovernamentais e não-governamentais competentes, particularmente na difusão da correspondente informação e experiência disponível entre os grupos alvo, nas diferentes regiões;

(e) Dar a devida importância à coleta, análise e intercâmbio dos dados sócio-econômicos e à sua integração com os dados físicos e biológicos;

(f) Permutar a informação proveniente de todas as fontes publicamente acessíveis que seja relevante para o combate à desertificação e à mitigação dos efeitos da seca, e assegurar que a mesma ficará plena, aberta e prontamente acessível; e

(g) Em conformidade com as respectivas legislações e/ou políticas, permutar informações sobre o conhecimento local e tradicional, zelando pela sua adequada proteção e assegurando às populações locais interessadas uma retribuição adequada em função dos benefícios resultantes desses conhecimentos, numa base equitativa e em condições mutuamente acordadas.

Artigo 17º

Pesquisa e desenvolvimento

1 - As Partes comprometem-se a promover, de acordo com as respectivas capacidades e através das instituições nacionais, sub-regionais, regionais e internacionais competentes, a cooperação técnica e científica na área do combate à desertificação e da mitigação dos efeitos da seca. Para se atingir esta finalidade, apoiarão as atividades de pesquisa que:

(a) Contribuam para o aumento do conhecimento dos processos que conduzem à desertificação e à seca, do grau de impacto e diferenças entre os vários fatores causais, quer os naturais, quer os induzidos pelo homem, com o objetivo de combater a desertificação, melhorar a produtividade e assegurar o uso e gestão sustentável dos recursos;

(b) Respondam a objetivos bem definidos, atendam às necessidades concretas das populações locais e conduzam à identificação e implementação de soluções que melhorem o nível de vida das pessoas que residem nas zonas afetadas;

© Protejam, integrem, valorizem e validem o conhecimento geral, os conhecimentos técnicos e as práticas tradicionais e locais, assegurando que, com respeito pelas respectivas leis e políticas nacionais, os possuidores desses conhecimentos sejam diretamente beneficiados numa base equitativa e segundo condições mutuamente acordadas, de qualquer utilização comercial dos mesmos ou de qualquer avanço tecnológico deles resultante;

(d) Desenvolvam e reforcem as capacidades de pesquisa internacionais, sub-regionais e regionais nos países Partes em desenvolvimento afetados, particularmente na África, incluindo o desenvolvimento dos conhecimentos práticos locais e o reforço das capacidades apropriadas, especialmente nos países com uma estrutura de pesquisa fraca, dando particular atenção à pesquisa sócio-econômica de carácter multidisciplinar e participativo;

(e) Tomem em consideração, sempre que relevante, a relação existente entre a pobreza, a migração causada por fatores ambientais e a desertificação;

(f) Promovam a realização de programas conjuntos de pesquisa entre os organismos de investigação nacionais, sub-regionais, regionais e internacionais, tanto do setor público como do setor privado, destinados a obtenção de tecnologias melhoradas, de baixo custo e acessíveis, dirigidas ao desenvolvimento sustentável através da participação efetiva das populações e comunidades locais; e

(g) Aumentar a disponibilidade de recursos hídricos nas zonas afetadas através de, nomeadamente, sementeira de nuvens.

2 - Nos programas de ação deverão incluir-se as prioridades de pesquisa para regiões ou sub-regiões específicas, as quais deverão refletir as diferentes condições locais. A Conferência das Partes examinará periodicamente aquelas prioridades, de acordo com recomendações do Comitê de Ciência e Tecnologia.

Artigo 18º

Transferência, aquisição, adaptação e desenvolvimento de tecnologia

1. As Partes comprometem-se a promover, financiar e/ou ajudar a financiar, de conformidade com o que for mutuamente acordado e com as respectivas legislações e/ou políticas nacionais, a transferência, a aquisição, a adaptação e o desenvolvimento de tecnologias ambientalmente adequadas, economicamente viáveis e socialmente aceitáveis para o combate à desertificação e ou mitigação dos efeitos da seca, tendo em vista contribuir para o desenvolvimento sustentável das zonas afetadas. Uma tal cooperação deverá ser conduzida bilateral ou multilateralmente, conforme apropriado, aproveitando plenamente os conhecimentos especializados das organizações intergovernamentais e não-governamentais. As Partes deverão, em particular:

(a) Utilizar plenamente os sistemas de informação e centros de intercâmbio de dados nacionais, sub-regionais, regionais e internacionais relevantes existentes, com a finalidade de difundir informação sobre as tecnologias disponíveis, as respectivas fontes, os respectivos riscos ambientais e as condições genéricas em que podem ser adquiridas;

(b) Facilitar o acesso, particularmente por parte dos países Partes em desenvolvimento afetados, em condições favoráveis, inclusive condições concessionais e preferenciais, conforme for mutuamente acordado e tendo em conta a necessidade de proteger os direitos de propriedade intelectual, às tecnologias mais adequadas a uma aplicação prática que responda às necessidades específicas das populações locais, dando uma especial atenção aos efeitos sociais, culturais, econômicos e ambientais de tais tecnologias;

(c) Facilitar a cooperação tecnológica entre os países Partes afetados mediante assistência financeira ou qualquer outro meio adequado;

(d) Alargar a cooperação tecnológica com os países Partes em desenvolvimento afetados, incluindo, onde for relevante iniciativas conjuntas, especialmente nos setores que contribuam para oferecer meios alternativos de subsistência; e

(e) Adotar medidas adequadas à criação de condições de mercado interno e de incentivos fiscais ou de outro tipo, que permitam o desenvolvimento, a transferência, a aquisição e a adaptação de tecnologias, conhecimentos gerais, conhecimentos técnicos e práticas adequados, incluindo medidas que garantam uma proteção adequada e efectiva dos direitos de propriedade intelectual.

2- De conformidade com as respectivas capacidades e sujeitas às respectivas legislações e/ou políticas nacionais, as Partes protegerão, promoverão e utilizarão, em particular, as tecnologias, os conhecimentos gerais, os conhecimentos técnicos e as práticas tradicionais e locais relevantes. Com esta finalidade, as Partes comprometem-se a:

(a) Inventariar tais tecnologias, conhecimentos gerais, conhecimentos técnicos e práticas e as respectivas utilizações potenciais, com a participação das populações locais, e a difundir tal informação, sempre que oportuno, em cooperação com as organizações intergovernamentais e não-governamentais relevantes;

(b) Garantir que essas tecnologias, conhecimentos gerais, conhecimentos técnicos e práticas serão adequadamente protegidos e que as populações locais beneficiarão diretamente, numa base equitativa e conforme mutuamente acordado, de qualquer utilização comercial que deles seja feita e de qualquer inovação tecnológica que deles resulte;

(c) Encorajar e apoiar ativamente a melhoria e a difusão de tais tecnologias, conhecimentos gerais, conhecimentos técnicos e práticas, ou o desenvolvimento de novas tecnologias nelas baseadas; e

(d) Facilitar, se for o caso, a adaptação de tais tecnologias, conhecimentos gerais, conhecimentos técnicos e práticas a uma ampla utilização e, se necessário, a sua integração com as tecnologias modernas.

Seção 3: Medidas de apoio

Artigo 19º

Desenvolvimento das capacidades, educação e conscientização pública

1- As Partes reconhecem a importância do desenvolvimento das capacidades - ou seja, criação e/ou reforço das instituições, formação profissional e aumento das capacidades relevantes a nível local e regional - nos esforços de combate à desertificação e de mitigação dos efeitos da seca. Elas promoverão o desenvolvimento das capacidades pelas vias seguintes, conforme for adequado:

(a) Plena participação da população a todos os níveis, especialmente ao nível local, em particular das mulheres e dos jovens, recorrendo à cooperação das organizações não-governamentais e locais;

(b) Fortalecimento, ao nível nacional, das capacidades de formação profissional e de pesquisa nas áreas da desertificação e da seca,

(c) Criação e/ou reforço dos serviços de apoio e extensão rural com a finalidade de difundir de forma mais efetiva os processos tecnológicos e as técnicas considerados relevantes, e a formação profissional de agentes de extensão rural e de membros das organizações de agricultores para que possam ficar em condições de promover abordagens de tipo participativo no tocante à conservação e uso sustentável dos recursos naturais,

(d) Encorajamento do uso e difusão dos conhecimentos gerais, conhecimentos técnicos e práticas da população local nos programas de cooperação técnica, sempre que seja possível,

(e) Adaptação, onde for necessário, da tecnologia ambientalmente adequada relevante e dos métodos tradicionais de agricultura e pastoreio às condições socio-econômicas modernas,

(f) Provimento de formação profissional e tecnologia adequadas ao uso de fontes de energia alternativas, particularmente dos recursos energéticos renováveis, especialmente orientados para a redução da dependência em relação à utilização da madeira como fonte de combustível,

(g) Cooperação, conforme mutuamente acordado, dirigida ao reforço da capacidade dos países Partes em desenvolvimento afetados de elaborar e implementar programas nas áreas da coleta, análise e intercâmbio de informação, de conformidade com o disposto no artigo 16º,

(h) Processos inovadores de promoção de formas de subsistência alternativas, incluindo a formação profissional orientada para a aquisição de novas qualificações;

(i) Formação de responsáveis por tomadas de decisão, gestores e outro pessoal incumbido da coleta e análise de dados, da difusão e utilização de informações sobre situações de seca obtidas através de sistemas de alerta rápido, e da produção alimentar;

(j) Funcionamento mais eficaz das instituições e quadros legais nacionais já existentes e, se necessário, criação de novos, juntamente com o reforço do planejamento e gestão estratégicos, e

(k) Desenvolvimento de programas de intercâmbio para fomentar o desenvolvimento das capacidades nos países Partes afetados, recorrendo a um processo interativo de ensino e aprendizagem a longo prazo

2 - Os países Partes em desenvolvimento afetados promoverão, em cooperação com outras Partes e com organizações intergovernamentais e não-governamentais competentes, conforme apontado, um exame interdisciplinar da capacidade e da oferta disponíveis aos níveis local e nacional, assim como da possibilidade de reforçá-los.

3 - As Partes cooperarão entre si e através de organizações intergovernamentais relevantes, bem como com organizações não-governamentais, no sentido de levar a cabo e apoiar programas de conscientização pública e educacionais nos países afetados e, onde for relevante, também nos países Partes não afetados, de modo a fomentar uma compreensão das causas e efeitos da desertificação e da seca e da importância em serem alcançados os objetivos da presente Convenção. Para este efeito, deverão:

- (a) Lançar campanhas de conscientização dirigidas ao público em geral;
- (b) Promover, permanentemente, o acesso do público à informação relevante, bem como uma ampla participação daquele nas atividades de educação e conscientização;
- (c) Encorajar a criação de associações que contribuam para a conscientização pública;
- (d) Preparar e permutar material de educação e conscientização públicas, sempre que possível nas línguas locais, permutar e enviar peritos para formar pessoal dos países Partes em desenvolvimento afetados, capacitando-o para a aplicação dos programas de educação e conscientização pertinentes e para a utilização plena do material educativo relevante que esteja disponível nos organismos internacionais competentes;
- (e) Avaliar as necessidades educativas nas zonas afetadas, elaborar planos de estudo escolares adequados e expandir, se necessário, programas educativos e de formação básica de adultos, bem como a igualdade de oportunidade de acesso a todos, especialmente jovens e mulheres, na identificação, conservação, uso e gestão sustentados dos recursos naturais das zonas afetadas; e
- (f) Preparar programas interdisciplinares de caráter participativo que integrem a conscientização aos problemas da desertificação e da seca nos sistemas educativos, bem como nos programas de educação extra-escolar, de educação de adultos, de ensino à distância e de ensino técnico-profissional e profissionalizante.

4 - A Conferência das Partes criará e/ou reforçará redes de centros regionais de educação e de formação dirigidos ao combate à desertificação e à mitigação dos efeitos da seca. A coordenação destas redes estará a cargo de uma instituição criada especialmente para tal propósito, com o objetivo de formar os quadros científicos, técnicos e administrativos e de reforçar as instituições incumbidas da educação e formação profissional nos países Partes afetados, consoante os casos, tendo em vista harmonizar programas e o intercâmbio de experiência entre elas. Estas redes cooperarão estreitamente com as organizações intergovernamentais e não-governamentais relevantes para evitar duplicação de esforços.

Artigo 20º

Recursos financeiros

1 - Dada a importância central do financiamento para que sejam atingidos os objetivos da convenção, as Partes, na medida das suas capacidades, farão todo esforço para assegurar que os recursos financeiros adequados estejam disponíveis para os programas de combate à desertificação e mitigação dos efeitos da seca.

2 - Para tal, os países Partes desenvolvidos, priorizando os países Partes africanos afetados, mas sem negligenciar os países Partes em desenvolvimento afetados de outras regiões, em conformidade com o artigo 7º, comprometem-se a:

- (a) Mobilizar recursos financeiros substanciais, incluindo doações e empréstimos em condições concessionais, para apoiar a implementação de programas de combate à desertificação e de mitigação dos efeitos da seca,
- (b) Promover a mobilização de recursos financeiros suficientes, em tempo oportuno e com previsibilidade, incluindo fundos novos e adicionais provenientes do Fundo Mundial para o Meio Ambiente para suporte dos custos incrementais acordados para

aquelas atividades ligadas à desertificação que têm relação com as quatro áreas principais de atuação do Fundo, e de conformidade com as disposições pertinentes do Instrumento que criou aquele mesmo Fundo;

(c) Facilitar, através da cooperação internacional, a transferência de tecnologia, conhecimentos gerais e conhecimentos técnicos; e

(d) Estudar, em cooperação com os países Partes em desenvolvimento afetados, métodos inovadores e incentivos destinados a mobilizar e canalizar os recursos, incluindo os provenientes de fundações, organizações não-governamentais e outras entidades do setor privado, particularmente através de conversões de dívida - *debt swaps* - e de outros métodos inovadores que permitam aumentar os recursos financeiros através da redução da dívida externa dos países Partes em desenvolvimento afetados, em particular os africanos.

3 - Os países Partes em desenvolvimento afetados, tendo em conta as suas capacidades, comprometem-se a mobilizar recursos financeiros suficientes para a aplicação dos seus programas de ação nacionais.

4 - Ao mobilizar recursos financeiros, as Partes procurarão utilizar plenamente e melhorar qualitativamente todas as fontes e mecanismos de financiamento nacionais, bilaterais e multilaterais, usando consórcios, programas conjuntos e financiamento paralelo, e procurarão envolver fontes e mecanismos de financiamento privados, incluindo os das organizações não-governamentais. Com esta finalidade, as Partes deverão dar plena utilização aos mecanismos operativos criados de conformidade com o artigo 14º.

5 - A fim de mobilizar os recursos financeiros necessários para que os países Partes em desenvolvimento afetados combatam a desertificação e mitiguem os efeitos da seca, as Partes deverão:

(a) Racionalizar e fortalecer a gestão dos recursos já alocados para o combate à desertificação e à mitigação dos efeitos da seca, utilizando-os de forma mais eficaz e eficiente, avaliando os seus sucessos e limitações, eliminando os obstáculos que impeçam a sua efetiva utilização e reorientando, sempre que necessário, os programas à luz da abordagem de longo prazo adotada de acordo com a convenção;

(b) Dar as devidas prioridade e atenção, no âmbito das estruturas dirigentes das instituições e serviços financeiros e fundos multilaterais, incluindo os bancos e fundos regionais de desenvolvimento ao apoio aos países Partes em desenvolvimento afetados, em particular os africanos, para que estes levem a cabo atividades que façam progredir a implementação da Convenção nomeadamente os programas de ação que estes países promovam no quadro dos anexos de implementação regional; e

(c) Examinar as formas de reforçar a cooperação regional e sub-regional para apoio aos esforços desenvolvidos a nível nacional.

6 - Outras Partes são encorajadas a proporcionar aos países Partes em desenvolvimento afetados, voluntariamente, conhecimentos gerais, experiência e técnicas relacionadas com a desertificação e/ou recursos financeiros.

7 - A plena aplicação pelos países Partes em desenvolvimento afetados, especialmente os africanos, das obrigações decorrentes desta Convenção, será muito facilitada pelo cumprimento, por parte dos países Partes desenvolvidos, das respectivas obrigações à luz desta Convenção, particularmente aquelas referentes aos recursos financeiros e à transferência de tecnologia. Ao darem cumprimento às suas obrigações, os países Partes desenvolvidos deverão tomar plenamente em consideração que o desenvolvimento económico e social e a erradicação da pobreza são as principais prioridades dos países Partes em desenvolvimento afetados, em particular os africanos.

Artigo 21º

Mecanismos financeiros

1 - A Conferência das Partes promoverá a disponibilidade de mecanismos financeiros e encorajará tais mecanismos a procurar maximizar a disponibilidade de fundos para que os

países Partes em desenvolvimento afetados, particularmente os africanos, implementem a Convenção. Para tal, a Conferência das Partes considerará para adoção, entre outras alternativas, os métodos e políticas que

(a) Facilitem a disponibilização de fundos aos níveis nacional, sub-regional, regional e global para as atividades que sejam realizadas no cumprimento das disposições pertinentes da Convenção.

(b) Promovam modalidades, mecanismos e dispositivos de financiamento com base em fontes múltiplas, bem como a respectiva avaliação, de conformidade com o disposto no artigo 20º.

(c) Forneçam, regularmente, às Partes interessadas e às organizações intergovernamentais e não-governamentais competentes, informação sobre fontes de financiamento disponíveis e sobre os meios de financiamento, a fim de facilitar a coordenação entre elas;

(d) Facilitem a criação, se adequada, de mecanismos, tais como fundos nacionais de luta contra a desertificação, incluindo aqueles que envolvam a participação de organizações não-governamentais para canalizar, rápida e eficientemente, recursos financeiros, ao nível local nos países Partes em desenvolvimento afetados; e

(e) Reforcem os fundos e mecanismos financeiros existentes a nível sub-regional e regional, particularmente na África, para um apoio mais eficaz à implementação da Convenção.

2- A Conferência das Partes encorajará também, através de diferentes mecanismos do sistema das Nações Unidas e de instituições multilaterais de financiamento, o apoio a nível nacional, sub-regional e regional das atividades que permitam aos países Partes em desenvolvimento cumprir as obrigações emergentes da Convenção.

3- Os países Partes em desenvolvimento afetados utilizarão e, sempre que necessário, criarão e/ou reforçarão, mecanismos nacionais de coordenação integrados nos programas de desenvolvimento nacionais, que assegurarão o uso eficiente de todos os recursos financeiros disponíveis. Eles deverão também recorrer a processos de tipo participativo que envolvam organizações não-governamentais, grupos locais e o setor privado, a fim de obter fundos, elaborar e implementar programas e assegurar que os grupos a nível local virão a ter acesso ao financiamento. Estas ações poderão ser facilitadas mediante uma melhor coordenação e uma programação flexível da parte daqueles que fornecem a ajuda.

4 - Com a finalidade de aumentar a eficácia e a eficiência dos mecanismos financeiros existentes, é criado pela presente Convenção um Mecanismo Global destinado a promover medidas que mobilizem e canalizem recursos financeiros substanciais para os países Partes em desenvolvimento afetados, inclusive para a transferência de tecnologia, na base de doações e/ou empréstimos em condições concessionais ou em outras condições. Este mecanismo Global funcionará sob a direção e orientação da Conferência das Partes e será responsável perante ela.

5- A Conferência das Partes, na sua primeira sessão ordinária, identificará a organização que abrigará o Mecanismo Global. A Conferência das Partes e a organização por si identificada acordarão as modalidades que assegurarão, nomeadamente, que o Mecanismo Global:

(a) Identifique e faça um inventário dos programas bilaterais e multilaterais de cooperação relevantes, disponíveis para a implementação da Convenção;

(b) Forneça às Partes, quando requerido, conselhos referentes a métodos inovadores de financiamento e a fontes de assistência financeira e sugestões sobre a forma de melhorar a coordenação das atividades de cooperação a nível nacional;

(c) Forneça às Partes interessadas e às organizações intergovernamentais e não-governamentais competentes informação sobre fontes de financiamento disponíveis e sobre modalidades de financiamento, de modo a facilitar a coordenação entre elas; e

(d) Dê conta das suas atividades à Conferência das Partes, a partir da segunda sessão ordinária desta última.

6- A Conferência das Partes, na sua primeira sessão, adotará, juntamente com a entidade que abrigará o Mecanismo Global, as disposições necessárias para o funcionamento administrativo de tal Mecanismo, recorrendo, na medida do possível, aos recursos orçamentais e humanos existentes.

7 - A Conferência das Partes, na sua terceira sessão ordinária, examinará as políticas, as modalidades de funcionamento e as atividades do Mecanismo Global pelas quais ele é responsável perante aquela Conferência, de conformidade com o estabelecido no parágrafo 4º deste artigo tendo em conta as disposições do artigo 7º. Com base neste exame, ela estudará e adotará as medidas tidas como convenientes.

PARTE IV

INSTITUIÇÕES

Artigo 22º

Conferência das Partes

1 - É criada uma Conferência das Partes

2 - A Conferência das Partes é o órgão supremo da Convenção e, de acordo com o seu mandato, tomará as decisões necessárias a sua efetiva implementação. Em particular, deverá:

(a) Examinar regularmente a implementação da Convenção e o funcionamento de seus mecanismos institucionais à luz da experiência adquirida a nível nacional, sub-regional regional e internacional, e com base na evolução dos conhecimentos científicos e tecnológicos;

(b) Promover e facilitar o intercâmbio de informação sobre as medidas adotadas pelas Partes e determinar a forma e os calendários da comunicação da informação a ser submetida em conformidade com o artigo 26º, examinar os relatórios e formular recomendações sobre eles;

(c) Criar os órgãos subsidiários necessários à implementação da Convenção;

(d) Examinar os relatórios que lhe sejam submetidos pelos seus órgãos subsidiários, aos quais ela deve dar orientação;

(e) Acordar e aprovar, por consenso, o seu regulamento interno e as suas regras de gestão financeira, bem como os dos seus órgãos subsidiários;

(f) Aprovar emendas à Convenção em conformidade com os artigos 30º e 31º;

(g) Aprovar ainda o seu programa de atividades e o seu orçamento, incluindo igualmente os de seus órgãos subsidiários, e tomar as medidas necessárias ao seu financiamento;

(h) Sempre que apropriado, cooperar com os órgãos e organismos competentes, quer sejam nacionais, internacionais, intergovernamentais ou não-governamentais, bem como utilizar os serviços e as informações por eles prestados;

(i) Promover e reforçar o relacionamento com outras convenções pertinentes evitando duplicação de esforços; e

(j) Exercer outras funções que sejam consideradas necessárias ao cumprimento dos objetivos da presente Convenção.

3 - A Conferência das Partes, na sua primeira sessão ordinária, aprovará, por consenso, o seu regulamento interno, o qual incluirá os processos de tomada de decisão

aplicáveis aos casos não abrangidos na Convenção. Esses processos poderão especificar a necessidade de recorrer a maiorias qualificadas.

4 - A primeira sessão da Conferência das Partes será convocada pelo secretariado provisório referido no artigo 35º e deverá ter lugar, o mais tardar, até um ano após a entrada em vigor da Convenção. A menos que a Conferência das Partes decida de outra forma, a segunda, terceira e quarta sessões ordinárias realizar-se-ão anualmente, e as sessões ordinárias ulteriores todos os dois anos.

5 - As sessões extraordinárias da Conferência das Partes realizar-se-ão sempre que assim for decidido pela própria Conferência em sessão ordinária ou mediante solicitação escrita de qualquer das Partes, desde que, nos três meses seguintes à data em que o Secretariado Permanente tenha transmitido às Partes tal solicitação, esta venha a receber o apoio de, pelo menos, um terço das Partes.

6 - Em cada sessão ordinária, a Conferência das Partes elegerá uma Mesa. A estrutura e funções da Mesa serão definidas no regulamento interno. Ao eleger-se a Mesa, será dada a devida atenção à necessidade de assegurar uma distribuição geográfica equitativa e uma representação adequada dos países Partes afetados, em particular os africanos.

7 - As Nações Unidas, as suas organizações especializadas, assim como os respectivos Estados Membros e Estados com estatuto de observador que não sejam Partes nesta Convenção, poderão estar representados, como observadores, nos períodos de sessão da Conferência das Partes. Qualquer órgão ou organismo, seja nacional, internacional, governamental ou não-governamental, competente nas matérias tratadas pela presente Convenção, que tenha informado o secretariado do seu desejo de estar representado num dos períodos de sessão da Conferência das Partes como observador, poderá ser admitido nessa qualidade, a menos que se verifique a oposição de, pelo menos, um terço das Partes presentes. A admissão e participação de observadores reger-se-á pelo regulamento interno adotado pela Conferência das Partes.

8 - A Conferência das Partes poderá solicitar as organizações nacionais e internacionais competentes com particular qualificação nas matérias respectivas, que lhe forneçam informações relacionadas com a alínea g) do artigo 16º, a alínea c) do nº 1 do artigo 17º e a alínea b) do nº 2 do artigo 18º.

Artigo 23º

Secretariado Permanente

1 - É criado um Secretariado Permanente.

2 - As funções do Secretariado Permanente são as seguintes:

a) Organizar as sessões da Conferência das Partes e dos respectivos órgãos subsidiários criados em virtude da presente Convenção e prestar-lhes os serviços necessários;

b) Compilar e transmitir os relatórios que lhe são submetidos;

c) Prestar assistência, se lhe for solicitada, aos países Partes em desenvolvimento afetados, em particular os africanos, na compilação e comunicação das informações solicitadas ao abrigo da Convenção;

d) Coordenar as suas atividades com as que são desenvolvidas pelos secretariados de outros órgãos e convenções internacionais pertinentes;

e) Proceder sob a orientação da Conferência das Partes, aos arranjos administrativos e contratuais requeridos para o eficaz desempenho das suas funções;

f) Preparar relatórios sobre o exercício das funções que lhe foram atribuídas pela presente Convenção e apresentá-los à Conferência das Partes; e

g) Desempenhar quaisquer outras funções de secretariado que lhe sejam atribuídas pela Conferência das Partes.

3 - A Conferência das Partes, na sua primeira sessão, designará um Secretariado Permanente e tomará as disposições necessárias para assegurar o seu funcionamento.

Artigo 24º

Comitê de Ciência e Tecnologia

1 - É criado um Comitê de Ciência e Tecnologia, órgão subsidiário da Conferência das Partes encarregado de lhe proporcionar informação e assessoria em assuntos de natureza científica e tecnológica relacionados com o combate à desertificação e com a mitigação dos efeitos da seca. O Comitê, que se reunirá por ocasião das sessões ordinárias da Conferência das Partes, terá caráter multidisciplinar - estará aberto à participação de todas as Partes. Será composto por representantes governamentais competentes nas respectivas áreas de especialização. A Conferência das Partes aprovará o mandato do Comitê na sua primeira sessão.

2 - A Conferência das Partes elaborará e manterá uma lista de peritos independentes com conhecimentos especializados e experiência nas áreas pertinentes. A lista será constituída a partir de candidaturas apresentadas, por escrito, pelas Partes, tendo em consideração a necessidade de uma abordagem multidisciplinar e de uma representação geográfica ampla.

3 - A Conferência das Partes poderá, se necessário, nomear grupos *ad hoc* encarregados de, por intermédio do Comitê, fornecer informações e prestar assessoria sobre assuntos específicos relativos ao progresso dos conhecimentos nos domínios da ciência e da tecnologia com interesse para a luta contra a desertificação e para a mitigação dos efeitos da seca. Estes grupos serão constituídos por peritos cujos nomes constam da lista, tendo em consideração a necessidade de uma abordagem multidisciplinar e de uma representação geográfica ampla. Estes peritos deverão ter formação científica e experiência de campo e serão nomeados pela Conferência das Partes, sob proposta do Comitê. A Conferência das Partes aprovará o mandato e as modalidades de funcionamento destes grupos *ad hoc*.

Artigo 25º

Constituição de uma rede de instituições, organismos e órgãos

1 - O Comitê de Ciência e Tecnologia, sob a supervisão da Conferência das Partes, adotará disposições para promover um inventário e uma avaliação das redes, instituições, organismos e órgãos pertinentes existentes que desejem vir a constituir-se em rede. Esta rede apoiará a implementação da Convenção.

2 - Com base no inventário e na avaliação referidos no nº1, o Comitê de Ciência e Tecnologia fará recomendações à Conferência das Partes sobre as vias e meios de facilitar e reforçar a integração nas redes a constituir das unidades existentes a nível local, nacional e a outros níveis, com a finalidade de garantir que serão satisfeitas as necessidades específicas referidas nos artigos 16º a 19º.

3 - Tendo em consideração essas recomendações, a Conferência das Partes deverá:

(a) Identificar quais as unidades nacionais, sub-regionais, regionais e internacionais rnaais indicadas para se constituírem em rede e recomendar os procedimentos e o calendário a serem seguidos; e

(b) Identificar as unidades melhor colocadas para facilitar e reforçar a constituição, a todos os níveis, desta rede.

PARTE V

QUESTÕES PROCESSUAIS

Artigo 26º

Comunicação da informação

1 - Cada Parte informará à Conferência das Partes, através do Secretariado Permanente, das medidas que tenha adotado para a implementação da Convenção, a qual será apreciada no decurso das sessões ordinárias daquela Conferência. A Conferência das Partes determinará os prazos de apresentação e o modelo que os respectivos relatórios deverão observar.

2 - Os países Partes afetados fornecerão uma descrição das estratégias que adotaram em conformidade com o disposto no artigo 5º da presente Convenção, bem como sobre qualquer informação relevante sobre a sua implementação.

3 - Os países Partes afetados que implementem programas de ação em conformidade com o disposto nos artigos 9º a 15º, fornecerão uma descrição detalhada desses programas e da respectiva implementação.

4 - Qualquer grupo de países Partes afetados poderá apresentar uma comunicação conjunta sobre as medidas adotadas a nível sub-regional e/ou regional no quadro dos respectivos programas de ação.

5 - Os países Parte desenvolvidos darão conta das medidas que tenham adotado para apoiar a preparação e implementação dos programas à luz da presente Convenção, incluindo informação acerca dos recursos financeiros já providos ou sendo providos.

6 - A informação transmitida de acordo com o referido nos nºs 1 a 4 deste artigo será comunicada, logo que possível, pelo Secretariado Permanente à Conferência das Partes e aos órgãos subsidiários competentes.

7 - A Conferência das Partes facilitará o fornecimento aos países Partes em desenvolvimento afetados, particularmente africanos, mediante solicitação prévia, de apoio técnico e financeiro para compilar e comunicar a informação de acordo com o estabelecido neste artigo, bem como para identificar as necessidades técnicas e financeiras relacionadas com os programas de ação.

Artigo 27º

Medidas a tomar para resolver questões relativas à implementação da Convenção

A Conferência das Partes examinará e aprovará os procedimentos e os mecanismos institucionais necessários à resolução das questões que possam surgir com relação à implementação da Convenção.

Artigo 28º

Solução de Controvérsias

1 - As Partes resolverão qualquer controvérsia relativa à interpretação ou aplicação da Convenção por via da negociação ou por qualquer outro meio pacífico por si escolhido.

2 - Ao ratificar, aceitar, aprovar ou aderir à Convenção, ou em qualquer momento posterior, qualquer uma das Partes, desde que não seja uma organização regional de integração econômica, poderá declarar, por comunicação escrita ao Depositário, que, com relação a qualquer controvérsia relativa à interpretação ou aplicação da Convenção, reconhece como obrigatórios, nas suas relações com qualquer outra Parte que acerte a mesma obrigação, um dos dois ou ambos os meios de resolução de controvérsia a seguir referidos:

a) Arbitragem, de acordo com o processo a adotar pela Conferência das Partes, num Anexo, logo que possível;

b) Submissão da controvérsia ao Tribunal Internacional de Justiça.

3 - Uma Parte que seja uma organização regional de integração econômica poderá fazer uma declaração análoga relativamente à arbitragem, de acordo com procedimento referido na alínea a) do nº 2.

4 - Qualquer declaração feita de acordo com o nº 2 do presente artigo permanecerá em vigor até ao termo do prazo nela previsto ou após o período de três meses contado a partir da data de entrega ao Depositário da comunicação escrita contendo a sua revogação.

5 - A expiração de uma declaração, uma notificação de revogação de uma declaração ou o depósito de uma nova declaração não afetam em nada um processo em curso perante um tribunal arbitral ou perante o Tribunal Internacional de Justiça, a menos que as Partes em controvérsia acordem de outra forma.

6 - Se as Partes em controvérsia não tiverem aceito o mesmo processo ou qualquer dos procedimentos previstos no nº 2 deste artigo, e se não tiverem podido resolver a sua controvérsia nos doze meses seguintes à notificação da existência de controvérsia de uma das Partes pela outra, o diferendo é submetido a conciliação, a pedido de qualquer das Partes, conforme o procedimento a adotar, logo que possível, num anexo, pela Conferência das Partes.

Artigo 29º

Estatuto jurídico dos Anexos

1 - Os Anexos formam parte integrante da Convenção e, salvo declaração expressa em contrário, qualquer referência à Convenção constitui também uma referência aos seus Anexos.

2 - As Partes interpretarão as disposições dos anexos em conformidade com os respectivos direitos e obrigações à luz da Convenção.

Artigo 30º

Emendas à Convenção

1 - Qualquer Parte pode propor emendas à Convenção.

2 - As emendas à Convenção serão adotadas em sessão ordinária da Conferência das Partes. O Secretariado Permanente deverá comunicar às Partes o texto do projeto de emenda, pelo menos seis meses antes da sessão para a qual se proponha a respectiva aprovação. O Secretariado Permanente comunicará também os projetos de emenda aos signatários da Convenção.

3 - As Partes não pouparão esforços para alcançar, mediante consenso, um acordo sobre qualquer proposta de emenda à Convenção. Se todos os esforços para se tentar atingir o consenso resultarem vãos e nenhum acordo for atingido, a emenda será aprovada, em último recurso, por uma maioria de dois terços das Partes presentes e votantes na sessão. Uma vez aprovada, a emenda será comunicada pelo Secretariado Permanente ao Depositário, que a fará chegar a todas as Partes para efeitos de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão.

4 - Os instrumentos de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão relativos a uma emenda serão entregues ao Depositário. As emendas aprovadas de acordo com o nº 3 deste artigo, entrarão em vigor, para as Partes que as tiverem aceito, no 90º dia posterior à data em que o Depositário tenha recebido os instrumentos de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão de, pelo menos, dois terços das Partes da Convenção, que eram também Partes no momento da aprovação da emenda.

5 - A emenda entrará em vigor para qualquer outra Parte no 90º dia posterior àquele em que essa Parte tenha depositado o seu instrumento de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão à dita emenda.

6 - Para efeitos deste artigo e do artigo 31º, a expressão "Partes presentes e votantes" designa as Partes presentes que tenham votado afirmativa ou negativamente.

Artigo 31º

Aprovação e emendas aos Anexos à Convenção

1 - Qualquer novo anexo à Convenção e qualquer emenda a um Anexo serão propostos e aprovados de acordo com o estabelecido para as emendas à Convenção nos termos do seu artigo 30º, desde que, quando se aprove um novo Anexo de implementação regional ou uma emenda a qualquer Anexo de Implementação regional, a maioria prevista nesse artigo corresponda a uma maioria de dois terços das Partes presentes e votantes da respectiva região. A aprovação ou emenda de um Anexo será comunicada pelo Depositário a todas as Partes à Convenção.

2 - Qualquer Anexo que não seja Anexo de implementação regional e qualquer emenda a um Anexo que não seja uma emenda a um Anexo de implementação regional, desde que aprovados de acordo com o disposto no nº 1 deste artigo, entrarão em vigor para todas as Partes à presente Convenção seis meses após a data em que o Depositário tenha comunicado às Partes a aprovação do referido Anexo ou emenda, com exceção das Partes que, por escrito, tenham comunicado ao Depositário, durante esse período, a sua não aceitação do Anexo ou da emenda. Para as Partes que tiverem retirado a sua notificação de não aceitação, o Anexo ou a emenda entrarão em vigor no 90º dia posterior à data em que o Depositário tenha recebido a aludida notificação.

3 - Qualquer Anexo de implementação regional ou qualquer emenda a qualquer Anexo de implementação regional que tenham sido aprovados de acordo com o nº 1 deste artigo, entrarão em vigor para todas as partes na Convenção seis meses após a data em que o Depositário tenha comunicado às Partes a aprovação do referido Anexo ou emenda, com exceção das Partes que:

a) Tenham notificado, por escrito, o Depositário, dentro desse período de seis meses, da sua não aceitação dos referidos Anexo de implementação regional ou emenda a um Anexo de implementação regional. Para as Partes que tiverem retirado a sua notificação de não aceitação, o Anexo ou a emenda entrarão em vigor no 90º dia posterior à data em que o Depositário tiver recebido a comunicação da retirada de notificação.

b) Tenham feito uma declaração referente aos Anexos de implementação regional ou às emendas aos Anexos de implementação regional em conformidade com o nº 4 do artigo 34º, caso em que tais Anexos ou emendas entrarão em vigor para essas Partes no 90º dia posterior à data de depósito dos respectivos instrumentos de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão.

4 - Se a aprovação de um Anexo ou de uma emenda a um Anexo envolverem emendas à Convenção, esse Anexo ou emenda não entrarão em vigor enquanto não entrar em vigor essa emenda à Convenção.

Artigo 32º

Direito de voto

1 - Com exceção do disposto no nº 2 do presente artigo, cada Parte à Convenção terá direito a um voto.

2 - Nos assuntos da sua competência, as organizações regionais de integração econômica exercerão o seu direito de voto com um número de votos igual ao número dos seus Estados Membros que sejam Partes na Convenção. Essas organizações não exercerão o seu direito de voto se qualquer dos seus Estados Membros exercer o seu e vice-versa.

PARTE VI

DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 33º

Assinatura

A presente Convenção está aberta à assinatura dos Estados Membros das Nações Unidas ou de qualquer das suas organizações especializadas, dos Estados que aderiram ao Estatuto do Tribunal Internacional de Justiça, bem como das organizações regionais de integração econômica, em Paris, a 14 e 15 de Outubro de 1994, e, posteriormente, na sede da Organização das Nações Unidas, em Nova Iorque, até 13 de Outubro de 1995.

Artigo 34º

Ratificação, aceitação, aprovação e adesão

1 - A Convenção estará sujeita a ratificação, aceitação, aprovação ou adesão por Estados e por organizações de integração econômica regional. Ficará aberta a adesão a partir do dia seguinte aquele em que se encerrar o período de assinatura. Os instrumentos de ratificação, aceitação, aprovação e adesão serão entregues ao Depositário.

2 - Qualquer organização regional de integração econômica que se torne Parte à Convenção sem que nenhum dos seus Estados membros o seja, ficará sujeita a todas as obrigações decorrentes da Convenção. Se um ou mais dos seus Estados membros, for igualmente Parte à Convenção, a organização e os seus Estados membros decidirão sobre as respectivas responsabilidades no que concerne ao cumprimento das obrigações emergentes da Convenção. Nesses casos, a organização e os seus Estados membros não poderão exercer, simultaneamente, os direitos que decorrem da Convenção.

3 - Nos seus instrumentos de ratificação, de aceitação, de aprovação ou de adesão, as organizações regionais de integração econômica definirão a extensão da sua competência relativamente às questões tratadas pela presente Convenção. Deverão também informar prontamente o Depositário, o qual, por sua vez, informará as Partes de qualquer modificação substancial na extensão da competência atrás referida.

4 - No seu instrumento de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão, qualquer das Partes poderá declarar que qualquer novo Anexo de implementação regional ou qualquer emenda a um Anexo de implementação regional só entrarão em vigor, para si, após o depósito do respectivo instrumento de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão.

Artigo 33º

Disposições transitórias

As funções de secretariado referidas no artigo 23º serão exercidas, a título provisório e até ao fim da primeira sessão da Conferência das Partes, pelo Secretariado criado pela Assembleia Geral das Nações Unidas, na sua resolução 47/188 de 22 de Dezembro de 1992.

Artigo 36º

Entrada em vigor

1 - A Convenção entrará em vigor no 90º dia posterior à data de depósito do 50º instrumento de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão.

2 - Para cada Estado ou organização regional de integração econômica que ratifique, aceite, aprove ou adira à Convenção após o depósito do 50º instrumento de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão, a Convenção entrará em vigor no 90º dia posterior à data de depósito, por esse Estado ou organização regional de integração econômica, do respectivo instrumento de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão.

3 - Para efeitos dos nºs 1 e 2 deste artigo, o instrumento depositado por uma organização regional de integração econômica não será considerado como adicional

relativamente àqueles que forem depositados pelos Estados membros integrantes dessa organização.

Artigo 37º

Reservas

Não poderão ser formuladas reservas à presente Convenção.

Artigo 38º

Denúncia

1 - Qualquer das Partes poderá denunciar a Convenção mediante notificação, por escrito, do Depositário, em qualquer momento posterior à expiração do prazo de três anos contados a partir da data em que a Convenção tenha entrado em vigor relativamente a essa Parte.

2 - A denúncia produzirá efeitos ao fim de um ano, contado a partir da data em que o Depositário tiver recebido a correspondente notificação, ou em qualquer data posterior indicada nessa mesma notificação.

Artigo 39º

Depositário

O Secretário-Geral das Nações Unidas é o Depositário da presente Convenção.

Artigo 40º

Textos autênticos

O original da presente Convenção, cujos textos em árabe, chinês, inglês, francês, russo e espanhol são igualmente autênticos, será depositado junto do Secretário-Geral das Nações Unidas.

Em fé do que, os abaixo assinados, devidamente autorizados para o efeito, assinaram a presente Convenção.

Feita em Paris em 17 de Junho de 1994

ANEXO I

ANEXO DE IMPLEMENTAÇÃO REGIONAL PARA A ÁFRICA

Artigo 1º

Ambito

O presente Anexo aplica-se à África, na sua relação com cada uma das Partes e de conformidade com a Convenção, em particular o seu artigo 7º, tendo em vista o combate à desertificação e/ou a mitigação dos efeitos da seca nas suas zonas áridas, semi-áridas e sub-úmidas secas.

Artigo 2º

Objeto

O presente anexo tem por objeto, aos níveis nacional, sub-regional e regional na África, e tendo em conta as particularidades desta região:

a) Definir as medidas e os mecanismos a adotar, incluindo a natureza e as modalidades de ajuda fornecidos pelos países Partes desenvolvidos, de conformidade com as disposições pertinentes da Convenção;

b) Garantir a implementação eficiente e prática da Convenção, tendo em vista as condições particulares do continente africano; e

c) Promover processos e atividades relacionados com a luta contra a desertificação e/ou mitigação dos efeitos da seca nas zonas áridas, semi-áridas e sub-húmidas secas de África.

Artigo 3º

Condições particulares da região africana

No cumprimento das obrigações decorrentes desta Convenção, as Partes, ao implementar este Anexo, adotarão princípios básicos que tomarão em consideração as seguintes condições particulares da África:

- a) A grande proporção de zonas áridas, semi-áridas e sub-húmidas secas;
- b) O número elevado de países e populações adversamente afetados pela desertificação e pela ocorrência frequente de secas graves;
- c) O grande número de países afetados que não dispõem de litoral;
- d) A pobreza generalizada prevalente na maioria dos países, grande parte dos quais corresponde a países de menor desenvolvimento relativo, e a necessidade que apresentam de um volume considerável de ajuda externa, sob a forma de doações e de empréstimos concessionais, para alcançarem seus objetivos de desenvolvimento;
- e) As difíceis condições sócio-econômicas, exacerbadas pela deterioração e flutuação dos termos de troca, pela dívida externa e pela instabilidade política, as quais provocam migrações internas, regionais e internacionais;
- f) A grande dependência das populações, para a sua subsistência, dos recursos naturais, agravada pelos efeitos das tendências e dos fatores demográficos, por uma base tecnológica fraca e por práticas de produção sem sustentabilidade, o que contribui para uma inquietante degradação dos recursos;
- g) As insuficiências do quadro institucional e do quadro jurídico, a débil base infraestrutural e a falta de capacidade científica, técnica e educativa, o que conduz à necessidade de um considerável reforço das capacidades internas; e
- h) O papel central das ações de combate à desertificação e/ou mitigação dos efeitos da seca nas prioridades de desenvolvimento nacional dos países africanos afetados.

Artigo 4º

Compromissos e obrigações dos países africanos

I - De acordo com as suas respectivas capacidades, os países Partes africanos comprometem-se a:

- a) Fazer do combate à desertificação e/ou mitigação dos efeitos da seca um elemento essencial da estratégia dirigida à erradicação da pobreza;
- b) Promover a cooperação e integração regionais, num espírito de solidariedade e parceria baseados no interesse comum, nos programas e atividades que visem o combate à desertificação e/ou mitigação dos efeitos da seca;
- c) Racionalizar e reforçar as instituições preocupadas com a desertificação e a seca e fazer participar outras instituições existentes, conforme for considerado adequado, de modo a torná-las mais eficazes e a assegurar uma utilização mais eficiente dos recursos;
- d) Promover, entre os países da região, o intercâmbio de informação, sobre tecnologia, conhecimentos gerais, conhecimentos técnicos e práticas apropriados; e

e) Elaborar planos de emergência para a mitigação dos efeitos da seca nas áreas degradadas pela desertificação e/ou seca.

2 - De acordo com as obrigações gerais e particulares enunciadas nos artigos 4º e 5º da Convenção, os países Partes africanos afetados procurarão:

a) Alocar recursos financeiros adequados provenientes dos seus orçamentos nacionais, de conformidade com as respectivas condições e capacidades nacionais e refletindo um novo grau de prioridade atribuído pela África ao fenômeno da desertificação e/ou seca;

b) Prosseguir e intensificar as reformas atualmente em curso em matéria de descentralização e fruição dos recursos, bem como reforçar a participação das populações e comunidades locais, e

c) Identificar e mobilizar recursos financeiros novos e adicionais a nível nacional e desenvolver, prioritariamente, os meios e os mecanismos nacionais disponíveis que permitam mobilizar os recursos financeiros internos

Artigo 5º

Compromissos e obrigações dos países Partes desenvolvidos

1- Para dar cumprimento às obrigações previstas nos artigos 4º, 6º e 7º da Convenção, os países Partes desenvolvidos atribuirão prioridade aos países Partes africanos afetados e, neste contexto, deverão:

a) Ajudá-los a combater a desertificação e/ou mitigar os efeitos da seca por intermédio de, entre outras vias, concessão e/ou facilitação do acesso a recursos financeiros e/ou de outro tipo, e promoção, financiamento e/ou facilitação do financiamento da transferência, adaptação e acesso a tecnologias e conhecimentos técnicos ambientalmente adequados, conforme for mutuamente acordado e de conformidade com as políticas nacionais, tendo em conta a adoção da erradicação da pobreza como estratégia central;

b) Continuar a atribuir recursos financeiros consideráveis e/ou aumentar os recursos destinados ao combate à desertificação e à mitigação dos efeitos da seca, e

c) Ajudá-los a reforçar as suas capacidades para lhes permitir melhorar as suas informações e a pesquisa e o desenvolvimento, tendo em vista o combate à desertificação e/ou a mitigação dos efeitos da seca.

2 - Outros países partes poderão fornecer, voluntariamente, aos países Partes africanos afetados, tecnologia, conhecimentos gerais e conhecimentos técnicos relacionados com a desertificação e/ou recursos financeiros. A transferência desses conhecimentos gerais, conhecimentos técnicos e experiência será facilitada pela cooperação internacional.

Artigo 6º

Planejamento estratégico para um desenvolvimento sustentável

1- Os programas de ação nacionais serão um elemento central e indispensável de um processo mais vasto de formulação de políticas nacionais de desenvolvimento sustentável dos países Partes africanos afetados;

2- Será desencadeado um processo de consulta e participação, envolvendo os poderes públicos aos níveis adequados, as populações e as comunidades locais e as organizações não-governamentais, com a finalidade de obter orientação para a definição de uma estratégia de planejamento flexível que venha a permitir a máxima participação das populações e comunidades locais. Os organismos de ajuda bilateral e multilateral poderão ser associados a este processo a pedido de um país Parte africano afetado, se for considerado adequado.

Artigo 7º

Calendário de elaboração dos programas de ação

Até a entrada em vigor da Convenção, os países Partes africanos, em cooperação com outros membros da comunidade internacional, conforme for apropriado e na medida do possível, aplicarão provisoriamente as disposições da Convenção relativas à elaboração dos programas de ação nacional, sub-regional e regional.

Artigo 8º

Conteúdo dos programas de ação nacionais

1- De conformidade com o disposto no artigo 10º da Convenção, a estratégia geral dos programas de ação nacionais dará ênfase aos programas de desenvolvimento local integrado das zonas afetadas, com base em mecanismos participativos e na integração das estratégias de erradicação da pobreza nos esforços de combate à desertificação e na mitigação dos efeitos da seca. Os programas terão como objetivo reforçar a capacidade das autoridades locais e assegurar a participação ativa das populações, das comunidades e dos grupos locais, com ênfase especial na educação e na formação, na mobilização das organizações não-governamentais com experiência reconhecida e no reforço de estruturas governamentais descentralizadas.

2 - Os programas de ação nacionais incluirão, conforme apropriado, os seguintes elementos de ordem geral:

a) O aproveitamento, na sua elaboração e implementação, da experiência acumulada de combate à desertificação e/ou mitigação dos efeitos da seca, tomando em consideração as condições sociais, econômicas e ecológicas;

b) A identificação dos fatores que contribuem para a desertificação e/ou seca e os recursos e meios disponíveis e necessários, e o estabelecimento de políticas apropriadas e de soluções e medidas institucionais e outras consideradas necessárias para o combate àqueles fenômenos e/ou mitigação dos seus efeitos; e

c) O aumento da participação das populações e comunidades locais, em particular das mulheres, dos agricultores e dos pastores, delegando nelas maiores responsabilidades de gestão.

3- Os programas de ação nacionais deverão incluir também, se apropriado, as seguintes medidas:

a) Medidas de melhoria do ambiente econômico com vistas à erradicação da pobreza:

(i) Aumento das receitas das famílias e das oportunidades de emprego, especialmente para os elementos mais pobres da comunidade através de:

- criação de mercados para os produtos agropecuários;
- criação de instrumentos financeiros adaptados às necessidades locais;
- fomento da diversificação na agricultura e criação de empresas agrícolas;
- desenvolvimento de atividades econômicas de tipo para-agrícola ou não-agrícola;

(ii) Melhoria das perspectivas de longo prazo das economias rurais através de:

- criação de incentivos aos investimentos produtivos e ao acesso aos meios de produção; e

- adoção de políticas de preços e fiscais e de práticas comerciais que promovam o crescimento;

(iii) Definição e aplicação de políticas demográficas e migratórias destinadas a reduzir a pressão populacional sobre a terra; e

(iv) Promoção e utilização de culturas resistentes à seca e aplicação de sistemas integrados de culturas de sequeiro a fim de garantir a segurança alimentar;

b) Medidas destinadas à conservação dos recursos naturais:

(i) Gestão integrada e sustentada dos recursos naturais, que abranja:

- as terras agrícolas e as terras de pastoreio;

- a cobertura vegetal e a fauna;

- as florestas;

- os recursos hídricos; e

- a diversidade biológica;

(ii) Promoção e reforço das ações de formação dirigidas à conscientização do público e à educação ambiental e divulgação de conhecimentos acerca das técnicas relacionadas com a gestão sustentada dos recursos naturais;

(iii) Desenvolvimento e utilização eficiente de diversas fontes de energia, nomeadamente fontes de energia alternativas, particularmente energia solar, eólica e produção de biogás, e tomar medidas concretas para a transferência, aquisição e adaptação de tecnologias pertinentes de modo a aliviar a pressão sobre os fragilizados recursos naturais;

c) medidas para a melhoria da organização institucional:

(i) Definição das funções e responsabilidades da administração central e das autoridades locais no quadro de uma política de planeamento do uso da terra;

(ii) Promoção politicamente ativa de descentralização que devolva a responsabilidade de gestão e decisão às autoridades locais, encoraje a iniciativa e o sentido de responsabilidade das comunidades locais e a criação de estruturas locais, e

(iii) adaptação, se adequada, do quadro institucional e regulamentar da gestão dos recursos naturais, no sentido de garantir segurança às populações locais no que diz respeito à fruição da terra;

d) Medidas para melhorar os conhecimentos do fenómeno da desertificação:

(i) Promoção da pesquisa e da coleta, tratamento e permuta de informação acerca dos aspectos científicos, técnicos e socio-econômicos da desertificação;

(ii) Melhoria das capacidades nacionais na área da pesquisa e na área da coleta, tratamento, intercâmbio e análise da informação, por forma a permitir uma melhor compreensão do fenómeno e a aplicação prática dos resultados da análise, e

(iii) Encorajamento do estudo, a médio e longo prazo, da:

- evolução sócio-econômica e cultural nas zonas afetadas; -

- evolução dos recursos naturais dos pontos de vista qualitativo e quantitativo,

- interação entre o clima e a desertificação, e

e) Medidas para acompanhar e avaliar os efeitos da seca:

(i) Definição das estratégias de avaliação das incidências da variabilidade natural do clima na seca e na desertificação ao nível regional e/ou utilização das previsões relativas à variabilidade climática estacional e interanual a fim de mitigar os efeitos da seca;

(ii) Reforço dos sistemas de alerta rápido e de intervenção, gestão mais racional das ajudas de emergência e das ajudas alimentares, melhoria dos sistemas de armazenamento e distribuição de alimentos, dos programas de proteção do gado e de realização de obras públicas e da promoção de modos de subsistência alternativos nas zonas mais sujeitas à seca, e

(iii) Acompanhamento e avaliação da degradação ecológica que permita fornecer informação credível e em tempo útil sobre os processos e a dinâmica da degradação dos recursos, a fim de facilitar a adoção de melhores políticas e respostas a este problema.

Artigo 9º

Elaboração dos programas de ação nacionais e critérios de implementação e avaliação

Cada um dos países Partes africanos afetados designará um órgão apropriado de coordenação nacional que dinamizará a elaboração, implementação e avaliação do respectivo programa de ação nacional. Este organismo de coordenação, de conformidade com o artigo 3º, e, se apropriado, deverá:

a) Levar a cabo uma identificação e revisão das ações a serem empreendidas, começando por um processo de consulta a nível local, envolvendo as populações e as comunidades locais, com a cooperação das autoridades administrativas locais, países Partes desenvolvidos e organizações intergovernamentais e não-governamentais, na base de consultas iniciais, a nível nacional, aos interessados,

b) Identificar e analisar as restrições, necessidades e insuficiências que afetam o desenvolvimento e a utilização sustentada da terra e recomendar medidas práticas para evitar duplicações, tirando o máximo partido dos esforços pertinentes em curso, e encorajar a implementação dos resultados;

c) Facilitar, conceber e formular projetos de atividade baseados em abordagens interativas e flexíveis, de modo a assegurar a participação ativa da população das áreas afetadas, minimizar o impacto negativo de tais atividades e identificar e estabelecer as prioridades em matéria de necessidades de assistência financeira e de cooperação técnica;

d) Estabelecer critérios pertinentes, quantificáveis e rapidamente verificáveis, para assegurar a análise e a avaliação dos programas de ação nacionais, compreendendo medidas de curto, médio e longo prazos e a respectiva implementação; e

e) Elaborar relatórios sobre o grau de execução dos programas de ação nacionais.

Artigo 10º

Quadro organizativo dos programas de ação sub-regionais

1 - De conformidade com o artigo 4º da Convenção, os países Partes africanos cooperarão na elaboração e implementação de programas de ação sub-regionais para a África Central, África Oriental, África do Norte, África Austral e África Ocidental e, para esse efeito, poderão delegar as seguintes responsabilidades nas competentes organizações intergovernamentais de nível regional:

- a) Servir de centros dinamizadores das atividades de preparação e coordenação da implementação dos programas de ação sub-regional,
- b) Prestar apoio na elaboração e implementação dos programas de ação nacionais,
- c) Facilitar o intercâmbio de informação, experiência e conhecimentos técnicos, bem como assessorar a revisão da legislação nacional,
- d) Qualquer outra responsabilidade relacionada com a implementação dos programas de ação sub-regionais

2 - As instituições sub-regionais especializadas poderão, mediante solicitação prévia, prestar apoio e/ou ser encarregadas de coordenar as atividades nas suas respectivas áreas de competência.

Artigo 11º

Conteúdo e elaboração dos programas de ação sub-regionais

Os programas de ação sub-regionais centrar-se-ão nas questões suscetíveis de serem melhor tratadas a nível sub-regional. Tais programas criarão, sempre que necessário, mecanismos para a gestão conjunta de recursos naturais comuns. Esses mecanismos deverão tratar, de forma eficaz, os problemas transfronteiriços associados à desertificação e/ou seca e deverão prestar apoio a uma harmoniosa implementação dos programas de ação nacionais. As áreas prioritárias a considerar pelos programas de ação sub-regional deverão centrar-se nos aspectos seguintes, se adequados:

- a) Programas conjuntos para a gestão sustentada de recursos naturais transfronteiriços através de mecanismos bilaterais e multilaterais, conforme for adequado;
- b) Coordenação de programas para o desenvolvimento de fontes energéticas alternativas;
- c) Cooperação na gestão e controle de pragas e doenças, vegetais e animais;
- d) Atividades de desenvolvimento das capacidades internas, educação e conscientização pública que melhor se prestem a ser levadas a cabo ou apoiadas a nível sub-regional;
- e) Cooperação científica e técnica, particularmente nas áreas da climatologia, meteorologia e hidrologia, incluindo a criação de redes de recolha e avaliação de dados, partilha de informação e acompanhamento de projetos, assim como a coordenação e a fixação de prioridades nas atividades de pesquisa e desenvolvimento,
- f) Sistemas de alerta rápidos e planeamento conjunto da mitigação dos efeitos da seca, incluindo medidas que façam face aos problemas resultantes das migrações induzidas por fatores ambientais;
- g) Procura de meios que permitam partilhar experiências particularmente as ligadas à participação das populações e comunidades locais, e a criação de um ambiente favorável à melhoria da gestão do uso da terra e à utilização de tecnologias adequadas;
- h) Reforço da capacidade das organizações sub-regionais para exercerem ações de coordenação e de prestação de serviços técnicos, bem como a criação, reorientação e reforço dos centros e instituições sub-regionais, e
- i) Formulação de políticas em áreas, tais como o comércio, que tenham repercussões nas áreas e populações afetadas, incluindo nomeadamente, as políticas de coordenação dos regimes regionais de comercialização e de criação de infraestruturas comuns.

Artigo 12º

Quadro organizativo do programa de ação regional

1 - De conformidade com o artigo 11º da Convenção, os países Partes africanos decidirão conjuntamente os procedimentos a seguir na elaboração e implementação dos programas de ação regional.

2 - As Partes poderão prestar o apoio necessário às competentes instituições e organizações de modo que estas estejam em condições de cumprir as responsabilidades.

Artigo 13º

Conteúdo do programa de ação regional

O programa de ação regional conterá medidas relacionadas com o combate à desertificação e/ou mitigação dos efeitos da seca nas seguintes áreas prioritárias, conforme for apropriado.

a) Desenvolvimento de uma cooperação regional e coordenação dos programas de ação sub-regionais visando a criação de um consenso regional em áreas políticas-chave, nomeadamente através de consultas regulares às instituições sub-regionais;

b) Promoção do desenvolvimento das capacidades internas relativamente às atividades que seja preferível implementar a nível regional;

c) Procura de soluções, em conjunto com a comunidade internacional, para as questões económicas e sociais de carácter global que têm impacto nas áreas afetadas, tendo em consideração a alínea b) do nº 2 do artigo 4º da Convenção;

d) Promoção do intercâmbio de informação, de técnicas apropriadas, de conhecimentos técnicos e de experiência relevante entre os países Partes afetados de África e as respectivas sub-regiões, bem como com outras regiões afetadas; promoção da cooperação científica e tecnológica particularmente nas áreas da climatologia, meteorologia, hidrologia, desenvolvimento dos recursos hídricos e fontes energéticas alternativas, coordenação das atividades de pesquisa sub-regionais e regionais; e determinação das prioridades regionais em matéria de pesquisa e desenvolvimento;

e) Coordenação das redes de observação sistemática e avaliação e de intercâmbio de informação, bem como a sua integração nas redes mundiais; e

f) Coordenação e reforço, aos níveis sub-regional e regional, dos sistemas de alerta rápido e dos planos de emergência em caso de seca.

Artigo 14º

Recursos financeiros

1 - De conformidade com o artigo nº 20º da Convenção e com o nº 2 do artigo 4º deste Anexo os países Partes africanos afetados procurarão criar um quadro macroeconómico dirigido à mobilização de recursos financeiros e estabelecerão políticas e procedimentos que melhor canalizem os recursos para os programas de desenvolvimento local, inclusive através de organizações não-governamentais, se apropriado.

2 - De conformidade com os nºs 4 e 5 do artigo 21º da Convenção, as Partes acordam em estabelecer um inventário das fontes de financiamento aos níveis nacional, sub-regional, regional e internacional, para assegurar o uso racional dos recursos existentes e para identificar as lacunas na sua atribuição, a fim de facilitar a implementação dos programas de ação.

3 - De conformidade com o disposto no artigo 7º da Convenção os países Partes desenvolvidos continuarão a mobilizar recursos significativos e/ou a aumentar os recursos e outras formas de ajuda destinadas aos países Partes africanos afetados, na base dos acordos e dos mecanismos de parceria a que se refere o artigo 18º, prestando a devida atenção, entre outros aspectos, às questões relacionadas com o endividamento, às trocas e sistemas de comercialização internacionais, de acordo com o disposto na alínea b) do nº 2 do artigo 4º da Convenção.

Artigo 15º

Mecanismos financeiros

1 - De conformidade com o disposto no artigo 7º da Convenção, no qual se sublinha a prioridade que deverá ser especialmente concedida aos países Países africanos afetados, e tomando em consideração a situação particular que prevalece na África, as Partes darão uma atenção especial à aplicação naquele continente das disposições constantes nas alíneas d) e e) do nº 1 do artigo 21º da Convenção, nomeadamente.

a) Facilitando a criação de mecanismos, tais como fundos nacionais de combate à desertificação, que canalizem recursos financeiros para o nível local, e

b) Reforçando fundos e mecanismos financeiros já existentes aos níveis sub-regional e regional.

2 - De conformidade com os artigos 20º e 21º da Convenção, as Partes que também sejam membros dos órgãos dirigentes de instituições financeiras regionais e sub-regionais relevantes, incluindo o Banco Africano de Desenvolvimento e o Fundo Africano de Desenvolvimento desenvolverão esforços para que seja dada a devida prioridade e atenção às atividades dessas instituições que promovam a implementação deste anexo.

3 - As Partes racionalizarão, na medida do possível, os procedimentos destinados a canalizar recursos financeiros para os países Partes africanos afetados.

Artigo 16º

Assistência técnica e cooperação

As Partes comprometem-se, em função das respectivas capacidades, a racionalizar a assistência técnica prestada aos países Partes africanos e a cooperação com eles mantida, a fim de aumentar a eficácia dos projectos e programas, através de, nomeadamente :

a) Limitação das despesas de apoio geral e de auxílio preventivo, especialmente as despesas gerais de administração; em qualquer caso, tais custos representarão só uma pequena percentagem do custo total de cada projeto, de modo a maximizar a eficiência do mesmo;

b) Dar preferência à utilização de peritos nacionais competentes ou, se necessário, peritos competentes da sub-região e/ou da região, para a concepção, elaboração e implementação dos projetos e para a formação dos peritos locais, quando não existam; e

c) Gerir, coordenar e utilizar de forma eficiente a assistência técnica a ser prestada.

Artigo 17º

Transferência, aquisição, adaptação e acesso a tecnologias válidas do ponto de vista ambiental

No quadro da aplicação do artigo 13º da Convenção relativo à transferência, aquisição, adaptação e desenvolvimento de tecnologia, as Partes comprometem-se a dar prioridade aos países Partes africanos e, se necessário, a desenvolver com eles novos modelos de parceria e cooperação, tendo em vista o reforço do desenvolvimento das suas capacidades nos campos da pesquisa e desenvolvimento científicos e da recolha e difusão de informação, por forma a permitir que eles implementem as suas estratégias de combate à desertificação e de mitigação dos efeitos da seca.

Artigo 18º

Coordenação e acordos de parceria

1 - Os países Partes africanos coordenação a elaboração, negociação e implementação de programas de ação nacionais, sub-regionais e regionais. Eles poderão associar ao processo, se apropriado, outras Partes e organizações intergovernamentais e não-governamentais relevantes.

2 - Os objetivos da referida coordenação consistem em assegurar que a cooperação financeira e técnica seja promovida em consonância com a Convenção e em proporcionar a necessária continuidade na utilização e administração dos recursos,

3 - Os países Partes africanos organizarão processos de consulta aos níveis nacional, subregional e regional. Estes processos de consulta poderão:

a) Servir como instância de negociação e concertação de acordos de parceria abaseados em programas de ação nacionais, sub-regionais e regionais, e

b) Especificar a contribuição dos países Partes africanos e dos outros membros dos grupos consultivos para os programas de ação e identificar prioridades e áreas de acordo relativamente à implementação e aos critérios de avaliação, bem como aos mecanismos de financiamento destinados a apoiar aquela implementação.

4 - O Secretariado Permanente, a pedido dos países Partes africanos e de conformidade com o disposto no artigo 23º da Convenção, poderá facilitar o desencadear daqueles processos consultivos por intermédio de:

a) Assessoria na organização de esquemas de consulta eficazes, aproveitando a experiência de outros esquemas similares;

b) Informação aos organismos bilaterais e multilaterais competentes acerca das reuniões ou processos de consulta e encorajamento ao seu envolvimento ativo; e

c) Fornecimento de qualquer outra informação relevante para a realização ou melhoria dos referidos esquemas de consulta.

5 - Os órgãos de coordenação sub-regional e regional deverão, entre outras ações:

a) Recomendar modificações nos acordos de parceria;

b) Acompanhar, avaliar e prestar informações sobre a implementação dos programas sub-regionais e regionais acordados; e

c) Procurar assegurar uma comunicação e cooperação eficientes entre os países Partes africanos.

6 - A participação nos grupos consultivos estará aberta, sempre que apropriado, aos governos, aos grupos e doadores interessados, aos órgãos, fundos e programas relevantes do sistema das Nações Unidas, as organizações sub-regionais e regionais competentes e a representantes das organizações não-governamentais. Os participantes em cada um dos grupos consultivos definirão a forma da sua gestão e funcionamento.

7 - De conformidade com o artigo 14º da Convenção, os países Partes desenvolvidos são encorajados a estabelecer, por sua própria iniciativa, um processo informal de consulta e enação entre si, aos níveis nacional, sub-regional e regional e, a pedido dum país Parte africano afetado ou de uma organização sub-regional ou regional apropriada, participar num processo de consulta nacional, sub-regional ou regional que permita avaliar e dar resposta às necessidades de apoio, a fim de facilitar a implementação dos programas de ação.

Artigo 19º

Disposições relativas ao acompanhamento deste Anexo

O acompanhamento deste Anexo será levado a cabo pelos países Partes africanos de conformidade com as disposições da Convenção, nos termos seguintes:

a) A nível nacional, através de uma estrutura cuja composição será determinada por cada um dos países Partes africanos afetados. Esta estrutura contará com a participação de representantes das comunidades locais e funcionará sob a supervisão do órgão nacional de coordenação a que se refere o artigo 9º;

b) A nível sub-regional, através de um comitê consultivo científico e técnico de carácter multidisciplinar, cuja composição e modalidades de funcionamento serão determinadas pelos países Partes africanos da respectiva sub-região; e

c) A nível regional, através de estruturas definidas de conformidade com as disposições pertinentes do Tratado que institui a Comunidade Econômica Africana e de um Comitê Consultivo Científico e Técnico para África.

ANEXO II

ANEXO DE IMPLEMENTAÇÃO REGIONAL PARA A ÁSIA

Artigo 1º

Objeto

O presente Anexo tem por objeto fornecer as linhas de orientação e indicar as disposições a tomar tendo em vista a implementação efetiva da Convenção nos países Partes afetados da região asiática, à luz das particularidades dessa região.

Artigo 2º

Particularidades da região asiática

No cumprimento das obrigações emergentes desta Convenção, as Partes tomarão em conta, conforme apropriado, as seguintes particularidades, as quais são aplicáveis, em graus diversos, aos países Partes afetados da região:

a) A elevada proporção de áreas nos seus territórios afetadas por ou vulneráveis à desertificação e à secas e a grande diversidade dessas mesmas zonas no que se refere ao clima, topografia, uso da terra e sistemas sócio-econômicos.

b) Uma forte pressão exercida sobre os recursos naturais para assegurar a subsistência;

c) A existência de sistemas de produção diretamente associados às situações de pobreza generalizada, que provocam a degradação da terra e o esgotamento dos escassos recursos hídricos;

d) A importante repercussão nesses países da situação da economia mundial e de problemas sociais, tais como a pobreza, as más condições de saúde e de nutrição, a falta de segurança alimentar, a migração, o deslocamento forçado de pessoas e a dinâmica demográfica;

e) A capacidade crescente, mas ainda insuficiente, desses países, para fazerem face aos problemas da desertificação e da seca a nível nacional, e

f) A sua necessidade de uma cooperação internacional que vise atingir objetivos de desenvolvimento sustentável relacionados com o combate à desertificação e a mitigação dos efeitos da seca

Artigo 3º

Quadro dos programas de ação nacionais

1 - Os programas de ação nacionais inscrevem-se no quadro mais vasto das políticas nacionais de desenvolvimento sustentável elaboradas pelos países Partes afetados da região.

2 - Os países Partes afetados deverão, sempre que apropriado, elaborar programas de ação nacionais, de conformidade com os artigos 9º a 11º da Convenção, dando especial atenção à alínea f) do nº 2 do artigo 10º. Neste processo poderão participar, se considerado adequado e a pedido do país Parte afetado, organismos de cooperação bilateral e multilateral

Artigo 4º

Programas de ação nacionais

1 - Na elaboração e implementação dos programas de ação nacionais, os países Partes afetados da região poderão, segundo o que lhes for conveniente e em função da sua própria situação e das suas próprias políticas, adotar, entre outras, as seguintes medidas:

a) Designar órgãos adequados encarregados da elaboração, coordenação e implementação dos seus programas de ação;

b) Envolver as populações afetadas, incluindo as comunidades locais, na elaboração, coordenação e implementação dos seus programas de ação através de um processo de consulta localmente conduzido, com a cooperação das autoridades locais e das organizações nacionais e não-governamentais competentes;

c) Examinar o estado do meio ambiente nas zonas afetadas para avaliar as causas e as consequências da desertificação e determinar os domínios de ação prioritária;

d) Avaliar, com a participação das populações afetadas, os programas anteriores e os atualmente em curso relacionados com o combate à desertificação e a mitigação dos efeitos da seca de modo a conceber uma estratégia e a precisar as atividades a incluir nos respectivos programas de ação;

e) Preparar programas técnicos e financeiros com base nas informações obtidas em resultado das atividades previstas nas alíneas a) a d) deste artigo;

f) Desenvolver e aplicar procedimentos e critérios que permitam avaliar a implementação dos seus programas de ação;

g) Promover a gestão integrada das bacias hidrográficas, a conservação dos recursos pedológicos e a melhoria e uso eficiente dos recursos hídricos;

h) Reforçar e/ou criar sistemas de informação, avaliação e acompanhamento e ainda sistemas de alerta rápido nas regiões propensas à desertificação e à seca, tomando em consideração os fatores climatológicos, meteorológicos, hidrológicos, biológicos e outros fatores pertinentes, e

i) Adotar, num espírito de parceria e onde a cooperação internacional, incluindo a assistência financeira e técnica, esteja presente, as disposições adequadas para apoiar os seus programas de ação.

2 - De conformidade com o artigo 10º da Convenção, a estratégia geral a aplicar no quadro dos programas nacionais dará ênfase aos programas integrados de desenvolvimento local nas áreas afetadas, com base em mecanismos de participação e na integração das estratégias de erradicação da pobreza nos esforços para combater a desertificação e mitigar os efeitos da seca. As medidas setoriais previstas nos programas de ação serão agrupadas por domínios prioritários, os quais terão em conta a grande diversidade de áreas afetadas na região, conforme referido na alínea a) do artigo 2º.

Artigo 5º

Programas de ação sub-regionais e programas de ação conjuntos

1 - De conformidade com o artigo 11º da Convenção, os países Partes afetados asiáticos poderão decidir, por mútuo acordo, proceder a consultas e cooperar com outras Partes, se apropriado, na elaboração e implementação de programas de ação sub-regional ou de programas de ação conjuntos, conforme os casos, com vistas a complementar e a aumentar a eficiência de implementação dos programas de ação nacionais. Em qualquer dos casos, as Partes envolvidas poderão decidir, de comum acordo, confiar a organizações sub-regionais, incluindo organizações bilaterais e até nacionais, ou a instituições especializadas, a responsabilidade de elaborar, coordenar e implementar tais programas. Essas organizações ou instituições poderão também atuar como centros dinamizadores da promoção e coordenação das ações desenvolvidas, de conformidade com os artigos 16º a 18º da Convenção.

2 - Na elaboração e implementação dos programas de ação sub-regionais ou dos programas de ação conjuntos, os países Partes afetados da região deverão, conforme for apropriado e entre outras medidas, adotar as seguintes:

a) Identificar, em cooperação com as instituições nacionais, as prioridades em matéria de luta contra a desertificação e de mitigação dos efeitos da seca que serão melhor satisfeitas através de tais programas, bem como as atividades relevantes que, por seu intermédio, poderão ser efetivamente concretizadas;

b) Avaliar os meios de ação e as atividades das instituições regionais, sub-regionais e nacionais competentes;

c) Analisar os programas em curso relacionados com a desertificação e a seca que envolvam todas ou algumas das Partes da região ou sub-região e a sua relação com os programas de ação nacionais; e

d) Adotar, num espírito de parceria e onde a cooperação internacional, incluindo a assistência financeira e técnica, esteja presente, medidas, bilaterais e/ou multilaterais, que dêem apoio aos referidos programas

3 - Os programas de ação sub-regionais ou conjuntos poderão incluir programas conjuntos, estabelecidos de comum acordo, para a gestão sustentada dos recursos naturais transfronteiriços relacionados com a desertificação, prioridades relativas à coordenação e outras atividades nas áreas do desenvolvimento das capacidades, cooperação científica e técnica particularmente sistemas de alerta rápido das secas e de intercâmbio de informação, e meios de reforço das organizações sub-regionais e outras organizações ou instituições relevantes.

Artigo 6º

Atividades regionais

As atividades regionais dirigidas à consolidação dos programas de ação sub-regionais ou conjuntos poderão incluir, entre outras, medidas de reforço das instituições e mecanismos de coordenação e cooperação a nível nacional, sub-regional e regional, e promover a implementação dos artigos 16º a 19º da Convenção. Estas atividades poderão também incluir:

a) A promoção e o reforço das redes de cooperação técnica;

b) A realização de inventários das tecnologias, conhecimentos gerais, conhecimentos técnicos e práticas, bem como de tecnologias e conhecimentos técnicos tradicionais e locais, promovendo a sua difusão e o seu uso;

c) A avaliação das necessidades em matéria de transferência de tecnologia e o fomento da adaptação e do uso dessa mesma tecnologia; e

d) A promoção de programas de conscientização pública e de desenvolvimento das capacidades a todos os níveis, intensificando a formação profissional a pesquisa e o desenvolvimento e criando sistemas que valorizem os recursos humanos.

Artigo 7º

Recursos e mecanismos financeiros

1 - As Partes, tendo em vista a importância de que se reveste o combate à desertificação e à mitigação dos efeitos da seca na região asiática, promoverão a mobilização de recursos financeiros substanciais e a disponibilização de mecanismos financeiros, de conformidade com os artigos 20º e 21º da Convenção.

2 - De conformidade com a Convenção e na base do mecanismo de coordenação previsto no artigo 8º, e ainda de acordo com as respectivas políticas nacionais de desenvolvimento, os países Partes afetados da região deverão, individual ou conjuntamente:

a) Adotar medidas para racionalizar e reforçar os mecanismos de financiamento que façam apelo ao investimento público e privado, com vistas a conseguir resultados concretos no combate à desertificação e na mitigação dos efeitos da seca;

b) Identificar as necessidades em matéria de cooperação internacional, particularmente nas áreas financeira, técnica e tecnológica, para apoio dos esforços desenvolvidos a nível nacional;

c) Promover a participação das instituições de cooperação financeira bilateral e/ou multilateral de cooperação a fim de assegurar a implementação da Convenção.

3 As Partes racionalizarão, na medida do possível, os procedimentos destinados a canalizar fundos para os países Partes afetados da região.

Artigo 8º

Mecanismos de cooperação e coordenação

1 - Os países Partes afetados, através dos órgãos adequados designados em conformidade com a alínea a) do nº 1 do artigo 4º, e outras Partes da região, poderão, se apropriado, criar um mecanismo cujas finalidades, entre outras, seriam as seguintes:

- a) Permutar informação, experiência, conhecimentos gerais e conhecimentos técnicos;
- b) Cooperar e coordenar ações, incluindo acordos bilaterais e multilaterais, aos níveis sub-regional e regional;
- c) Promover a cooperação científica, técnica, tecnológica e financeira, de conformidade com o disposto nos artigos 5º a 7º deste Anexo;
- d) Identificar as necessidades em matéria de cooperação extensa ; e
- e) Acompanhar e avaliar a implementação dos programas de acção.

2 - Os países Partes afetados, através dos órgãos adequados designados em conformidade com a alínea a) do nº 1 do artigo 4º deste Anexo, e outras Partes da região, poderão também, se apropriado, proceder a consultas e assegurar uma coordenação relativamente aos programas de acção nacionais, sub-regionais e de acção conjunta. Eles poderão associar a este processo, se apropriado, outras Partes e organizações intergovernamentais e não-governamentais competentes. Esta coordenação visa, entre outros objetivos, procurar assegurar a conclusão de um acordo sobre as possibilidades de cooperação internacional, de conformidade com os artigos 20º e 21º da Convenção, reforçar a cooperação técnica e canalizar os recursos de modo que possam ser usados eficazmente.

3 - Os países Partes afetados da região promoverão, periodicamente, reuniões de coordenação, podendo o Secretariado Permanente, a pedido daqueles e de conformidade com o artigo 23º da Convenção, facilitar a convocação de tais reuniões através de:

- a) Assessoria à organização de esquemas de coordenação eficazes, tirando partido da experiência adquirida com outros esquemas similares;
- b) Informação aos organismos bilaterais e multilaterais competentes acerca das reuniões de coordenação e encorajamento à sua participação ativa; e
- c) Fornecimento de quaisquer outras informações que possam ser úteis à criação ou melhoria dos processos de coordenação.

ANEXO III

ANEXO DE IMPLEMENTAÇÃO REGIONAL PARA A AMÉRICA LATINA E CARAÍBAS

Artigo 1º

Objeto

O presente Anexo tem por objetivo fornecer linhas de orientação geral tendo em vista a implementação da Convenção na região da América Latina e Caraíbas, à luz das particularidades dessa região.

Artigo 2º

Particularidades da região da América Latina e Caraíbas

As Partes, de conformidade com as disposições da Convenção, tomarão em consideração as seguintes particularidades da região:

a) A existência de vastas áreas vulneráveis que têm sido severamente afetadas pela desertificação e/ou seca, as quais apresentam características heterogêneas consoante os locais onde se verificam aqueles fenômenos, este processo, de características cumulativas e intensidade crescente, tem efeitos sociais, culturais, econômicos e ambientais negativos, tanto mais graves quanto na região se encontra uma das maiores reservas de diversidade biológica do mundo;

b) O uso freqüente nas zonas afetadas de modelos de desenvolvimento não sustentáveis em resultado de uma complexa interação de fatores físicos, biológicos, políticos, sociais, culturais e econômicos, neles se incluindo fatores econômicos internacionais tais como o endividamento externo, a deterioração dos termos de troca e as práticas comerciais que afetam os mercados de produtos agrícolas, da pesca e florestais; e

c) Uma quebra acentuada na produtividade dos ecossistemas, a qual constitui a principal consequência da desertificação e da seca e se traduz numa diminuição dos rendimentos agrícolas, pecuários e florestais e numa perda da diversidade biológica; do ponto de vista social, geraram-se processos de empobrecimento, migração, movimentos internos da população e deterioração da qualidade de vida; a região deverá, em consequência, abordar de forma integrada os problemas da desertificação e da seca, recorrendo a modelos de desenvolvimento sustentável compatíveis com a realidade ambiental, econômica e social de cada país.

Artigo 3º

Programas de ação

1- De conformidade com a Convenção, em particular os seus artigos 9º a 11º, e em consonância com as suas políticas de desenvolvimento nacional, os países Partes afetados da região deverão, sempre que apropriado, elaborar e implementar programas de ação nacionais para combater a desertificação e mitigar os efeitos da seca, os quais serão parte integrante das suas políticas de desenvolvimento sustentável.

2 - Na elaboração dos seus programas de ação nacionais, os países Partes afetados da região darão uma atenção particular à alínea f) do nº2 do artigo 10º da Convenção.

Artigo 4º

Conteúdo dos programas de ação nacionais

De acordo com a sua respectiva situação e de conformidade com o artigo 5º da Convenção, os países Partes afetados da região poderão ter em consideração, entre outras, as seguintes áreas temáticas ao desenvolver a sua estratégia de combate à desertificação e/ou mitigação dos efeitos da seca:

a) O aumento das respectivas capacidades, a educação e a conscientização públicas, a cooperação técnica, científica e tecnológica, bem como os recursos e mecanismos financeiros.

b) A erradicação da pobreza e a melhoria da qualidade de vida humana;

c) A realização da segurança alimentar e de um desenvolvimento sustentável e de uma gestão sustentada das atividades agrícolas, pecuárias, florestais e de uso múltiplo;

d) A gestão sustentada dos recursos naturais, particularmente a exploração racional das bacias hidrográficas;

e) A gestão sustentada dos recursos naturais nas zonas de elevada altitude;

f) A gestão racional e conservação dos recursos pedológicos e o aproveitamento e utilização eficiente dos recursos hídricos;

g) A elaboração e aplicação de planos de emergência para mitigar os efeitos da seca;

h) A criação e/ou reforço de sistemas de informação, avaliação e acompanhamento e de alerta rápido nas regiões propensas à desertificação e à seca, tomando em consideração os aspectos climatológicos, meteorológicos, hidrológicos, biológicos, pedológicos, econômicos e sociais;

i) O desenvolvimento, gestão e uso eficiente de diversas fontes de energia, incluindo a promoção de fontes de energia alternativas;

j) A conservação e a utilização sustentada da diversidade biológica, de conformidade com as disposições da Convenção sobre a Diversidade Biológica;

k) A tomada em consideração dos aspectos demográficos relacionados com a desertificação e a seca; e

l) A criação ou o reforço dos quadros institucionais e jurídicos que permitam a aplicação da Convenção, visando, entre outros aspectos, a descentralização das estruturas e das funções administrativas relacionadas com a desertificação e a seca, envolvendo a participação das comunidades afetadas e da sociedade em geral.

Artigo 5º

Cooperação técnica, científica e tecnológica

De conformidade com a Convenção, particularmente os seus artigos 16º a 18º, e no quadro do mecanismo de coordenação previsto no artigo 7º deste anexo, os países Partes afetados da região deverão, individual ou conjuntamente:

a) Promover o reforço das redes de cooperação técnica e dos sistemas de informação nacionais, sub-regionais e regionais, bem como a sua integração, se apropriada, nas fontes mundiais de informação;

b) Realizar um inventário das tecnologias e conhecimentos técnicos disponíveis e promover a sua difusão e utilização;

c) Promover a utilização das tecnologias conhecimentos gerais, conhecimentos técnicos e práticas tradicionais, de conformidade com o disposto na alínea b) do nº 2 do artigo 18º da Convenção,

d) Identificar as necessidades em matéria de transferência de tecnologia; e

e) Promover o desenvolvimento, a adaptação, a adoção e a transferência das tecnologias existentes consideradas relevantes e das novas tecnologias válidas do ponto de vista ambiental.

Artigo 6º

Recursos e mecanismos financeiros

De conformidade com a Convenção, particularmente os seus artigos 20º e 21º, no quadro do mecanismo de coordenação previsto no seu artigo 7º e em consonância com as suas políticas de desenvolvimento nacional, os países Partes afetados da região deverão, individual ou conjuntamente:

a) Adotar medidas para racionalizar e fortalecer mecanismos para o suprimento de fundos, através de investimento público e privado, com vistas a conseguir resultados concretos no combate à desertificação e na mitigação dos efeitos da seca;

b) Identificar as necessidades em matéria de cooperação internacional para apoio dos esforços desenvolvidos a nível nacional; e

c) Promover a participação das instituições de cooperação financeira bilateral e/ou multilateral, com a finalidade de assegurar a implementação da Convenção.

Artigo 7º

Quadro institucional

1 - Para conferir maior eficácia a este anexo, os países Partes afetados da região deverão:

a) Criar e/ou reforçar centros dinamizadores nacionais de coordenação das ações de combate à desertificação e/ou mitigação dos efeitos da seca; e

b) Criar um mecanismo de coordenação dos pontos focais nacionais, com os seguintes objetivos:

- (i) Permutar informação e experiência;
- (ii) Coordenar as atividades aos níveis sub-regional e regional;
- (iii) Promover a cooperação técnica, científica, tecnológica e financeira;
- (iv) Identificar as necessidades em matéria de cooperação externa; e
- (v) Acompanhar e avaliar a implementação dos programas de ação.

2 - Os países Partes afetados da região promoverão, periodicamente, reuniões de coordenação, podendo o Secretariado Permanente, a pedido daqueles e de conformidade com o artigo 23 da Convenção, facilitar a convocação de tais reuniões através de:

a) Assessoria à organização de esquemas de coordenação eficazes, aproveitando a experiência adquirida com outros esquemas similares;

b) Informação aos organismos bilaterais e multilaterais competentes acerca das reuniões de coordenação, e encorajamento à sua participação ativa; e

c) Fornecimento de quaisquer outras informações que possam ser úteis à criação ou melhoria dos processos de coordenação.

ANEXO IV

ANEXO DE IMPLEMENTAÇÃO REGIONAL PARA O NORTE DO MEDITERRÂNEO

Artigo 1º

Objeto

O presente Anexo tem por objeto fornecer as linhas de orientação e indicar as disposições a tomar tendo em vista uma efetiva implementação da Convenção nos países Partes afetados da região norte-mediterrânica, à luz das particularidades da região.

Artigo 2º

Particularidades da região norte-mediterrânica

As particularidades da região norte-mediterrânica referidas no artigo 1º deste Anexo incluem:

a) Condições climáticas semi-áridas afetando grandes áreas, secas sazonais, grande variabilidade pluviométrica e chuvas repentinas e de grande intensidade;

b) Solos pobres e altamente erosionáveis, propensos à formação de crostas superficiais;

c) Relevo acidentado, com declives acentuados e paisagens muito diversificadas;

d) Grandes perdas na cobertura florestal devido a incêndios florestais frequentes;

e) Crise na agricultura tradicional associada ao abandono da terra e deterioração das estruturas de proteção do solo e de conservação da água;

f) Exploração não sustentável dos recursos hídricos, causadora de prejuízos ambientais graves, neles se incluindo a poluição química, a salinização e o esgotamento dos aquíferos; e

g) Concentração da atividade econômica no litoral, como resultado do crescimento urbano, da atividade industrial, do turismo e da agricultura de irrigação.

Artigo 3º

Planejamento estratégico para um desenvolvimento sustentável

1 - Os programas de ação nacionais farão parte integrante do planejamento estratégico para um desenvolvimento sustentável dos países Partes afetados do Norte do Mediterrâneo.

2 - Um processo de consulta e participação, envolvendo os poderes públicos aos níveis adequados, as comunidades locais e as organizações não-governamentais, será levado a cabo no sentido de fornecer orientações para a estratégia a aplicar, recorrendo a um planejamento flexível que permita a máxima participação local, de conformidade com a alínea f) do nº 2 do artigo 10º da Convenção.

Artigo 4º

Obrigação de elaborar os programas de ação nacionais e respectiva calendarização

Os países Partes afetados da região norte-mediterrânica deverão elaborar programas de ação nacionais e, conforme for adequado, programas de ação sub-regionais regional e de ação conjunta. A elaboração de tais programas será finalizada logo que possível.

Artigo 5º

Elaboração e implementação dos programas de ação nacionais

Na elaboração e implementação dos programas de ação nacionais, de conformidade com os artigos 9 e 10º da Convenção, cada país Parte afetado da região deverá, conforme for apropriado:

a) Designar os órgãos adequados responsáveis pela elaboração, coordenação e implementação do seu programa;

b) Envolver as populações afetadas, incluindo as comunidades locais, na elaboração, coordenação e implementação do programa, através de um processo de consulta localmente conduzido, com a cooperação das autoridades locais e das organizações não-governamentais pertinentes;

c) Examinar o estado do meio ambiente nas áreas afetadas para avaliar as causas e consequências da desertificação e determinar os domínios de ação prioritários;

e) Preparar programas técnicos e financeiros com base nas informações obtidas em resultado das atividades referidas nas alíneas a) a d) deste artigo; e

f) Desenvolver e utilizar procedimentos e critérios que permitam acompanhar e avaliar a implementação do programa.

Artigo 6º

Conteúdo dos programas de ação nacionais

Os países Partes afetados da região poderão incluir, nos seus programas de ação nacionais, medidas relacionadas com:

- a) As áreas legislativa, institucional e administrativa;
- b) Os padrões de utilização da terra, a gestão dos recursos hídricos, a conservação do solo, a silvicultura, as atividades agrícolas e a gestão das pastagens naturais e semeadas;
- c) A gestão e conservação da vida silvestre e de outras formas de diversidade biológica;
- d) A proteção contra os incêndios florestais;
- e) A promoção de formas de subsistência alternativas; e
- f) A pesquisa, a formação profissional e a conscientização pública.

Artigo 7º

Programas de ação sub-regionais, regional e de ação conjunta

1 - Os países Partes afetados da região poderão, de conformidade com o artigo 11º da Convenção, elaborar e implementar programas de ação sub-regionais e/ou regional, de modo a complementar e a aumentar a eficácia dos programas de ação nacionais. Duas ou mais Partes da região poderão, igualmente, acordar entre si na elaboração dum programa de ação conjunta.

2 - As disposições dos artigos 5º e 6º deste anexo aplicam-se *mutatis mutandis* à elaboração e implementação dos programas de ação sub-regionais, regional e, de ação conjunta. Adicionalmente, estes programas poderão comportar atividades de pesquisa e desenvolvimento relativas a determinados ecossistemas das áreas afetadas.

3 - Ao elaborar e implementar os programas de ação sub-regionais, regional e de ação conjunta, os países Partes afetados da região deverão, conforme for apropriado:

- a) Identificar, em cooperação com as instituições nacionais, os objetivos nacionais relacionados com a desertificação que serão melhor satisfeitos através de tais programas, bem como as atividades concretizadas;
- b) Avaliar os meios de ação e as atividades das instituições regionais, sub-regionais e nacionais competentes; e
- c) Analisar os programas em curso relacionados com a desertificação que sejam comuns às diferentes Partes da região e a sua relação com os programas de ação nacionais.

Artigo 8º

Coordenação dos programas de ação sub-regionais, regional e de ação conjunta

Ao elaborar um programa de ação sub-regional, regional ou de ação conjunta, os países Partes afetados poderão criar um comitê de coordenação composto por representantes de cada um dos países Partes afetados envolvidos, o qual examinará os progressos havidos no combate à desertificação, harmonizará os programas de ação nacionais, fará recomendações nas várias fases de elaboração e de implementação dos programas de ação sub-regional, regional ou de ação conjunta e servirá de centro dinamizador da promoção e coordenação da cooperação técnica, de conformidade com os artigos 16º a 19º da Convenção.

Artigo 9º

Não-elegibilidade para a assistência financeira

Os países Partes desenvolvidos afetados da região, ao implementar os programas de ação sub-regionais, regional e de ação conjunta, não reúnem condições de elegibilidade para receber assistência financeira no âmbito desta Convenção.

Artigo 10º

Coordenação com outras sub-regiões e regiões

Os programas de ação sub-regionais, regional e de ação conjunta da região norte-mediterrânica poderão ser elaborados e implementados em colaboração com os programas de outras sub-regiões ou regiões, particularmente os da sub-região da África do Norte.

À Comissão de Relação Exteriores e Defesa Nacional.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 27, DE 1997
(Nº 369/96, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Acordo, por troca de Notas, relativo a um empréstimo japonês concedido aos Estados de Santa Catarina, Paraná, Bahia e Ceará para Projetos Ambientais, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Japão, em Brasília, em 26 de agosto de 1996.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º. Fica aprovado o texto do Acordo, por troca de Notas, relativo a um empréstimo japonês concedido aos Estados de Santa Catarina, Paraná, Bahia e Ceará para Projetos Ambientais, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Japão, em Brasília, em 26 de agosto de 1996.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

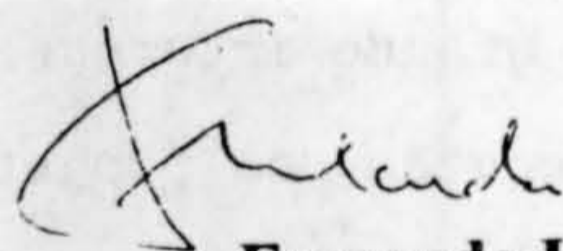
Art. 2º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 932, DE 1996

Senhores Membros do Congresso Nacional,

De conformidade com o disposto no artigo 49, inciso I, da Constituição Federal, submeto à elevada consideração de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado, Interino, das Relações Exteriores, o texto do Acordo, por troca de Notas, relativo a um empréstimo japonês concedido aos Estados de Santa Catarina, Paraná, Bahia e Ceará para Projetos Ambientais, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Japão, em Brasília, em 26 de agosto de 1996.

Brasília, 1º de outubro de 1996.



Fernando Henrique Cardoso

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº 428, DE 30 DE SETEMBRO DE 1996, DO SR.
MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Tenho a honra de submeter à alta consideração de Vossa Excelência o anexo texto do Acordo por troca de Notas, de 26 de agosto de 1996, pelo qual os Governos da República Federativa do Brasil e do Japão formalizam a futura concessão de financiamento de Y 55,197 bilhões (cinquenta e cinco bilhões e cento e noventa e sete milhões de ienes), por parte do Fundo de Cooperação Econômica Ultramarina (OECE), para a implementação de quatro projetos ambientais no Brasil.

2. Trata-se dos projetos de controle das enchentes da Bacia do Rio Itajaí; de melhoramento ambiental do Estado do Paraná; de saneamento ambiental da Baía de Todos os Santos e de construção de usina de energia eólica no Estado do Ceará.

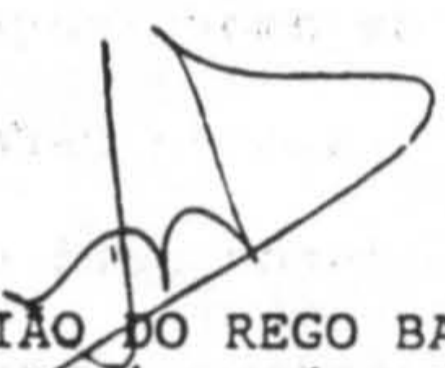
3. O Acordo formalizado por essa troca de Notas reveste-se de importância significativa, não só pelos efeitos positivos no campo ambiental, mas também, no plano econômico-social, tanto pelas condições favoráveis da concessão dos créditos (taxa de juros de 4%, prazo de amortização de dezoito anos e período de carência de sete anos), quanto pela contribuição em termos de aperfeiçoamento da infra-estrutura existente e de melhoria da qualidade de vida das

populações dos Estados de Santa Catarina, Paraná, Bahia e Ceará. Em relação a este último Estado, ressalte-se, ainda, o aspecto inovador da exploração do uso de energia alternativa, como a que será produzida pela usina de propulsão eólica a ser financiada por aquela instituição japonesa.

4. Desejo destacar, ademais, a importância política do presente instrumento, pela continuidade que confere à participação dos financiamentos concessionais nipônicos em projetos de impacto social, a ser implementados em pontos diversos do território nacional.

5. Tendo em vista o grande interesse em que se dê início, o mais breve possível, à execução dos projetos em apreço, elevo a Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Congresso Nacional, que capeia o texto do Acordo a ser submetido à apreciação do Poder Legislativo.

Respeitosamente,



SEBASTIÃO DO REGO BARROS
Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores

DAOC-II/DPF/DEMA/DAI/ D1 /EFIN

Brasília, em 16 de agosto de 1996.

Senhor Embaixador,

Tenho a honra de acusar recebimento da Nota de Vossa Excelência desta data, cujo teor é o seguinte:

"Excelência,

Tenho a honra de confirmar o seguinte entendimento recentemente alcançado entre os representantes do Governo do Japão e do Governo da República Federativa do Brasil, com relação a um empréstimo japonês a ser concedido com vistas a promover os esforços de desenvolvimento e a fortalecer a estabilização econômica da República Federativa do Brasil e as relações amistosas entre os dois países.

1. (1) Um empréstimo em ienes japoneses, até o montante de cinquenta e cinco bilhões e cento e noventa e sete milhões de ienes

(R\$ 55.197.000.000,00) (doravante denominado "o Empréstimo") será concedido aos Estados de Santa Catarina, do Paraná, da Bahia e do Ceará (doravante denominados "os Mutuários Brasileiros") pelo Fundo de Cooperação Econômica Ultramarina (doravante denominado "o Fundo"), de acordo com as leis e os regulamentos japoneses pertinentes, para a implementação dos projetos enumerados na lista em anexo (doravante denominada "a Lista"), de acordo com a alocação especificada na Lista para cada projeto.

(2) O Empréstimo será concedido nos termos do inciso (2) do parágrafo 2 da Iniciativa dos "Fundos para o Desenvolvimento", anunciada pelo Governo do Japão em 25 de junho de 1993.

2. (1) O Empréstimo será tornado disponível mediante acordos de empréstimos a serem firmados entre os Mutuários Brasileiros e o Fundo. Os termos e as condições do Empréstimo, assim como os procedimentos para sua utilização, serão regidos pelos respectivos acordos de empréstimo, que conterão, "inter alia", os seguintes princípios:

(a) o prazo de amortização será de dezoito (18) anos, após um prazo de carência de sete (7) anos;

(b) a taxa de juros será de quatro por cento (4%) ao ano. Entretanto, quando parte do empréstimo for destacada para cobrir pagamentos a consultores, então a taxa de juros aplicável a essa parcela será de dois e três décimos por cento (2,3%) ao ano; e

(c) o período de desembolso será de oito (8) anos para os projetos mencionados nos números 1 e 2 da Lista; seis (6) anos para o projeto mencionado no número 3 da Lista; e de sete (7) anos para o projeto mencionado no número 4 da Lista, a partir da data de entrada em vigor do acordo de empréstimo correspondente.

(2) Cada um dos acordos de empréstimo mencionados no inciso (1) acima será firmado após o Fundo se considerar satisfeito com relação à viabilidade, inclusive quanto às considerações ambientais, do projeto a que se refere o acordo de empréstimo.

(3) O período de desembolso mencionado na alínea (c) do inciso (1) acima poderá ser estendido mediante a concordância das autoridades interessadas dos dois Governos.

3. A República Federativa do Brasil garantirá a amortização do principal do Empréstimo, assim como o pagamento dos juros a ele relativos.
4. (1) O Empréstimo estará disponível para cobrir pagamentos a serem efetuados pelas agências executoras brasileiras a fornecedores, a empreiteiros e/ou a consultores de países-fonte elegíveis, em conformidade com os contratos que venham a ser firmados entre eles para a compra de produtos e/ou serviços necessários à implementação dos projetos, desde que tais compras sejam efetuadas nos países-fonte elegíveis e se refiram a produtos fabricados por esses países ou a serviços por eles fornecidos.
 - (2) A determinação dos países-fonte elegíveis, mencionados no inciso (1) acima, será objeto de acordo entre as autoridades interessadas dos dois Governos.
 - (3) Parte do Empréstimo poderá ser usada para cobrir despesas cabíveis, em moeda local, que sejam necessárias à implementação dos projetos.
5. O Governo da República Federativa do Brasil assegurará que a aquisição dos produtos e/ou serviços mencionados no inciso (1) do parágrafo 4 obedecerá às normas de aquisição do Fundo, que estabelecem, "inter alia", os procedimentos de licitação internacional a serem seguidos, exceto quando tais procedimentos forem julgados inaplicáveis ou inadequados.
6. O Governo da República Federativa do Brasil isentará o Fundo de todos os impostos e taxas cobrados na República Federativa do Brasil sobre o Empréstimo e/ou com relação a ele e aos juros dele decorrentes.
7. Com relação ao transporte e ao seguro marítimos de produtos adquiridos nos termos do Empréstimo, o Governo da República Federativa do Brasil respeitará os princípios da livre e justa concorrência entre as empresas de navegação e de seguro marítimo dos dois países, em consonância com os procedimentos específicos da República Federativa do Brasil.
8. Os cidadãos japoneses cujos serviços possam vir a ser necessários na República Federativa do Brasil, no contexto do fornecimento de produtos e/ou serviços mencionados no inciso (1) do parágrafo 4, terão todas as facilidades necessárias à sua entrada e

à sua permanência na República Federativa do Brasil, para o desempenho de suas atividades.

9. O Governo da República Federativa do Brasil tomará as providências necessárias, de acordo com as leis e os regulamentos brasileiros aplicáveis, para assegurar que:

(a) o Empréstimo será usado de forma adequada e exclusivamente para os projetos relacionados na Lista; e

(b) as instalações construídas no âmbito do Empréstimo serão mantidas e usadas conveniente e efetivamente, para os fins estabelecidos no presente entendimento.

10. O Governo da República Federativa do Brasil, quando lhe for solicitado, fornecerá ao Governo do Japão as informações e os dados relativos à evolução da implementação dos projetos, baseado na informação fornecida pelos Mutuários e agências executoras.

11. Os dois Governos manterão consultas bilaterais quando surgir qualquer questão sobre os entendimentos já citados ou a eles referente.

Tenho igualmente a honra de propor que esta Nota e a Nota de resposta de Vossa Excelência, confirmando o acima exposto em nome do Governo da República Federativa do Brasil, passem a constituir Acordo entre os dois Governos, o qual entrará em vigor na data do recebimento, pelo Governo do Japão, da notificação escrita do Governo da República Federativa do Brasil informando terem sido cumpridas as formalidades internas necessárias para a entrada em vigor do referido Acordo.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração.

Chihiro Tsukada

Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário

do Japão junto ao Governo da República

Federativa do Brasil

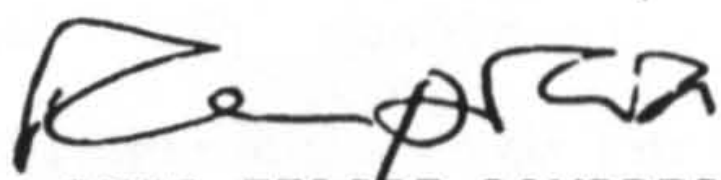
Lista

(montante máximo em milhões de ienes)

- | | | |
|----|--|--------|
| 1. | Projeto de Controle das Enchentes
da Bacia do Rio Itajaí | 17.596 |
| 2. | Projeto de Melhoramento Ambiental
do Estado do Paraná | 23.686 |
| 3. | Projeto de Saneamento Ambiental
da Baía de Todos os Santos | 7.895 |
| 4. | Projeto de Construção de Usina de
Energia Eólica no Estado do Ceará | 6.020" |

2. Tenho ainda a honra de confirmar, em nome do Governo da República Federativa do Brasil, que o acima exposto é também o entendimento do Governo da República Federativa do Brasil, e de concordar com que a Nota de Vossa Excelência e esta Nota de resposta constituam um Acordo entre os dois Governos, o qual entrará em vigor à data do recebimento, pelo Governo do Japão, da notificação escrita, por parte do Governo da República Federativa do Brasil, de que se cumpriram as formalidades internas necessárias à sua vigência.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração.



LUIZ FELIPE LAMPREIA
Ministro de Estado das Relações Exteriores

A Sua Excelência o Senhor
CHIHIRO TSUKADA,
Embaixador Extraordinário e
Plenipotenciário do Japão.

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO

TÍTULO IV

DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES

CAPÍTULO I

DO PODER LEGISLATIVO

SEÇÃO II

DAS ATRIBUIÇÕES DO CONGRESSO NACIONAL

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

I – resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional;

À Comissão de Relação Exteriores e Defesa Nacional.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 28, DE 1997

(Nº 379/96, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Convênio Constitutivo do Banco de Compensações Internacionais - BIS, referente à adesão do Banco Central do Brasil, em nome do Governo brasileiro, como membro associado àquela instituição internacional.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º. Fica aprovado o texto do Convênio Constitutivo do Banco de Compensações Internacionais - BIS, referente à adesão do Banco Central do Brasil, em nome do Governo brasileiro, como membro associado àquela instituição internacional.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Convênio, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

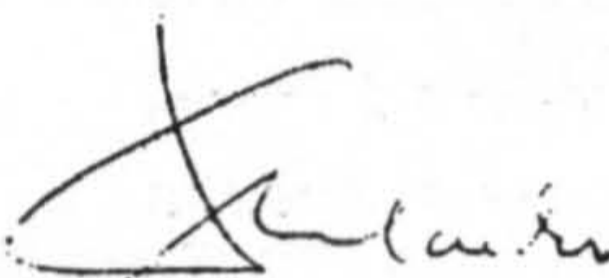
Art. 2º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 1.170, DE 1996

Senhores Membros do Congresso Nacional,

De conformidade com o disposto no artigo 49, inciso I, da Constituição Federal, submeto à elevada consideração de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Fazenda, o texto do Convênio Constitutivo do Banco de Compensações Internacionais - BIS, referente à adesão do Banco Central do Brasil, em nome do Governo Brasileiro, como membro associado àquela instituição internacional.

Brasília, 18 de novembro de 1996.



Fernando Henrique Cardoso

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº 512, DE 05 DE NOVEMBRO DE 1996, DO SENHOR DE ESTADO DA FAZENDA

Excelentíssimo Senhor Presidente da República:

Refiro-me ao processo de adesão do Banco Central do Brasil, em nome do Governo Brasileiro, como membro associado ao Banco de Compensações Internacionais (BIS), aprovado por meio da Exposição de Motivos nº 362, de 28 de agosto de 1996, deste Ministério, publicada no Diário Oficial de 30 de agosto de 1996.

2. A Diretoria do BIS decidiu, em reunião realizada em 9 de setembro último, na Basiléia, Suíça, colocar à disposição do Banco Central do Brasil o total de 3.000 (três mil) ações para subscrição ao capital do Organismo. Naquela oportunidade, à exceção do Banco Central de Hong Kong, com direito a subscrever 1.000 ações, aos bancos centrais da Arábia Saudita, China, Singapura, Coréia, Índia, México e Rússia, foi oferecido igual número de ações reservadas para o Brasil.

3. O preço de emissão das novas ações é de 3.643 francos ouro por ação (ou o equivalente a 1.057,645 gramas de ouro fino), o que, atualmente, representa cerca de US\$13,141 por ação, a preço de mercado em relação ao ouro. Assim, as 3.000 ações totalizam, em valor presente, aproximadamente, US\$39,423,000, sendo a parcela realizável, a ser paga em ouro, ou moeda livremente conversível, correspondente a 25%, ou seja, US\$9,855,750. Os restantes 75%, hoje equivalentes a US\$29,567,250, constituirão a parcela do exigível.

4. É de se registrar que o BIS jamais efetuou chamada do capital exigível. A parcela realizável será calculada com base no preço de mercado para o ouro, aplicando-se o preço fixo de abertura no mercado de Londres cotado dois dias úteis antes da data de pagamento.

5. Naquela reunião estabeleceu-se a data para a subscrição das ações em 1 de novembro de 1996, prorrogável até 31 de março de 1997, a pedido dos bancos subscritores. Ressalte-se que o Banco Central do Brasil terá direito a receber dividendos pro rata a partir da data de pagamento do valor das ações subscritas.

6. De acordo com o que dispõe o Decreto-lei nº 1.637, de 6 de outubro de 1978, a integralização das referidas ações constitui responsabilidade do Banco Central. Permito-me esclarecer que o Brasil somente passará a ter os direitos e as obrigações inerentes à condição de membro efetivo após o pagamento do valor que for apurado para as mencionadas ações.

7. Em vista do exposto, encaminho a Vossa Excelência o texto do Convênio Constitutivo do BIS, o qual deverá ser submetido ao Congresso Nacional para fins de ratificação, em face das disposições do Inciso I do Artigo 49 da Constituição.

Respeitosamente,



PEDRO SAMPAIO MALAN
Ministro de Estado da Fazenda

Bank for International Settlements

Basic Texts

Basle 1993

Hague Convention

Convention respecting the Bank for International Settlements
(of 20th January 1930)

5

Constituent Charter

Constituent Charter of the
Bank for International Settlements
(of 20th January 1930)

7

Statutes

Statutes of the Bank for International Settlements
(of 20th January 1930; text as amended on 14th June 1993) 11

Brussels Protocol

Protocol regarding the immunities of the
Bank for International Settlements
(of 30th July 1936) 25

Headquarters Agreement

Agreement between the Swiss Federal Council
and the Bank for International Settlements
to determine the Bank's legal status in Switzerland
(of 10th February 1987) 29

Convention respecting the Bank for International Settlements (of 20th January 1930)

The duly authorised representatives of the Governments of Germany, of Belgium, of France, of the United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland, of Italy and of Japan¹ of the one part

And the duly authorised representatives of the Government of the Swiss Confederation of the other part

Assembled at the Hague Conference in the month of January, 1930, have agreed on the following:

Article 1. Switzerland undertakes to grant to the Bank for International Settlements, without delay, the following Constituent Charter having force of law: not to abrogate this Charter, not to amend or add to it, and not to sanction amendments to the Statutes of the Bank referred to in Paragraph 4 of the Charter otherwise than in agreement with the other signatory Governments.

Art. 2. Any dispute between the Swiss Government and any of the other signatory Governments relating to the interpretation or application of the present Convention shall be submitted to the Arbitral Tribunal provided for by the Hague Agreement of January, 1930. The Swiss Government may appoint a member who shall sit on the occasion of such disputes, the President having a casting vote. In having recourse to this Tribunal the Parties may always agree between themselves to submit their dispute to the President or to one of the members of the Tribunal chosen to act as sole arbiter.

Art. 3. The present Convention is entered into for a period of 15 years. It is entered into on the part of Switzerland under reserve of ratification and shall be put into force as soon as it shall have been ratified by the Government of the Swiss Confederation.

The instrument of ratification shall be deposited with the Ministry of Foreign Affairs at Paris. Upon the entry into force of the Convention, the Swiss Government will initiate the necessary constitutional procedure in order that the assent of the Swiss people may be obtained for the maintenance in force during the whole of the Bank's existence of the provisions of the present Convention. As soon as these measures have become fully effective the Swiss Government will notify the other signatory Govern-

¹According to an announcement made by the Swiss Government on 26th December 1942, Japan renounced all rights, titles and interests acquired under the Convention.

ments and these provisions shall become valid during the Bank's existence².

[Text of the Constituent Charter]³.

Done at The Hague, the 20th January, 1930.

Constituent Charter of the Bank for International Settlements

(of 20th January 1930)¹

Whereas the Powers signatory to the Hague Agreement of January, 1930, have adopted a Plan which contemplates the founding by the central banks of Belgium, France, Germany, Great Britain, Italy and Japan and by a financial institution of the United States of America of an International Bank to be called the Bank for International Settlements;

And whereas the said central banks and a banking group including Messrs. J. P. Morgan & Company of New York, the First National Bank of New York, New York, and the First National Bank of Chicago, Chicago, have undertaken to found the said Bank and have guaranteed or arranged for the guarantee of the subscription of its authorised capital amounting to five hundred million Swiss francs equal to 145,161,290.32 grammes fine gold, divided into 200,000 shares;

And whereas the Swiss Federal Government has entered into a treaty with the Governments of Germany, Belgium, France, Great Britain, Italy and Japan whereby the said Federal Government has agreed to grant the present Constituent Charter of the Bank for International Settlements and not to repeal, amend or supplement the said Charter and not to sanction amendments to the Statutes of the Bank referred to in Paragraph 4 of the present Charter except in agreement with the said Powers;

1. The Bank for International Settlements (hereinafter called the Bank) is hereby incorporated.

2. Its constitution, operations and activities are defined and governed by the annexed Statutes² which are hereby sanctioned.

3. Amendment of Articles of the said Statutes other than those enumerated in Paragraph 4 hereof may be made and shall be put into force as provided in Article 57 of the said Statutes and not otherwise.

4. Articles 2, 3, 8, 14, 19, 24, 27, 44, 51, 54, 57 and 58 of the said Statutes shall not be amended except subject to the following conditions: the amendment must be adopted by a two-thirds majority of the Board, approved by a majority of the General Meeting and sanctioned by a law supplementing the present Charter.

5. The said Statutes and any amendments which may be made thereto in accordance with Paragraphs 3 or 4 hereof respectively shall be valid and operative notwithstanding any inconsistency therewith in the provisions of any present or future Swiss law.

6. The Bank shall be exempt and immune from all taxation included in the following categories:

¹On 10th June 1930 the Convention was prolonged for the existence of the Bank.

²c.f. pages 7-9 below.

³Text amended on account of the renumbering of the Articles of the Statutes and sanctioned on 10th December 1969 in accordance with the conditions laid down in Article 1 of the Convention respecting the Bank for International Settlements.

⁴c.f. pages 11-23 below for the text of the Statutes currently in force.

- (a) stamp, registration and other duties on all deeds or other documents relating to the incorporation or liquidation of the Bank;
- (b) stamp and registration duties on any first issue of its shares by the Bank to a central bank, financial institution, banking group or underwriter at or before the time of incorporation or in pursuance of Articles 5, 6, 8 or 9 of the Statutes;
- (c) all taxes on the Bank's capital, reserves or profits, whether distributed or not, and whether assessed on the profits of the Bank before distribution or imposed at the time of distribution under the form of a coupon tax payable or deductible by the Bank. This provision is without prejudice to the State's right to tax the residents of Switzerland other than the Bank as it thinks fit;
- (d) all taxes upon any agreements which the Bank may make in connection with the issue of loans for mobilising the German annuities and upon the bonds of such loans issued on a foreign market;
- (e) all taxes on the remunerations and salaries paid by the Bank to members of its administration or its employees of non-Swiss nationality.

7. All funds deposited with the Bank by any Government in pursuance of the Plan adopted by the Hague Agreement of January, 1930, shall be exempt and immune from taxation whether by way of deduction by the Bank on behalf of the authority imposing the same or otherwise.

8. The foregoing exemptions and immunities shall apply to present and future taxation by whatsoever name it may be described, and whether imposed by the Confederation, or by the cantonal, communal or other public authorities.

9. Moreover, without prejudice to the exemptions specified above, there may not be levied on the Bank, its operation or its personnel any taxation other than that of a general character and to which other banking establishments established at Basle or in Switzerland, their operations and their personnel, are not subjected *de facto* and *de jure*.

10. The Bank, its property and assets and all deposits and other funds entrusted to it shall be immune in time of peace and in time of war from any measure such as expropriation, requisition, seizure, confiscation, prohibition or restriction of gold or currency export or import, and any other similar measures.

11. Any dispute between the Swiss Government and the Bank as to the interpretation or application of the present Charter shall be referred to the Arbitral Tribunal provided for by the Hague Agreement of January, 1930.

The Swiss Government shall appoint a member to sit on the occasion of such dispute, the President having a casting vote.

In having recourse to the said Tribunal the Parties may nevertheless agree to submit their dispute to the President or to a member of the Tribunal chosen to act as sole arbiter.

Statutes of the Bank for International Settlements (of 20th January 1930; text as amended on 14th June 1993)¹

¹Amendments to the original text of the Statutes of 20th January 1930 were adopted by Extraordinary General Meetings held on 3rd May 1937, 12th June 1950, 9th October 1961, 9th June 1969, 10th June 1971, 8th July 1975 and 14th June 1993. The amendments adopted in 1969 and 1975 were sanctioned in accordance with the conditions laid down in Article 1 of the Convention respecting the Bank for International Settlements.

Chapter I

Name, Seat and Objects

Article 1. There is constituted under the name of the Bank for International Settlements (hereinafter referred to as the Bank) a Company limited by shares.

Art. 2. The registered office of the Bank shall be situated at Basle, Switzerland.

Art. 3. The objects of the Bank are: to promote the co-operation of central banks and to provide additional facilities for international financial operations; and to act as trustee or agent in regard to international financial settlements entrusted to it under agreements with the parties concerned.

Chapter II

Capital

Art. 4. (1) The authorised capital of the Bank shall be one thousand five hundred million gold francs, equivalent to 433,483,870.96 grammes fine gold².

(2) It shall be divided into 600,000 shares of equal gold nominal value. A first tranche of 200,000 shares has already been issued; the other two tranches, of 200,000 shares each, shall be issued on the terms and conditions laid down in Articles 5 and 6.

(3) The nominal value of each share and the amount remaining to be paid up shall be stated on the face of the share certificates.

Art. 5. (1) The subscription of the whole of the second tranche of 200,000 shares has been guaranteed by a group of central banks. Notwithstanding the provisions of Article 8, each shareholder shall be entitled to subscribe for one share in respect of each share registered in his name in the Bank's books at the time when the shares are offered for subscription. The Board of Directors of the Bank (hereinafter referred to as the Board) shall set the time limit for subscription.

(2) The central banks or financial institutions of countries in which the shares of the first tranche were subscribed shall, notwithstanding the provisions of Article 14, exercise the rights of voting and of representation at the General Meeting that pertain to shares issued under the present Article and shall be competent to authorise the transfer of these shares in accordance with the terms and conditions laid down in Article 12.

Art. 6. The Board, upon a decision taken by a two-thirds majority, may, when it considers it advisable, issue on one or more occasions a third tranche of 200,000 shares and distribute them in accordance with the provisions of Article 8. Shares thus issued may be subscribed or acquired only by central banks or financial institutions appointed by the Board in accordance with the terms and conditions laid down in Article 14.

Art. 7. (1) Twenty five per cent. only of the value of each share shall be paid up at the time of subscription. The balance may be called up at a later date or dates at the discretion of the Board. Three month's notice shall be given of any such calls.

(2) If a shareholder fails to pay any call on a share on the day appointed for payment thereof the Board may, after giving reasonable notice to such shareholder, forfeit the share in respect of which the call remains unpaid. A forfeited share may be sold on such terms and in such manner as the Board

²One Gold franc is the equivalent of 2.205 4258 ... grammes fine gold

may think fit, and the Board may execute a transfer in favour of the person or corporation to whom the share is sold. The proceeds of sale may be received by the Bank, which will pay to the defaulting shareholder any part of the net proceeds over and above the amount of the call due and unpaid.

Art. 8. (1) The capital of the Bank may be increased or reduced on the proposal of the Board acting by a two-thirds majority and adopted by a two-thirds majority of the General Meeting.

(2) In the event of an increase in the authorised capital of the Bank and of a further issue of shares, the distribution among countries shall be decided by a two-thirds majority of the Board. The central banks of Belgium, England, France, Germany, Italy and the United States of America, or some other financial institution of the last-named country acceptable to the foregoing central banks, shall be entitled to subscribe or arrange for the subscription in equal proportions of at least fifty-five per cent. of such additional shares.

(3) In extending invitations to subscribe for the amount of the increase in capital not taken up by the banks referred to in clause (2), consideration shall be given by the Board to the desirability of associating with the Bank the largest possible number of central banks that make a substantial contribution to international monetary co-operation and to the Bank's activities.

Art. 9. Shares subscribed in pursuance of Article 8 by the banks referred to in clause (2) of that Article may be placed at the Bank's disposal at any time for the purposes of cancellation and the issue of an equivalent number of shares. The necessary measures shall be taken by the Board by a two-thirds majority.

Art. 10. No shares shall be issued below par.

Art. 11. The liability of shareholders is limited to the nominal value of their shares.

Art. 12. The shares shall be registered and transferable in the books of the Bank.

The Bank shall be entitled without assigning any reason to decline to accept any person or corporation as the transferee of a share. It shall not transfer shares without the prior consent of the central bank, or the institution acting in lieu of a central bank, by or through whom the shares in question were issued.

Art. 13. The shares shall carry equal rights to participate in the profits of the Bank and in any distribution of assets under Articles 51, 52 and 53 of the Statutes.

Art. 14. The ownership of shares of the Bank carries no right of voting or representation at the General Meeting. The right of representation and of voting, in proportion to the number of shares subscribed in each country, may be exercised by the central bank of that country or by its nominee. Should the central bank of any country not desire to exercise these rights, they may be exercised by a financial institution of widely recognised standing and of the same nationality, appointed by the Board, and not objected to by the central bank of the country in question. In cases where there is no central bank, these rights may be exercised, if the Board thinks fit, by an appropriate financial institution of the country in question appointed by the Board.

Art. 15. Any subscribing institution or banking group may issue or cause to be issued to the public the shares for which it has subscribed.

Art. 16. Any subscribing institution or banking group may issue to the public certificates against shares of the Bank owned by it. The form, details and terms of issue of such certificates shall be determined by the bank issuing them, in agreement with the Board.

Art. 17. The receipt or ownership of shares of the Bank or of certificates issued in accordance with Article 16 implies acceptance of the Statutes of the Bank and a statement to that effect shall be embodied in the text of such shares and certificates.

Art. 18. The registration of the name of a holder of shares in the books of the Bank establishes the title to ownership of the shares so registered.

Chapter III

Powers of the Bank

Art. 19. The operations of the Bank shall be in conformity with the monetary policy of the central banks of the countries concerned.

Before any financial operation is carried out by or on behalf of the Bank on a given market or in a given currency, the Board shall afford to the central bank or central banks directly concerned an opportunity to dissent. In the event of disapproval being expressed within such reasonable time as the Board shall specify, the proposed operation shall not take place. A central bank may make its concurrence subject to conditions and may limit its assent to a specific operation, or enter into a general arrangement permitting the Bank to carry on its operations within such limits as to time, character and amount as may be specified. This Article shall not be read as requiring the assent of any central bank to the withdrawal from its market of funds to the introduction of which no objection had been raised by it, in the absence of stipulations to the contrary by the central bank concerned at the time the original operation was carried out.

Any Governor of a central bank, or his alternate or any other Director specially authorised by the central bank of the country of which he is a national to act on its behalf in this matter, shall, if he is present at the meeting of the Board and does not vote against any such proposed operation, be deemed to have given the valid assent of the central bank in question.

If the representative of the central bank in question is absent or if a central bank is not directly represented on the Board, steps shall be taken to afford the central bank or banks concerned an opportunity to express dissent.

Art. 20. The operations of the Bank for its own account shall only be carried out in currencies which in the opinion of the Board satisfy the practical requirements of the gold or gold exchange standard.

Art. 21. The Board shall determine the nature of the operations to be undertaken by the Bank.

The Bank may in particular:

- (a) buy and sell gold coin or bullion for its own account or for the account of central banks;
- (b) hold gold for its own account under earmark in central banks;
- (c) accept the custody of gold for the account of central banks;
- (d) make advances to or borrow from central banks against gold, bills of exchange and other short-term obligations of prime liquidity or other approved securities;
- (e) discount, rediscount, purchase or sell with or without its endorsement bills of exchange, cheques and other short-term obligations of prime liquidity, including Treasury bills and other such government short-term securities as are currently marketable;

- (f) buy and sell exchange for its own account or for the account of central banks;
- (g) buy and sell negotiable securities other than shares for its own account or for the account of central banks;
- (h) discount for central banks bills taken from their portfolio and rediscount with central banks bills taken from its own portfolio;
- (i) open and maintain current or deposit accounts with central banks;
- (j) accept:
 - (i) deposits from central banks on current or deposit account;
 - (ii) deposits in connection with trustee agreements that may be made between the Bank and Governments in connection with international settlements;
 - (iii) such other deposits as in the opinion of the Board come within the scope of the Bank's functions.

The Bank may also:

- (k) act as agent or correspondent of any central bank;
- (l) arrange with any central bank for the latter to act as its agent or correspondent. If a central bank is unable or unwilling to act in this capacity, the Bank may make other arrangements, provided that the central bank concerned does not object. If in such circumstances it should be deemed advisable that the Bank should establish its own agency, the sanction of a two-thirds majority of the Board will be required;
- (m) enter into agreements to act as trustee or agent in connection with international settlements, provided that such agreements shall not encroach on the obligations of the Bank towards third parties, and carry out the various operations laid down therein.

Art. 22. Any of the operations which the Bank is authorised to carry out with central banks under the preceding Article may be carried out with banks, bankers, corporations or individuals of any country provided that the central bank of that country does not object.

Art. 23. The Bank may enter into special agreements with central banks to facilitate the settlement of international transactions between them.

For this purpose it may arrange with central banks to have gold earmarked for their account and transferable on their order, to open accounts through which central banks can transfer their assets from one currency to another and to take such other measures as the Board may think advisable within the limits of the powers granted by these Statutes. The principles and rules governing such accounts shall be fixed by the Board.

Art. 24. The Bank may not:

- (a) issue notes payable at sight to bearer;
- (b) "accept" bills of exchange;
- (c) make advances to Governments;
- (d) open current accounts in the name of Governments;
- (e) acquire a predominant interest in any business concern;
- (f) except so far as is necessary for the conduct of its own business, remain the owner of real property for any longer period than is required in order to realise to proper advantage such real property as may come into the possession of the Bank in satisfaction of claims due to it.

Art. 25. The Bank shall be administered with particular regard to maintaining its liquidity, and for this purpose shall retain assets appropriate to the maturity and character of its liabilities. Its short-term liquid assets may include bank-notes, cheques payable on sight drawn on first-class banks, claims in course of collection, deposits at sight or at short notice in first-class

banks, and prime bills of exchange of not more than ninety days' usance, of a kind usually accepted for rediscount by central banks.

The proportion of the Bank's assets held in any given currency shall be determined by the Board with due regard to the liabilities of the Bank.

Chapter IV

Management

Art. 26. The administration of the Bank shall be vested in the Board.

Art. 27. The Board shall be composed as follows:

(1) The Governors for the time being of the central banks of Belgium, France, Germany, Great Britain, Italy and the United States of America (hereinafter referred to as *ex-officio* Directors).

Any *ex-officio* Director may appoint one person as his alternate who shall be entitled to attend and exercise the powers of a Director at meetings of the Board if the Governor himself is unable to be present.

(2) Six persons representative of finance, industry or commerce, appointed one each by the Governors of the central banks mentioned in clause (1), and being of the same nationality as the Governor who appoints him.

If for any reason the Governor of any of the six institutions above mentioned is unable or unwilling to serve as Director, or to make an appointment under the preceding paragraph, the Governors of the other institutions referred to or a majority of them may invite to become members of the Board two nationals of the country of the Governor in question, not objected to by the central bank of that country.

Directors appointed as aforesaid, other than *ex-officio* Directors, shall hold office for three years but shall be eligible for reappointment.

(3) Not more than nine persons to be elected by the Board by a two-thirds majority from among the Governors of the central banks of countries in which shares have been subscribed but of which the central bank does not delegate *ex-officio* Directors to the Board.

The Directors so elected shall remain in office for three years but may be re-elected.

Art. 28. In the event of a vacancy occurring on the Board for any reason other than the termination of a period of office in accordance with the preceding Article, the vacancy shall be filled in accordance with the procedure by which the member to be replaced was selected. In the case of Directors other than *ex-officio* Directors, the new Director shall hold office for the unexpired period only of his predecessor's term of office. He shall, however, be eligible for re-election at the expiration of that term.

Art. 29. Directors must be ordinarily resident in Europe or in a position to attend regularly at meetings of the Board.

Art. 30. No person shall be appointed or hold office as a Director who is a member or an official of a Government unless he is the Governor of a central bank and no person shall be so appointed or hold office who is a member of a legislative body unless he is the Governor or a former Governor of a central bank.

Art. 31. Meetings of the Board shall be held not less than ten times a year. At least four of these shall be held at the registered office of the Bank.

Art. 32. A member of the Board who is not present in person at a meeting of Directors may give a proxy to any other member authorising him to vote at that meeting on his behalf.

Art. 33. Unless otherwise provided by the Statutes, decisions of the Board shall be taken by a simple majority of those present or represented by proxy. In the case of an equality of votes, the Chairman shall have a second or casting vote.

The Board shall not be competent to act unless a quorum of Directors is present. This quorum shall be laid down in a regulation adopted by a two-thirds majority of the Board.

Art. 34. The members of the Board may receive, in addition to out-of-pocket expenses, a fee for attendance at meeting and/or a remuneration, the amounts of which will be fixed by the Board, subject to the approval of the General Meeting.

Art. 35. The proceedings of the Board shall be summarised in minutes which shall be signed by the Chairman.

Copies of or extracts from these minutes for the purpose of production in a court of justice must be certified by the General Manager of the Bank.

A record of decisions taken at each meeting shall be sent within eight days of the meeting to every member.

Art. 36. The Board shall represent the Bank in its dealings with third parties and shall have the exclusive right of entering into engagements on behalf of the Bank. It may, however, delegate this right to the Chairman of the Board, to another member or other members of the Board, to the President of the Bank or to a member or members of the permanent staff of the Bank, provided that it defines the powers of each person to whom it delegates this right.

Art. 37. The Bank shall be legally committed *vis-à-vis* third parties either by the signature of the President of the Bank, or by the signatures of two members of the Board or of two members of the staff of the Bank who have been duly authorised by the Board to sign on its behalf.

Art. 38. The Board shall elect from among its members a Chairman and one or more Vice Chairman, one of whom shall preside at meetings of the Board in the absence of the Chairman.

The Board shall elect a President of the Bank. If the President of the Bank is not Chairman of the Board nor a member thereof, he shall nevertheless be entitled to attend all meetings of the Board, to speak, to make proposals to the Board and, if he so desires, to have his opinions specially recorded in the minutes.

The appointments referred to in this Article shall be made for a maximum of three years and may be renewed.

The President of the Bank will carry out the policy decided upon by the Board and will control the administration of the Bank.

He shall not hold any other office which, in the judgment of the Board, might interfere with his duties as President.

Art. 39. At the meeting at which the Board elects its Chairman, the Chair shall be taken by the oldest member of the Board present.

Art. 40. A General Manager and an Assistant General Manager shall be appointed by the Board on the proposal of the Chairman of the Board. The General Manager will be responsible to the President of the Bank for the operations of the Bank and will be the chief of its operating staff.

The Heads of Departments and any other officers of similar rank shall be appointed by the Board on recommendations made by the President of the Bank after consultation with the General Manager.

The remainder of the staff shall be appointed by the General Manager with the approval of the President of the Bank.

Art. 41. The departmental organisation of the Bank shall be determined by the Board.

Art. 42. The Board may, if it thinks fit, appoint from among its members an Executive Committee to assist the President of the Bank in the administration of the Bank.

The President of the Bank shall be a member of this Committee.

Art. 43. The Board may appoint Advisory Committees chosen wholly or partly from persons not concerned in the Bank's management.

Chapter V

General Meeting

Art. 44. General Meetings of the Bank may be attended by nominees of the central banks or other financial institutions referred to in Article 14.

Voting rights shall be in proportion to the number of shares subscribed in the country of each institution represented at the meeting.

The Chair shall be taken at General Meetings by the Chairman of the Board or in his absence by a Vice-Chairman.

At least three weeks' notice of General Meetings shall be given to those entitled to be represented.

Subject to the provisions of these Statutes, the General Meeting shall decide upon its own procedure.

Art. 45. Within three months after the end of each financial year of the Bank, an Annual General Meeting shall be held upon such date as the Board may decide.

The meeting shall take place at the registered office of the Bank.

Voting by proxy will be permitted in such manner as the Board may have provided in advance by regulation.

Art. 46. The Annual General Meeting shall be invited:

- (a) to approve the Annual Report, the Balance Sheet upon the Report of the Auditors, and the Profit and Loss Account, and any proposed changes in the remuneration, fees or allowances of the members of the Board;
- (b) to make appropriations to reserve and to special funds, and to consider the declaration of a dividend and its amount;
- (c) to elect the Auditors for the ensuing year and to fix their remuneration; and
- (d) to discharge the Board from all personal responsibility in respect of the past financial year.

Art. 47. Extraordinary General Meetings shall be summoned to decide upon any proposals of the Board:

- (a) to amend the Statutes;
- (b) to increase or decrease the capital of the Bank;
- (c) to liquidate the Bank.

Chapter VI

Accounts and Profits

Art. 48. The financial year of the Bank will begin on 1st April and end on 31st March. The first financial period will end on 31st March, 1931.

Art. 49. The Bank shall publish an Annual Report, and at least once a month a Statement of Account in such form as the Board may prescribe.

The Board shall cause to be prepared a Profit and Loss Account and Balance Sheet of the Bank for each financial year in time for submission to the Annual General Meeting.

Art. 50. The Accounts and Balance Sheet shall be audited by independent auditors. The Auditors shall have full power to examine all books and accounts of the Bank and to require full information as to all its transactions. The Auditors shall report to the Board and to the General Meeting and shall state in their Report:

- (a) whether they have obtained all the information and explanations they have required; and
- (b) whether, in their opinion, the Balance Sheet and the Profit and Loss Account dealt with in the Report are properly drawn up so as to exhibit a true and fair view of the state of the Bank's affairs according to the best of their information and the explanations given to them, and as shown by the books of the Bank.

Art. 51. The yearly net profits of the Bank shall be applied as follows:

(1) Five per cent. of such net profits, or such proportion of five per cent. as may be required for the purpose, shall be paid to a reserve fund called the Legal Reserve Fund until that Fund reaches an amount equal in value to ten per cent. of the amount of the paid up capital of the Bank for the time being.

(2) Thereafter the net profits shall be applied in or towards payment of the dividend which is declared by the General Meeting on the proposal of the Board. The portion of the net profits so applied shall take into account the amount (if any) which the Board decides to draw from the Special Dividend Reserve Fund of the Bank pursuant to Article 52.

(3) After making provision for the foregoing, one-half of the yearly net profits then remaining shall be paid into the General Reserve Fund of the Bank until it equals the paid-up capital. Thereafter forty per cent. shall be so applied until the General Reserve Fund equals twice the paid-up capital; thirty per cent. until it equals three times the paid-up capital; twenty per cent. until it equals four times the paid-up capital; ten per cent. until it equals five times the paid up capital; and from that point onward, five per cent.

In case the General Reserve Fund, by reason of losses or by reason of an increase in the paid-up capital, falls below the amounts provided for above after having once attained them, the appropriate proportion of the yearly net profits shall again be applied until the position is restored.

(4) The disposal of the remainder of the net profits shall be determined by the General Meeting on the proposal of the Board, provided that a portion of such remainder may be allotted to the shareholders by way of a transfer to the Special Dividend Reserve Fund.

Art. 52. Reserve Funds. The General Reserve Fund shall be available for meeting any losses incurred by the Bank. In case it is not adequate for this purpose, recourse may be had to the Legal Reserve Fund provided for in clause (1) of Article 51.

The Special Dividend Reserve Fund shall be available, in case of need, for paying the whole or any part of the dividend declared pursuant to clause (2) of Article 51.

These reserve funds, in the event of liquidation, and after the discharge of the liabilities of the Bank and the costs of liquidation, shall be divided among the shareholders.

Chapter VII

General Provisions

Art. 53. (1) The Bank may not be liquidated except by a three-fourths majority of the General Meeting.

(2) In the event of the liquidation of the Bank, the obligations assumed by the Bank under the Staff Pension Scheme and any related special funds,

in particular the corresponding liability as published in the latest Balance Sheet or Statement of Account, shall enjoy priority over the discharge of any other liabilities of the Bank, irrespective of whether or not the pension fund of the Bank, which covers the relevant obligations, has separate legal personality at the time of liquidation.

Art. 54. (1) If any dispute shall arise between the Bank, on the one side, and any central bank, financial institution, or other bank referred to in the present Statutes, on the other side, or between the Bank and its shareholders, with regard to the interpretation or application of the Statutes of the Bank, the same shall be referred for final decision to the Tribunal provided for by the Hague Agreement of January, 1930.

(2) In the absence of agreement as to the terms of submission either party to a dispute under this Article may refer the same to the Tribunal, which shall have power to decide all questions (including the question of its own jurisdiction) even in default of appearance by the other party.

(3) Before giving a final decision and without prejudice to the questions at issue, the President of the Tribunal, or, if he is unable to act in any case, a member of the Tribunal to be designated by him forthwith, may, on the request of the first party applying therefor, order any appropriate provisional measures in order to safeguard the respective rights of the parties.

(4) The provisions of this Article shall not prejudice the right of the parties to a dispute to refer the same by common consent to the President or a member of the Tribunal as sole arbitrator.

Art. 55. In all cases not covered by the preceding Article, or by some other provision for arbitration, the Bank may proceed or be proceeded against in any court of competent jurisdiction.

The assets of the Bank may be subject to measures of compulsory execution for enforcing monetary claims. On the other hand, all deposits entrusted to the Bank, all claims against the Bank and the shares issued by the Bank shall, without the prior agreement of the Bank, be immune from seizure or other measures of compulsory execution and sequestration, particularly of attachment within the meaning of Swiss law.

Art. 56. For the purposes of these Statutes:

- (a) central bank means the bank in any country to which has been entrusted the duty of regulating the volume of currency and credit in that country; or, where a banking system has been so entrusted, the bank forming part of such system which is situated and operating in the principal financial market of that country,
- (b) the Governor of a central bank means the person who, subject to the control of his Board or other competent authority, has the direction of the policy and administration of the bank,
- (c) a two thirds majority of the Board means not less than two thirds of the votes (whether given in person or by proxy) of the whole directorate.

Art. 57. Amendments of any Articles of these Statutes other than those enumerated in Article 58 may be proposed by a two-thirds majority of the Board to the General Meeting and if adopted by a majority of the General Meeting shall come into force, provided that such amendments are not inconsistent with the provisions of the Articles enumerated in Article 58.

Art. 58. Articles 2, 3, 8, 14, 19, 24, 27, 44, 51, 54, 57 and 58 cannot be amended except subject to the following conditions: the amendment must be adopted by a two-thirds majority of the Board, approved by a majority of the General Meeting and sanctioned by a law supplementing the Charter of the Bank.

Protocol regarding the immunities of the Bank for International Settlements

(of 30th July 1936)

The duly authorised representatives of the Government of His Majesty the King of the Belgians, the Government of the United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland, the Government of Canada, the Government of the Commonwealth of Australia, the Government of New Zealand, the Government of the Union of South Africa, the Government of India, the Government of the French Republic, the Government of His Majesty the King of the Hellenes, the Government of His Majesty the King of Italy, the Government of His Majesty the Emperor of Japan, the Government of the Republic of Poland, the Government of the Republic of Portugal, the Government of His Majesty the King of Roumania, the Government of the Swiss Confederation, the Government of His Majesty the King of Yugoslavia;

Whereas

In accordance with Article X, paragraph 2 of the Agreement with Germany¹, which was signed at The Hague on the 20th January 1930 and has duly come into force, their respective Governments (with the exception of the Swiss Confederation) have conferred upon the Bank for International Settlements, the establishment of which was laid down by the Experts' Plan of the 7th June 1929, certain immunities regarding its property and assets as well as those which might be entrusted to it;

And whereas by a Convention, signed at The Hague on the same date as that above-mentioned and having acquired the force of law in Switzerland, the Government of the Swiss Confederation has undertaken towards the Governments of Germany, Belgium, France, the United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland, Italy and Japan to grant to the said Bank for International Settlements, in the event of its establishment at Basle, a Constituent Charter conferring upon it in accordance with Article 10 immunities similar to those laid down by Article X paragraph 2 of the Agreement with Germany;

And whereas, since Article X paragraph 2 of the Agreement with Germany and Article 10 of the Constituent Charter consecutive to the Convention with the Swiss Confederation only imperfectly express the intention of the contracting Parties and are liable to give rise to difficulties of interpretation, it is important to define the scope of the said Articles and to substitute for the terms employed expressions which are clearer and more capable of assuring to the operation of the Bank for International Settlements the immunities which are indispensable to the accomplishment of its task;

Have agreed as follows:

Article 1.

The Bank for International Settlements, its property and assets as well as all the property and assets which are or will be entrusted to it, whether coin

¹ Art. X, paragraph 2 of The Hague Agreement with Germany reads as follows: "The Bank, its property and assets, and also the deposits of other funds entrusted to it, on the territory of, or dependent on the administration of, the Parties shall be immune from any disabilities and from any restrictive measures such as censorship, requisition, seizure or confiscation, in time of peace or war, reprisals, prohibition or restriction of export of gold or currency and other similar interferences, restrictions or prohibitions."

or other fungible goods, gold bullion silver or any other metal, precious objects, securities or any other objects the deposit of which is admissible in accordance with banking practice, are exempt from the provisions or measures referred to in paragraph 2 of Article X of the Agreement with Germany and in Article 10 of the Constituent Charter consecutive to the Convention with Switzerland, of the 20th January 1930.

The property and assets of third parties, held by any other institution or person, on the instructions, in the name or for the account of the Bank for International Settlements, shall be considered as entrusted to the Bank for International Settlements and as enjoying the immunities laid down by the Articles above-mentioned by the same right as the property and assets which the Bank for International Settlements holds for the account of others, in the premises set apart for this purpose by the Bank, its branches or agencies.

Article 2.

The present Protocol will come into force, for each contracting Party, on the date of deposit of its instrument of ratification at the Belgian Ministry for Foreign Affairs and Foreign Trade. It will come into force immediately in respect of such contracting Parties as may declare as the time of signing the Convention that they renounce the procedure of ratification.

Article 3.

The non-signatory Governments which are or may be Parties to the Agreement with Germany, signed at The Hague on the 20th January 1930 may accede to the present Convention.

Any Government desiring to accede must notify its intention in writing to the Belgian Government, transmitting the document notifying its accession.

Article 4.

The Governments not signatories of the Agreement with Germany signed at The Hague on the 20th January 1930, may become Parties to the present Convention by signing, subject to ratification if necessary, the original of this Convention which will remain deposited in the archives of the Belgian Ministry for Foreign Affairs and Foreign Trade. The signature thus appended by a Government not a signatory to the Agreement with Germany will imply accession to Articles X and XV of the Agreement with Germany of the 20th January 1930, as well as to Annex XII of the same Agreement, laying down the procedure before the Arbitral Tribunal, to whose jurisdiction the Governments in question will thus have submitted themselves, so far as concerns the application and interpretation of the said Article X and of the present Convention.

Article 5.

The Belgian Government will forward to all signatory Governments, as well as to the Bank for International Settlements, a certified copy of the present Convention, of the report of the depositing of the first ratifications, the later ratifications and the notifications of accession contemplated by the preceding Article.

Article 6.

The present Convention has been drawn up in the French and English languages in one single copy which will remain deposited in the archives of the Belgian Government.

Done at Brussels on the 30th July 1936.

Translation

Agreement between the Swiss Federal Council
and the Bank for International Settlements
to determine the Bank's legal status in Switzerland

(of 10th February 1987)¹

The Swiss Federal Council

of the one part, and

The Bank for International Settlements

of the other part

Having regard to the Convention of 20th January 1930 respecting the Bank for International Settlements, the Constituent Charter and Statutes of the Bank, and the Protocol of 30th July 1936 regarding the immunities of the Bank for International Settlements;

Desiring, in the light of the practice followed since 1930, to settle their mutual relationships in a Headquarters Agreement;

Have agreed upon the following provisions:

I. Status, privileges and immunities of the Bank

Article 1

Legal personality

The Swiss Federal Council acknowledges the international legal personality and the legal capacity within Switzerland of the Bank for International Settlements (hereinafter referred to as "the Bank").

Article 2

Freedom of action of the Bank

1. The Swiss Federal Council shall guarantee to the Bank the autonomy and freedom of action to which it is entitled as an international organisation.

2. In particular, it shall grant to the Bank, as well as to its member institutions in their relations with the Bank, absolute freedom to hold meetings, including freedom of discussion and decision.

Article 3

Inviolability

1. The buildings or parts of buildings and surrounding land which, whoever may be the owner thereof, are used for the purposes of the Bank shall be inviolable. No agent of the Swiss public authorities may enter therein without the express consent of the Bank. Only the President, the General Manager of the Bank, or their duly authorised representative shall be competent to waive such inviolability.

¹ Compendium of Swiss Laws (Recueil systématique) 1987 122 970 1

2. The archives of the Bank and, in general, all documents and any data media belonging to the Bank or in its possession, shall be inviolable at all times and in all places.

3. The Bank shall exercise supervision of and police power over its premises.

Article 4

Immunity from jurisdiction and execution

1. The Bank shall enjoy immunity from criminal and administrative jurisdiction, save to the extent that such immunity is formally waived in individual cases by the President, the General Manager of the Bank, or their duly authorised representative.

2. Disputes arising in matters of employment relations between the Bank and its Officials or former Officials, or persons claiming through them, shall be settled by the Administrative Tribunal of the Bank. The Board of Directors of the Bank shall determine the constitution of the Administrative Tribunal, which shall have exclusive and final jurisdiction. Matters of employment relations shall be deemed to include all questions relating to the interpretation or application of contracts between the Bank and its Officials concerning their employment, of the regulations to which the said contracts refer, and in particular of the provisions governing the Bank's pension scheme and other welfare arrangements provided by the Bank.

3. In all other civil and commercial matters the Bank may be proceeded against in any court of competent jurisdiction, save in those cases in which provision for arbitration has been or shall have been made.

4. The assets of the Bank may be subject to measures of compulsory execution for enforcing monetary claims. On the other hand, all deposits entrusted to the Bank, all claims against the Bank and the shares issued by the Bank shall, without the prior agreement of the Bank, be immune from seizure or other measures of compulsory execution and sequestration, particularly of attachment within the meaning of Swiss law.

Article 5

Communications

1. The Bank shall benefit, in respect of its official communications, from treatment at least as favourable as that which is granted to other international organisations in Switzerland, insofar as such treatment is compatible with the International Telecommunication Convention of 6th November 1982.

2. The Bank shall have the right to use codes for its official communications. It shall also have the right to send and receive correspondence, including data media, by duly identified couriers or bags enjoying the same privileges and immunities as diplomatic couriers or bags.

3. Official correspondence and other official communications of the Bank, when duly identified, may not be subject to censorship.

4. The use of telecommunication equipment shall be co-ordinated at the technical level with the Swiss postal and telecommunications administration.

Article 6

Publications and data media

1. The importation of publications for the Bank's use and the exportation of the Bank's publications shall not be subject to any restriction.

2. The provisions of the preceding paragraph shall also extend to data media of all kinds.

Article 7

Tax exemptions

1. The Bank, its assets, income and other property shall be exempt from direct Federal, cantonal and communal taxes. With regard to buildings, however, such exemption shall apply only to those owned by the Bank and occupied by its services, and to income deriving therefrom. The Bank shall not be subject to taxation on the rent it pays for premises rented by it and occupied by its services.

2. The Bank shall be exempt from indirect Federal, cantonal and communal taxes. With regard to the Federal turnover tax included in prices or separately charged, exemption shall apply only to articles purchased for the official use of the Bank, provided that the amount invoiced for one and the same purchase exceeds five hundred Swiss francs.

3. The operations of the Bank shall be exempt within Switzerland from all taxes and dues to the extent that such operations take place outside the Swiss market or are undertaken in the interests of international monetary co-operation; the procedure for such exemption shall be mutually agreed with the competent Swiss authorities.

4. The Bank shall be exempt from all Federal, cantonal and communal dues, except dues charged as the price of actual services rendered.

5. Where appropriate, the exemptions mentioned above may take the form of reimbursement at the request of the Bank and according to a procedure to be determined by the Bank and the competent Swiss authorities.

Article 8

Customs treatment

The treatment by customs authorities of articles intended for the Bank shall be governed by the Ordinance of 13th November 1985 concerning the preferential customs treatment of international organisations, of States in their relations with such organisations and of the special missions of foreign States.

Article 9

Free disposal of funds and freedom to conduct operations

1. The Bank may receive, hold, convert and transfer all funds, gold, currency, cash and other transferable securities, and dispose freely thereof, and generally carry out without any restriction all the operations permitted by its Statutes, both within Switzerland and in its relations with foreign countries.

2. As regards its operations on the Swiss market, the Bank shall nevertheless be obliged to confer with the Swiss National Bank in accordance with Article 19 of the Bank's Statutes.

Article 10

Pension funds and special funds

1. The pension fund of the Bank, which is administered under the auspices of the Bank for its official purposes, shall enjoy, irrespective of whether or not the fund has separate legal personality, the same exemptions, privileges and immunities as those enjoyed by the Bank itself with regard to its movable property. The said pension fund consists of earmarked assets guaranteeing the Bank's obligations pursuant to the pension scheme established for the benefit of its Officials engaged in a permanent capacity.

2. The provisions of the preceding paragraph shall also extend to any special funds which may be created by the Bank in connection with other welfare arrangements provided by the Bank, in particular in order to accumulate reserves in relation thereto.

Article 11
Social security

1. The Bank, in its capacity as an employer, shall not be subject to Swiss legislation regarding old-age and surviving-dependants insurance, incapacity insurance, unemployment insurance, the compensation for loss of income scheme, and compulsory provision of occupational pension schemes for old age, surviving relatives and incapacity.

2. Those Officials of the Bank who do not have Swiss nationality shall not be subject to the legislation referred to in the preceding paragraph.

3. The Officials of the Bank shall not be subject to cantonal or communal insurance against illness, whenever such insurance is compulsory, to the extent that the Bank offers them equivalent protection in respect of illness, accident or maternity.

4. The Officials of the Bank shall not be subject to the Swiss scheme for compulsory insurance against accident to the extent that the Bank offers them equivalent protection in respect of accident, whether employment-related or not, and employment-related illnesses.

**II. Privileges and immunities granted to persons who are called upon
by the Bank in an official capacity**

Article 12

*Status of the members of the Board of Directors and of the representatives of the Bank's
member central banks*

The members of the Board of Directors of the Bank, together with the representatives of those central banks which are members of the Bank, shall enjoy while carrying out their duties in Switzerland and throughout their journey to or from the place where a meeting is held, the following privileges and immunities:

- (a) immunity from arrest or imprisonment and immunity from seizure of their personal baggage, save in flagrant cases of criminal offence;
- (b) inviolability of all papers and documents;
- (c) immunity from jurisdiction, even after their mission has been accomplished, for acts carried out in the discharge of their duties, including words spoken and writings;
- (d) the customs privileges and facilities granted pursuant to the Ordinance of 15th November 1985 concerning the preferential customs treatment of international organisations, of States in their relations with such organisations and of the special missions of foreign States;
- (e) exemption for themselves, their spouses and children from any immigration restrictions, from any formalities concerning the registration of aliens and from any obligations relating to national service in Switzerland;
- (f) the same facilities as regards monetary or exchange regulations as those granted to the representatives of foreign governments on a temporary official mission;
- (g) the right to use codes in official communications or to receive or send documents or correspondence by means of couriers or diplomatic bags.

Article 13

Status of the President, the General Manager and Senior Officials

1. The President, the General Manager of the Bank, and those Senior Officials who are designated by the latter with the consent of the Federal

Department for Foreign Affairs shall enjoy such privileges and immunities, exemptions and facilities as are granted to diplomatic agents in accordance with the law of nations and international custom.

2. Customs privileges and facilities shall be granted pursuant to the Ordinance of 13th November 1985 concerning the preferential customs treatment of international organisations, of States in their relations with such organisations and of the special missions of foreign States.

Article 14

Privileges and immunities granted to all Officials

The Officials of the Bank, whatever their nationality, shall enjoy immunity from jurisdiction for acts accomplished in the discharge of their duties, including words spoken and writings, even after such persons have ceased to be Officials of the Bank.

Article 15

Privileges and immunities granted to non Swiss Officials

Officials of the Bank who do not have Swiss nationality shall:

- (a) enjoy exemption from all Federal, cantonal and communal taxes on salaries, fees and allowances paid to them by the Bank; however, Switzerland may take these emoluments into account for the purpose of determining the tax payable on income from other sources;
- (b) enjoy exemption, at the time of payment, from all Federal, cantonal and communal taxes on capital payments due in whatever circumstances by the Bank; the same shall apply to any capital payments which may be made to Officials of the Bank by way of indemnity for sickness, accidents, etc.; however, income derived from such capital payments, as well as annuities and pensions paid to former Officials of the Bank, shall not be entitled to such exemption;
- (c) be exempt from all obligations relating to national service in Switzerland;
- (d) together with their spouses and dependent members of their families, not be submitted to the provisions restricting immigration and formalities concerning the registration of aliens;
- (e) enjoy, with respect to exchange facilities and facilities for the transfer of their assets and property in Switzerland and abroad, the same privileges as those granted to the Officials of other international organisations;
- (f) together with the dependent members of their families and their household staff, benefit from the same repatriation facilities as Officials of other international organisations;
- (g) enjoy the customs privileges and facilities granted pursuant to the Ordinance of 13th November 1985 concerning the preferential customs treatment of international organisations, of States in their relations with such organisations and of the special missions of foreign States.

Article 16

Military service of Swiss Officials

1. The General Manager of the Bank shall furnish the Swiss Federal Council with a list of those Officials who have Swiss nationality and who are subject to the performance of military duties.

2. The General Manager of the Bank and the Swiss Federal Council shall draw up an agreed restrictive list of those Officials who have Swiss nationality and who, by reason of their functions, shall be accorded foreign leave of absence (dispensation from military service).

3. In the event of the call-up of Swiss Officials, the Bank may, through the intermediary of the Federal Department for Foreign Affairs, request dispensation or change of date of military service.

Article 17

Exceptions to the immunity from jurisdiction and execution

The persons referred to in Articles 12, 13 and 14 of the present Agreement shall not benefit from immunity from jurisdiction nor, where applicable, from immunity from execution, in the event of legal proceedings against them with respect to damage occasioned by a vehicle in their ownership or control, or in the event of their contravening the Federal laws in force regarding road traffic which may give rise to the imposition of a spot fine.

Article 18

Experts

Experts who do not have Swiss nationality and who carry out temporary missions for the account of the Bank shall, for the duration of such mission, be treated as Officials of the Bank, so far as the privileges and immunities enjoyed by such Officials are concerned.

Article 19

Purpose of immunity

1. The privileges and immunities provided for in the present Agreement are not established for the personal benefit of those persons in whose favour they are granted. Their purpose is solely to ensure, in all circumstances, the freedom of action of the Bank and the complete independence of the persons concerned in the carrying-out of their duties with respect to the Bank.

2. The President and the General Manager of the Bank shall have not only the right but also the duty to waive the immunity of any Official when they consider that such immunity would hinder the normal course of justice, and that it is possible to waive such immunity without prejudicing the interests of the Bank. In respect of the President and the General Manager themselves, the Board of Directors shall have the power to waive immunity.

Article 20

Access, residence and departure

The Swiss authorities shall take all the necessary steps to facilitate the entry into, departure from and residence in Swiss territory of all persons, irrespective of their nationality, who are to attend the Bank in an official capacity, namely:

- (a) the members of the Board of Directors of the Bank, their spouses and children;
- (b) the representatives of central banks which are members of the Bank, their spouses and children;
- (c) the President, the General Manager and the Officials of the Bank, as well as the dependent members of their respective families;
- (d) experts;
- (e) any other person, irrespective of his nationality, who is to attend the Bank in an official capacity.

Article 21

Identity cards

1. The Federal Department for Foreign Affairs shall transmit to the Bank an identity card, with a photograph of the holder, for each Official and each

dependent member of his family living with him and having no gainful occupation. This card shall be authenticated by the Federal Department for Foreign Affairs and by the Bank and shall serve to identify the holder for the purpose of any Federal, cantonal or communal authority.

2. The Bank shall regularly communicate to the Federal Department for Foreign Affairs the list of the Officials of the Bank, and of the members of their families, indicating, in respect of each, date of birth, nationality, domicile in Switzerland, and category or class of employment.

Article 22

Prevention of abuse of privileges

The Bank and the Swiss authorities shall co-operate at all times to facilitate the satisfactory administration of justice, to ensure the observance of police regulations and to prevent any abuse of the privileges, immunities, facilities and exemptions provided for in the present Agreement.

Article 23

Disputes between Officials of the Bank and third parties

The Bank shall take the necessary steps to ensure the satisfactory settlement of disputes involving any Official of the Bank who, pursuant to Articles 13 and 14, benefits from immunity, where immunity has not been waived in accordance with the provisions of Article 19.

III. Non-responsibility and security of Switzerland

Article 24

Non-responsibility of Switzerland

Switzerland shall not, on account of the Bank's activities on its territory, assume any international responsibility for acts or omissions of the Bank or for those of the Bank's Officials.

Article 25

Security of Switzerland

1. Nothing in this Agreement shall affect the right of the Swiss Federal Council to apply all appropriate safeguards in the interests of the security of Switzerland.

2. Should the Federal Council consider it necessary to apply the provisions of the first paragraph of the present Article, it shall, as promptly as circumstances permit, establish contact with the Bank in order to decide jointly upon such measures as may be necessary to protect the interests of the Bank.

3. The Bank shall co-operate with the Swiss authorities to prevent any prejudice to the security of Switzerland on account of any activity of the Bank.

IV. Final provisions

Article 26

Implementation of the Agreement by Switzerland

The Federal Department for Foreign Affairs shall be the Swiss authority responsible for the application of this Agreement.

Article 27
Settlement of disputes

1. Any difference of opinion concerning the application or interpretation of this Agreement which direct consultations between the parties have failed to settle may be referred, by either party, to the Arbitral Tribunal provided for by the Hague Agreement of 20th January 1930 referred to in Paragraph 11 of the Bank's Constituent Charter.

2. The parties to this Agreement may nevertheless agree to submit such difference of opinion to an ad hoc arbitral tribunal consisting of three members. In this event, the Swiss Federal Council and the Bank will each appoint one member of that tribunal, and the persons so appointed shall select a president. Should the members of the tribunal be unable to agree upon who should be selected as president, he shall be appointed by the President of the International Court of Justice at the request of the members of the tribunal, or, if he is unable to exercise this function, by the Vice-President, or failing him by the most senior member of the Court. The said ad hoc tribunal shall fix its own rules of procedure.

Article 28
Amendment of the Agreement

1. This Agreement may be revised at the request of either party.

2. In such a case, the parties shall jointly examine any appropriate changes in the provisions of the present Agreement.

Article 29
Withdrawal from the Agreement

Either party may withdraw from this Agreement upon giving the other party two years' notice of withdrawal.

Article 30
Existing immunities and privileges

The present Agreement shall not be deemed to affect in any way the privileges and immunities granted to the Bank pursuant to the Convention of 20th January 1930 respecting the Bank for International Settlements, the Constituent Charter and Statutes of the Bank, or the immunities set forth in the Brussels Protocol of 30th July 1936.

Article 31
Entry into force

The present Agreement shall enter into force on the date of its signature, and shall be applied with effect from 1st January 1987.

Done at Berne on 10th February 1987 in two copies in the French language.

Amended text of Article 56 of the Statutes
adopted by the Extraordinary General Meeting of 13th September 1994

"Art. 56. For the purposes of these Statutes:

(a) central bank means the bank or banking system in any country to

- which has been entrusted the duty of regulating the volume of currency and credit in that country;
- (b) the Governor of a central bank means the person who, subject to the control of his Board or other competent authority, has the direction of the policy and administration of that central bank;"
- (c) *[unchanged]*

"Art. 56. Aux fins des Statuts, il faut entendre:

- a) par banque centrale, la banque ou le système de banques chargé dans un pays de la mission de régler le volume de la circulation monétaire et du crédit dans ce pays;
- b) par Gouverneur d'une banque centrale, la personne qui, sous l'autorité de son Conseil d'administration ou de tel autre pouvoir compétent, dirige la politique et l'administration de cette banque centrale;"
- c) *[sans changement]*

"Art. 56. Für die vorliegenden Statuten bedeutet der Ausdruck

- a) "Zentralbank" die Bank oder das Banksystem welchem in einem Land die Pflicht zur Regulierung des einheimischen Zahlungsmittelumschlags und Kredits auferlegt ist;
- b) "Präsident einer Zentralbank" diejenige Person, welche unter der Aufsicht ihres Verwaltungsrates oder einer anderen zuständigen Stelle die Politik und die Verwaltung dieser Zentralbank leitet;"
- c) *[unverändert]*

"Art. 56. Ai fini del presente Statuto deve intendersi:

- a) per banca centrale, la banca o il sistema di banche cui, in un paese, è attribuito il compito di regolare il volume della circolazione monetaria e del credito in quel paese;
- b) per Governatore di banca centrale, la persona che, sotto il controllo del suo Consiglio di amministrazione o di altro organo competente, dirige la politica e l'amministrazione di questa banca centrale;"
- c) *[invariato]*

P A R E C E R

PGFN/COF/Nº 1864 /96

Processo de adesão do Banco Central do Brasil - BACEN como membro associado ao Banco de compensações Internacionais - BIS, conforme aprovado por meio da Exposição de Motivos nº 362, de 28 de agosto de 1996, deste Ministério, publicada no Diário Oficial da União de 30 de agosto de 1996.

Operação sujeita à ratificação do Congresso Nacional. Constituição Federal, artigo 49, I; Decreto-lei nº 1.637, de 06.10.78; Decreto nº 1.745, de 13.12.95, art. 7º, parágrafo único.

I

Foi submetido a esta Procuradoria-Geral, nos termos do art. 13 da Lei Complementar nº 73, de 10.02.93, e do parágrafo único do art. 7º do Decreto nº 1.745, de 13.12.95, o

expediente PRESI-96/3114, de 21 de outubro de 1996, referente ao processo de adesão do Banco Central do Brasil - BACEN como membro associado ao Banco de compensações Internacionais - BIS, solicitando que a matéria seja submetida à apreciação do Congresso Nacional, em respeito ao disposto no art.49, inciso I, da Constituição.

II

2. Referido processo de adesão foi aprovado por meio da Exposição de Motivos nº 362, de 28 de agosto de 1996, deste Ministério, publicada no Diário Oficial de 30 de agosto de 1996.

III

3. O BIS iniciou suas atividades, em Basiléia, Suíça, em 17 de maio de 1930, sendo a mais antiga organização no campo das finanças internacionais e centro de convergência das autoridades monetárias.

4. Desde os primórdios de sua criação, o BIS tem desempenhado o papel de instituição bancária central, sem similaridade internacional. O controle e administração do Organismo é totalmente operado pelos bancos centrais.

5. Atualmente, o BIS conta com 33 (trinta e três) bancos centrais associados, sendo 21 (vinte e um) de países desenvolvidos e 12 (doze) de países em desenvolvimento. Até a presente data, a nenhum banco central da América Latina foi concedido o privilégio de aderir ao BIS. Excluída a Iugoslávia, cujo status legal continua indefinido no âmbito do Organismo, aos demais trinta e dois membros são assegurados os direitos de representação e poder de voto nas reuniões gerais do BIS.

IV

6. O balanço patrimonial do BIS, em 31 de março de 1996, somava US\$ 122,5 bilhões, dos quais US\$ 5,2 bilhões representavam seus recursos próprios (capital e reservas).

7. O capital acionário autorizado do BIS corresponde a US\$ 2,91 bilhões, dividido em 600 mil ações, cujo valor nominal é US\$4.850. Até o presente, foram emitidas 473.125 ações, estando 84% concentrados nos bancos centrais membros e os restantes 16% em poder de investidores privados.

8. Embora todas as ações tenham direito a dividendos anuais, os investidores privados não podem participar nem exercer poder de voto nas reuniões gerais do Organismo, vez que

tal prerrogativa é outorgada exclusivamente aos bancos centrais.

V

9. A Diretoria do BIS decidiu, em reunião realizada em 9 de setembro último, na Basileia, Suíça, colocar à disposição do Banco Central do Brasil o total de 3.000 (três mil) ações para subscrição ao capital do Organismo.

10. O lote de ações colocado para subscrição pelos nove bancos centrais convidados a aderir ao BIS soma vinte e cinco mil ações. Ao Banco Central do Brasil, bem como a sete outros bancos centrais (Arábia Saudita, China, Cingapura, Coreia, Índia, México e Rússia), foram ofertadas três mil ações, à exceção de Hong Kong, cuja oferta foi de mil ações.

11. O preço de emissão das novas ações é de 3.643 francos ouro por ação (ou o equivalente a 1.057,645 gramas de ouro fino), o que, atualmente, representa cerca de US\$13,141 por ação, a preço de mercado em relação ao ouro. Assim, as 3.000 ações totalizam, em valor presente, aproximadamente, US\$39,423,000, sendo a parcela realizável, a ser paga em ouro, ou moeda livremente conversível, correspondente a 25%, ou seja, 9,855,750. Os restantes 75%, hoje equivalentes a US\$29,567,250, constituirão a parcela do exigível.

12. É de se registrar que o BIS jamais efetuou chamada do capital exigível. A parcela realizável será calculada com base no preço de mercado para o ouro, aplicando-se o preço fixo de abertura no mercado de Londres cotado dois dias úteis antes da data de pagamento.

13. A data para a subscrição das ações foi estabelecida para 1º de novembro de 1996, prorrogável até 31 de março de 1997, a pedido dos bancos subscritores. Ressalte-se que o Banco Central terá direito a receber dividendos pro rata a partir da data de pagamento do valor das ações subscritas.

VI

14. De acordo com o que dispõe o Decreto-lei nº 1.637, de 6 de outubro de 1978, a integralização das referidas ações constitui responsabilidade do Banco Central, que esclarece que o Brasil somente passará a ter os direitos e as obrigações inerentes à condição de membro efetivo após o pagamento do valor que for apurado para as mencionadas ações.

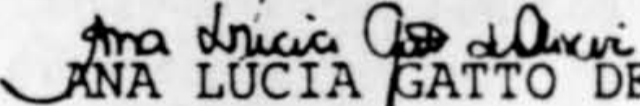
15. A Constituição Federal estabelece no seu art. 49, inciso I, que é de competência exclusiva do Congresso Nacional resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

VII

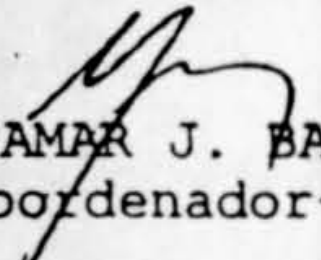
16. Em vista do exposto, deve ser encaminhado ao Congresso Nacional o texto do Convênio Constitutivo do BIS, para ratificação, nos termos do inciso I, do art. 49, da Constituição Federal.

É o parecer que submeto à superior consideração.

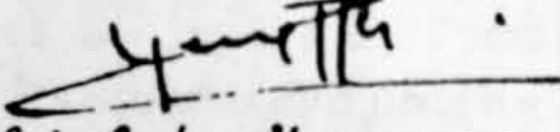
COORDENAÇÃO-GERAL DE OPERAÇÕES FINANCEIRAS DA UNIÃO,
em 01 de novembro de 1996.


ANA LUCIA GATTO DE OLIVEIRA
Procuradora da Fazenda Nacional

De acordo. À consideração do Sr. Procurador-Geral.
COORDENAÇÃO-GERAL DE OPERAÇÕES FINANCEIRAS DA UNIÃO,
em 01 de novembro de 1996.


ITAMAR J. BARBALHO
Coordenador-Geral

De acordo. Encaminhe-se o processo à superior consideração do Exmo. Sr. Ministro da Fazenda.
PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL, em 01 de novembro de 1996.


Luis Carlos Sturzenegger
Procurador-Geral da Fazenda Nacional

BANCO DE COMPENSAÇÕES INTERNACIONAIS

Textos Básicos
Basiléia 1993

Texto alterado do Artigo 56 dos Estatutos. Emenda adotada pela Assembléia Geral Extraordinária em 13 de setembro de 1994.

"Art. 56 - Para as finalidades destes Estatutos:

- (a) banco central significa o banco ou sistema bancário de qualquer país incumbido de regular o volume de moeda e crédito no referido país;
- (b) o presidente de um banco central é a pessoa que, sujeita aos controles impostos por sua diretoria ou por outra autoridade competente, orienta a política e administração do referido banco central;"
- (c) (inalterado)

* * * * *

BANCO DE COMPENSAÇÕES INTERNACIONAIS

Textos Básicos
Basiléia 1993

Convenção de Haia

Convenção a respeito do Banco de Compensações Internacionais
(de 20 de janeiro de 1930)

Carta Constitutiva

Carta Constitutiva do Banco de Compensações Internacionais
(de 20 de janeiro de 1930)

Estatutos

Estatutos do Banco de Compensações Internacionais

(de 20 de janeiro de 1930; com as emendas introduzidas em 14 de junho de 1993)

Protocolo de Bruxelas**Protocolo a respeito das imunidades do Banco de Compensações Internacionais**
(de 30 de julho de 1936)**Acordo de Sede****Acordo entre o Conselho Federal Suíço e o Banco de Compensações Internacionais que visa definir a situação jurídica do Banco na Suíça**
(de 10 de fevereiro de 1987)

* * * * *

Convenção**a respeito do Banco de Compensações Internacionais**
(de 20 de janeiro de 1930)Os representantes devidamente autorizados dos Governos da Alemanha, Bélgica, França, Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, Itália e Japão¹, de um lado,

E os representantes devidamente autorizados do Governo da Confederação Suíça, de outro lado,

Reunidos na Conferência de Haia no mês de janeiro de 1930, concordaram quanto aos termos seguintes:

Art. 1º A Suíça se compromete a conceder, sem qualquer demora, ao Banco de Compensações Internacionais a Carta Constitutiva que se segue e que terá força de lei; a não abrogá-la ou introduzir acréscimos; e a não sancionar emendas aos Estatutos do Banco citados no parágrafo 4º da referida Carta, exceto em comum acordo com os outros governos signatários.

Art. 2º Qualquer disputa entre o Governo Suíço e qualquer outro governo signatário relativa à interpretação ou aplicação desta Convenção será submetida ao Tribunal Arbitral, estabelecido pelo Acordo de Haia de janeiro de 1930. Ao ocorrerem tais disputas, o Governo Suíço poderá designar um membro para participar do Tribunal e tendo o Presidente do Tribunal direito ao voto de desempate. Ao recorrerem a esse Tribunal, as Partes poderão sempre acordar entre si no sentido de submeter sua disputa ao Presidente ou a um dos membros do Tribunal escolhido para cumprir a função de árbitro único.

Art. 3º Firma-se esta Convenção por um prazo de 15 anos. A referida Convenção é formalizada pela Suíça com reserva de ratificação e entrará em vigor tão logo seja ratificada pelo Governo da Confederação Suíça.

O instrumento de ratificação será depositado junto ao Ministério de Relações Exteriores em Paris. Quando a Convenção entrar em vigor, o Governo Suíço iniciará os procedimentos constitucionais necessários para que o povo suíço possa aprovar a manutenção em vigor dos dispositivos desta Convenção durante toda a existência do Banco. Assim que essas medidas se tornarem plenamente efetivas, o Governo Suíço notificará os outros governos signatários e os referidos dispositivos terão validade ao longo da existência do Banco².

(Texto da Carta Constitutiva)³

Feita em Haia, em 20 de janeiro de 1930.

* * * * *

Carta Constitutiva do Banco de Compensações Internacionais(de 20 de janeiro de 1930)⁴

Considerando que os Governos signatários do Acordo de Haia, de janeiro de 1930, adotaram um Plano que contempla o estabelecimento de um Banco Internacional, a ser designado

¹. De acordo com um anúncio feito pelo Governo da Suíça em 26 de dezembro de 1952, o Japão renunciou a todos os direitos, títulos e participações adquiridos nos termos da Convenção.

². Em 10 de junho de 1930, a Convenção foi prorrogada de tal forma a corresponder ao prazo de existência do Banco.

³. Ver páginas 7-9 abaixo.

⁴. Emenda introduzida ao texto por causa da nova numeração dos Artigos dos Estatutos. Texto sancionado em 10 de dezembro de 1969 com base nas condições estabelecidas no Artigo 1º da Convenção a respeito do Banco de Compensações Internacionais.

o Banco de Compensações Internacionais, pelos bancos centrais da Bélgica, França, Alemanha, Grã-Bretanha, Itália e Japão e por uma instituição financeira dos Estados Unidos da América;

E considerando que os referidos bancos centrais e um grupo bancário, composto pela J. P. Morgan & Company of New York, pelo First National Bank of New York, Nova Iorque, e pelo First National Bank of Chicago, Chicago, comprometeram-se a fundar e a garantir ou obter a garantia da subscrição do seu capital autorizado no valor de quinhentos milhões de francos suíços, equivalente a 145.161.290,32 gramas de ouro fino, dividido em 200.000 ações;

E considerando que o Governo Federal da Suíça firmou um tratado com os Governos da Alemanha, Bélgica, França, Grã-Bretanha, Itália e Japão através do qual o referido Governo Federal concordou em conceder esta Carta Constitutiva do Banco de Compensações Internacionais e, a não ser em comum acordo com os referidos Governos signatários, em não revogar, emendar ou suplementar a referida Carta e em não aprovar emendas aos Estatutos do Banco citados no parágrafo 4º desta Carta;

§1º Por este instrumento, incorpora-se o Banco de Compensações Internacionais (doravante designado o Banco).

§2º Sua constituição, operações e atividades são definidas e regidas pelos Estatutos⁵ anexos que por este instrumento são sancionados.

§3º Ressalvados os Artigos listados no parágrafo 4º deste instrumento, os Artigos dos referidos Estatutos podem ser emendados e as emendas entrarão em vigor de acordo com os termos do Artigo 57 dos Estatutos e não de outra forma.

§4º Os Artigos 2º, 3º, 8º, 14, 19, 24, 27, 44, 51, 54, 57 e 58 dos referidos Estatutos não serão emendados a não ser com base nas condições que se seguem: a emenda terá que ser adotada por uma maioria de dois terços da Diretoria, aprovada por uma maioria da Assembléia Geral e sancionada por uma lei que incorpore a referida emenda a esta Carta.

§5º Os referidos Estatutos e quaisquer emendas que possam vir a ser incorporadas aos mesmos, com base nos termos dos parágrafos 3º ou 4º deste instrumento, respectivamente, serão válidos e efetivos, não obstante qualquer inconsistência entre os mesmos e os dispositivos de qualquer lei suíça presente ou futura.

§6º O Banco estará isento e imune de toda a tributação, incluindo as categorias seguintes:

- a) impostos de selo, registro e outros cobrados sobre todos os títulos ou outros documentos relativos à incorporação ou liquidação do Banco;
- b) impostos de selo e registro sobre qualquer primeira emissão de ações pelo Banco a um banco central, instituição financeira, grupo bancário ou subscritor à época ou antes da incorporação ou em decorrência dos Artigos 5º, 6º, 8º ou 9º dos Estatutos;
- c) todos os impostos sobre o capital, as reservas ou os lucros do Banco, independentemente dos mesmos serem ou não distribuídos e calculados sobre os lucros do Banco antes da distribuição ou cobrados à época da distribuição na forma de um imposto de cupom pagável ou dedutível pelo Banco. Este dispositivo não prejudica o direito do Estado, a seu próprio critério, de tributar os residentes da Suíça, excluído o Banco;
- d) todos os impostos sobre quaisquer acordos que o Banco possa vir a firmar em relação à emissão de empréstimos para fins de mobilização das anuidades alemãs e sobre os bônus dos referidos empréstimos emitidos num mercado externo;
- e) todos os impostos sobre a remuneração e os salários pagos pelo Banco a membros de sua administração ou a seus funcionários que não sejam de nacionalidade suíça.

§7º Todos os recursos depositados junto ao Banco por qualquer Governo em decorrência do Plano adotado pelo Acordo de Haia, datado de janeiro de 1930, serão imunes e isentos de tributação, seja por desconto efetuado pelo Banco em nome da autoridade tributária seja por outra forma.

§8º As isenções e imunidades citadas acima aplicar-se-ão à tributação presente e futura, qualquer que seja a sua designação, e independentemente de ser imposta pela Confederação, ou pela autoridade cantonal, comunitária ou por outra autoridade pública.

§9º Além disso, sem prejuízo às isenções especificadas acima, nenhuma tributação poderá ser aplicada ao Banco, às suas operações ou ao seu pessoal, que não seja uma tributação de natureza geral e que não seja aplicada *de facto* e *de jure* às outras instituições bancárias estabelecidas na Basileia ou na Suíça, às suas operações e ao seu pessoal.

§10. Em tempos de paz e em tempos de guerra, o Banco, suas propriedades e seus ativos e todos os depósitos e outros recursos que lhe forem confiados estarão imunes de quaisquer medidas como desapropriação, requisição, arresto, confisco, proibição ou restrição de exportações ou importações de ouro ou moeda e de qualquer outra medida similar.

⁵ Ver páginas 11-23 abaixo para o texto dos Estatutos atualmente em vigor.

§11. Qualquer disputa entre o Governo da Suíça e o Bancc a respeito da interpretação ou aplicação desta Carta será encaminhada ao Tribunal Arbitral estabelecido pelo Acordo de Haia, de janeiro de 1930.

O Governo da Suíça designará um membro para participar do Tribunal por ocasião da referida disputa e o Presidente do Tribunal terá direito ao voto de desempate.

Contudo, ao recorrerem ao referido Tribunal, as Partes poderão submeter sua disputa ao Presidente ou a um membro do Tribunal escolhido para desempenhar a função de árbitro exclusivo.

* * * * *

ESTATUTOS DO BANCO DE COMPENSAÇÕES INTERNACIONAIS

(de 20 de janeiro de 1930; com as emendas incorporadas em 14 de junho de 1993)¹

Capítulo I

Nóme, Sede e Objetivos

Art. 1º Constitui-se uma sociedade de responsabilidade limitada por ações sob o nome de Banco de Compensações Internacionais (doravante designada o Banco).

Art. 2º A sede do Banco será localizada na Basileia, Suíça.

Art. 3º Os objetivos do Banco são: promover a cooperação entre bancos centrais e proporcionar mecanismos adicionais para operações financeiras internacionais; e atuar como fiduciário ou agente em relação às compensações financeiras internacionais que lhe forem confiadas nos termos de acordos firmados com as partes interessadas.

Capítulo II

Capital

Art. 4º §1º O capital autorizado do Banco será de um bilhão e quinhentos milhões de francos ouro, equivalente a 435.483.870,96 gramas de ouro fino.²

§2º O capital será dividido em 600.000 ações de valor nominal igual em ouro. A primeira parcela de 200.000 ações já foi emitida e as outras duas parcelas de 200.000 ações cada serão emitidas com base nos termos e condições estabelecidos nos Artigos 5º e 6º.

§3º O valor nominal de cada ação e o valor restante a ser integralizado serão expressos na face dos certificados das ações.

Art. 5º §1º A subscrição de toda a segunda parcela de 200.000 ações foi garantida por um grupo de bancos centrais. Não obstante, os dispositivos do Artigo 8º, quando as ações forem ofertadas para fins de subscrição, cada acionista terá direito a subscrever uma ação para cada ação registrada em seu nome nos livros do Banco. A Diretoria do Banco (doravante designada a Diretoria) estabelecerá o prazo limite para subscrição.

§2º Não obstante os dispositivos do Artigo 14, os bancos centrais ou as instituições financeiras dos países nos quais as ações da primeira parcela foram subscritas exercerão os direitos de voto e representação na Assembléia Geral decorrentes das ações emitidas nos termos deste

Artigo e poderão autorizar a transferência das referidas ações em conformidade com os termos e condições determinados no Artigo 12.

Art. 6º Com base numa decisão tomada por uma maioria de dois terços, e quando for considerado recomendável, a Diretoria poderá em uma ou mais ocasiões emitir uma terceira parcela de 200.000 ações e distribuí-las em conformidade com os dispositivos do Artigo 8º. As ações emitidas dessa forma somente poderão ser subscritas ou adquiridas por bancos centrais ou instituições financeiras designadas pela Diretoria com base nos termos e condições estabelecidos no Artigo 14.

Art. 7º §1º Vinte e cinco por cento do valor de cada ação será integralizado à época da subscrição. O saldo poderá, a critério da Diretoria, ser exigido numa data ou em datas posteriores. Notificação com três meses de antecedência será dada quando o pagamento de tais saldos for exigido.

§2º Se um acionista deixar de efetuar o pagamento exigido no dia designado para o referido pagamento, a Diretoria poderá, com notificação razoável ao referido acionista, retomar a referida ação em relação à qual o pagamento não tenha sido efetuado. Uma ação retomada poderá ser

¹ Emendas ao texto original dos Estatutos, de 20 de janeiro de 1930, foram adotadas pelas

Assembléias Gerais Extraordinárias, de 3 de maio de 1937, 12 de junho de 1950, 9 de outubro de 1961, 9 de junho de 1969, 10 de junho de 1974, 8 de julho de 1975 e 14 de junho de 1993. As emendas adotadas em 1969 e 1975 foram sancionadas em conformidade com as condições estabelecidas no Artigo 1º da Convenção atinente ao Banco de Compensações Internacionais.

² Um franco ouro é equivalente a 0,29032258 gramas de ouro fino.

vendida com base nos termos e na forma que a Diretoria julgar conveniente, e a Diretoria poderá executar a transferência à pessoa ou à corporação para as quais a ação for vendida. O produto da venda poderá ser recebido pelo Banco, que pagará ao acionista inadimplente qualquer parte do produto líquido acima e além do valor por este devido e não-pago.

Art. 8º §1º O capital do Banco poderá ser aumentado ou reduzido com base numa proposta apresentada por uma maioria de dois terços da Diretoria e adotada por uma maioria de dois terços da Assembleia Geral.

§2º No caso de um aumento do capital autorizado do Banco e de uma emissão posterior de ações, a distribuição entre os países será determinada por uma maioria de dois terços da Diretoria. Os bancos centrais da Bélgica, Inglaterra, França, Alemanha, Itália e dos Estados Unidos da América ou alguma outra instituição financeira do país designado por último acima e considerada aceitável pelos bancos centrais acima, terão direito de subscrever ou de fazer os arranjos para a subscrição de pelo menos cinquenta e cinco por cento das ações adicionais em proporções iguais.

§3º Ao estender convites para subscrever o valor do aumento de capital não absorvido pelos bancos citados no parágrafo 2º, a Diretoria dará consideração à conveniência de associar ao Banco o maior número possível de bancos centrais que tenham contribuído substancialmente para a cooperação monetária internacional e para as atividades do Banco.

Art. 9º Ações subscritas em decorrência do Artigo 8º pelos bancos citados no parágrafo 2º do referido Artigo poderão ser colocadas à disposição do Banco em qualquer época para fins de cancelamento e emissão de um número equivalente de ações. As medidas necessárias serão tomadas por uma maioria de dois terços da Diretoria.

Art. 10. Nenhuma ação será emitida abaixo de seu valor par.

Art. 11. A responsabilidade dos acionistas se limita ao valor nominal de suas ações.

Art. 12. As ações serão registradas e poderão ser transferidas nos livros do Banco.

Sem especificar o motivo, o Banco terá direito de se recusar a aceitar qualquer pessoa ou corporação como cessionária de uma ação. Não transferirá ações sem o consentimento prévio do banco central ou da instituição designada no lugar de um banco central e através da qual ou pela qual as ações em questão foram emitidas.

Art. 13. As ações terão direitos iguais de participação nos lucros do Banco e em qualquer distribuição de ativos nos termos dos Artigos 51, 52 e 53 dos Estatutos.

Art. 14. A propriedade de ações do Banco não gera o direito de voto ou representação na Assembleia Geral. O direito de representação e de voto, em proporção ao número de ações subscritas em cada país, poderá ser exercido pelo banco central daquele país ou por uma instituição por ele designada. Se o banco central de qualquer país não desejar exercer esses direitos, os mesmos poderão ser exercidos por uma instituição financeira da mesma nacionalidade e de reputação amplamente reconhecida, designada pela Diretoria e não contestada pelo banco central do país em questão. Nos casos em que não houver um banco central, esses direitos poderão ser exercidos, se a Diretoria julgar conveniente, por uma instituição financeira apropriada do país em questão designada pela Diretoria.

Art. 15. Qualquer instituição ou grupo bancário subscritor poderá emitir ou fazer com que sejam emitidas ao público as ações por ele subscritas.

Art. 16. Qualquer instituição ou grupo bancário subscritor poderá emitir certificados públicos contra ações do Banco de sua propriedade. Em comum acordo com a Diretoria, a forma, os detalhes e os termos da emissão dos referidos certificados serão determinados pelo banco emitente.

Art. 17. O recebimento ou a propriedade de ações do Banco ou de certificados emitidos com base nos termos do Artigo 16 implica aceitação dos Estatutos do Banco e uma declaração nesse sentido será incluída no texto das referidas ações e certificados.

Art. 18. O registro do nome de um titular de ações nos livros do Banco estabelece o título de propriedade das ações assim registradas.

Capítulo III

Poderes do Banco

Art. 19. As operações do Banco serão realizadas em conformidade com a política monetária dos bancos centrais dos países interessados.

Antes que qualquer operação financeira seja realizada pelo ou em nome do Banco, num dado mercado ou numa dada moeda, a Diretoria dará uma oportunidade de discordar ao banco central ou aos bancos centrais diretamente interessados. Se, dentro de um prazo razoável especificado pelo Banco, uma divergência for manifestada, a operação proposta não se realizará. Um banco central poderá condicionar sua aprovação e poderá restringir sua aprovação a uma operação específica ou firmar um acordo geral que permita ao Banco realizar suas operações dentro de limites especificados de tempo, natureza e valor. Este Artigo não será interpretado de tal forma a exigir a aprovação de qualquer banco central para a retirada do mercado de recursos nele introduzidos sem qualquer objeção pelo referido banco central, na ausência de quaisquer estipulações contrárias feitas pelo banco central interessado à época da realização da operação original.

Se qualquer Presidente de um banco central ou o seu substituto ou qualquer outro diretor presente à reunião da Diretoria e especificamente autorizado pelo banco central do país do qual seja cidadão a agir em seu nome em relação a esse assunto não tiver votado contra uma operação proposta, será concluído que o referido banco central tenha dado sua aprovação válida à operação.

Se o representante do banco central em questão estiver ausente ou se um banco central não estiver diretamente representado na Diretoria, medidas serão tomadas para permitir ao banco central ou aos bancos interessados uma oportunidade de manifestar sua discordância.

Art. 20. As operações do Banco realizadas por sua própria conta serão conduzidas exclusivamente em moedas que, na opinião da Diretoria, satisfaçam os requisitos práticos do padrão ouro ou padrão cambial em ouro.

Art. 21. A Diretoria definirá a natureza das operações a serem realizadas pelo Banco.

Especificamente, o Banco poderá:

- a) comprar e vender moedas ou barras de ouro para a sua própria conta ou para a conta de bancos centrais;
- b) manter ouro para a sua própria conta em contas vinculadas junto a bancos centrais;
- c) aceitar a custódia de ouro para a conta de bancos centrais;
- d) efetuar adiantamentos para ou tomar empréstimos de bancos centrais contra ouro, letras de câmbio e outras obrigações de curto prazo e alto grau de liquidez ou outros títulos aprovados;
- e) descontar, redescontar, comprar ou vender, com ou sem endosso, letras de câmbio, cheques e outras obrigações de curto prazo e de alto grau de liquidez, incluindo títulos do Tesouro e outros títulos governamentais de curto prazo atualmente negociáveis;
- f) comprar e vender câmbio para a sua própria conta ou para a conta de bancos centrais;
- g) comprar e vender títulos negociáveis que não sejam ações para a sua própria conta ou para a conta de bancos centrais;
- h) descontar notas para bancos centrais quando tomadas das carteiras dos mesmos e redescontar notas para bancos centrais quando tomadas de sua própria carteira;
- i) abrir e manter contas correntes ou de depósito em bancos centrais;
- j) aceitar:
 1. depósitos de bancos centrais em contas correntes ou de depósito;
 2. depósitos vinculados a acordos fiduciários que possam vir a ser firmados entre o Banco e Governos em relação a compensações internacionais;
 3. outros depósitos que, na opinião da Diretoria, façam parte das funções do Banco.

O Banco também poderá:

- k) atuar como agente ou correspondente de qualquer banco central;
- l) adotar medidas junto a qualquer banco central para que o referido banco central possa atuar como seu agente ou correspondente. Se um banco central não puder ou não estiver disposto a agir nessa capacidade, o Banco poderá tomar outras medidas, desde que o banco central em questão não tenha qualquer objeção. Se, em tais circunstâncias, for considerado recomendável que o Banco estabeleça sua própria agência, a aprovação de dois terços da Diretoria será necessária;
- m) firmar acordos para atuar como fiduciário ou agente em relação a compensações internacionais, desde que tais acordos não prejudiquem as obrigações do Banco junto a terceiros; e realizar as diversas operações especificadas em tais acordos.

Art. 22. Quaisquer das operações que o Banco está autorizado a realizar junto a bancos centrais nos termos do Artigo anterior poderão ser realizadas com bancos, banqueiros, corporações ou indivíduos de qualquer país, desde que o banco central daquele país não tenha objeções.

Art. 23. O Banco poderá firmar acordos especiais com bancos centrais a fim de facilitar a compensação de transações internacionais realizadas entre os mesmos.

Para essa finalidade, poderá fazer arranjos junto a bancos centrais de tal forma a ter ouro vinculado à conta dos mesmos e transferível às suas ordens, abrir contas por meio das quais bancos centrais possam transferir seus ativos de uma moeda a uma outra e tomar as outras medidas que a Diretoria julgar recomendáveis dentro das limitações dos poderes concedidos por estes Estatutos. Os princípios e as regras que regem tais contas serão definidos pela Diretoria.

Art. 24. O Banco não poderá:

- a) emitir notas pagáveis à vista ao portador;
- b) "aceitar" letras de câmbio;
- c) efetuar adiantamentos a governos;
- d) abrir contas correntes em nome de governos;
- e) adquirir controle acionário de qualquer empresa;

- f) a não ser na medida necessária para a realização de suas próprias operações, permanecer como proprietário de imóveis durante um período maior do que o necessário para se desfazer de tais imóveis de forma vantajosa para o Banco no caso de imóveis recebidos pelo Banco a título de liquidação de valores devidos ao mesmo.

Art. 25. O Banco será administrado com atenção especial à manutenção de sua liquidez e, para esse fim, o Banco manterá ativos adequados aos vencimentos e à natureza dos seus passivos. Os seus ativos líquidos de curto prazo poderão englobar moeda, cheques pagáveis à vista contra bancos de primeira linha, demandas em processos de recebimento, depósitos à vista ou de curto prazo junto a bancos de primeira linha e letras de câmbio de alto grau de liquidez com prazos não superiores a noventa dias, de um tipo normalmente aceito para redesconto por bancos centrais.

A proporção dos ativos do Banco numa única moeda será definida pela Diretoria, levando em consideração os passivos do Banco.

Capítulo IV

Administração

Art. 26. A administração do Banco será responsabilidade da Diretoria.

Art. 27. A Diretoria será composta como segue:

§1º Os Presidentes atuais dos bancos centrais da Bélgica, França, Alemanha, Grã-Bretanha, Itália e dos Estados Unidos da América (doravante designados Diretores *ex-officio*).

Qualquer Diretor *ex-officio* poderá designar uma pessoa como seu suplente e a pessoa assim designada terá direito de estar presente às reuniões da Diretoria e exercer os poderes de um Diretor quando o próprio não puder participar.

§2º Seis pessoas representativas dos setores de finanças, indústria e comércio serão designadas, sendo que uma será designada pelos Presidentes dos bancos centrais citados no parágrafo 1º e será da mesma nacionalidade que o Presidente que o designa.

Se, por qualquer motivo, o Presidente de qualquer uma das seis instituições acima citadas não puder ou não estiver disposto a servir como Diretor ou a fazer a designação especificada no parágrafo anterior, os Presidentes das outras instituições citadas ou uma maioria dos mesmos poderão convidar dois cidadãos do país do Presidente em questão para serem membros da Diretoria, se o banco central do referido país não tiver qualquer objeção.

Os Diretores que forem designados conforme os termos acima e que não sejam Diretores *ex-officio* terão mandatos de três anos e poderão ser reconduzidos ao cargo.

§3º Não mais do que nove pessoas a serem eleitas pela Diretoria por uma maioria de dois terços dentre os Presidentes dos bancos centrais de países que subscreveram ações do Banco, mas cujos bancos centrais não designam Diretores *ex-officio* para a Diretoria.

Os Diretores assim eleitos terão mandatos de três anos e poderão ser reeleitos para o cargo.

Art. 28. Se, por qualquer motivo que não seja o término do mandato especificado no Artigo anterior, ocorrer uma vaga na Diretoria, a referida vaga será preenchida em conformidade com os procedimentos utilizados para escolher o Diretor a ser substituído. No caso de Diretores que não sejam Diretores *ex-officio*, o novo Diretor somente completará o mandato do seu predecessor. Entretanto, poderá ser reeleito para o cargo ao término do referido mandato.

Art. 29. Normalmente, os Diretores serão residentes na Europa ou terão a possibilidade de frequentar as reuniões da Diretoria regularmente.

Art. 30. Nenhuma pessoa será designada ou ocupará o cargo de Diretor que seja membro ou oficial de um Governo, a não ser que seja o Presidente de um banco central, e nenhuma pessoa que seja membro de um órgão legislativo será assim designada ou ocupará tal função a não ser que seja o Presidente ou ex-Presidente de um banco central.

Art. 31. As reuniões da Diretoria serão realizadas pelo menos dez vezes por ano e pelo menos quatro dessas reuniões serão realizadas na sede do Banco.

Art. 32. Um membro da Diretoria que não esteja presente pessoalmente a uma reunião da Diretoria poderá dar uma procuração a qualquer outro membro, autorizando-o a votar em seu nome.

Art. 33. A não ser que seja determinado de outra forma nos Estatutos, as decisões serão tomadas pela Diretoria por maioria simples dos membros presentes ou representados por procuração. No caso de empate, o Presidente terá direito a um segundo voto, ou seja, ao voto de desempate.

A Diretoria não poderá atuar sem a presença de um quorum de Diretores. O quorum será definido em regulamentos a serem adotados por uma maioria de dois terços da Diretoria.

Art. 34. Além das suas despesas normais, os membros da Diretoria poderão receber uma gratificação a título de presença às reuniões e/ou uma remuneração a ser definida pela Diretoria e submetida à aprovação da Assembleia Geral.

Art. 35. Os procedimentos da Diretoria serão resumidos em ata a ser assinada pelo Presidente.

Cópias ou extratos das atas terão que ser autenticados pelo Gerente Geral do Banco para fins de apresentação como evidência num tribunal de justiça.

No prazo de oito dias a contar da realização da reunião, um registro das decisões tomadas em cada reunião será enviado a cada membro.

Art. 36. A Diretoria representará o Banco nas suas operações com terceiros e terá o direito exclusivo de firmar compromissos em nome do Banco. Entretanto, poderá delegar esse direito ao Presidente da Diretoria, a um outro membro ou a outros membros da Diretoria, ao Presidente do Banco ou a um membro ou a membros da equipe permanente do Banco, desde que defina os poderes de cada pessoa à qual delega esse direito.

Art. 37. O Banco estará legalmente comprometido vis-à-vis terceiros pela assinatura do Presidente do Banco ou pelas assinaturas de dois membros da Diretoria ou de dois membros da equipe do Banco devidamente autorizados pela Diretoria a assinar em seu nome.

Art. 38. A Diretoria elegerá dentre os seus membros um Presidente e um ou mais Vice-Presidentes, um dos quais presidirá as reuniões da Diretoria na ausência do Presidente.

A Diretoria elegerá um Presidente do Banco. Mesmo se o Presidente do Banco não for Presidente da Diretoria nem membro da mesma, ele terá direito a participar de todas as reuniões da diretoria, de falar, de apresentar propostas à Diretoria e, se assim desejar, fazer com que as suas opiniões sejam registradas em ata de forma destacada.

As designações citadas neste Artigo terão duração máxima de três anos e poderão ser renovadas.

O Presidente do Banco implementará a política definida pela Diretoria e controlará a administração do Banco.

O Presidente não ocupará qualquer outro cargo que, na opinião da Diretoria, possa interferir no cumprimento dos seus deveres.

Art. 39. A reunião na qual o Presidente será eleito pela Diretoria será presidida pelo membro mais idoso da Diretoria presente à reunião.

Art. 40. Com base numa proposta apresentada pelo Presidente da Diretoria, um Gerente Geral e um Gerente Geral Adjunto serão designados. O Gerente Geral será responsável perante o Presidente do Banco pelas operações do Banco e será chefe da equipe de operações.

Os Chefes de Departamentos e outros oficiais de nível similar serão designados pela Diretoria com base nas recomendações do Presidente do Banco após consultas ao Gerente Geral.

O restante da equipe será designado pelo Gerente Geral com a aprovação do Presidente do Banco.

Art. 41. A organização departamental do Banco será definida pela Diretoria.

Art. 42. Se julgar conveniente, a Diretoria poderá designar, dentre os seus membros, um Comitê Executivo para ajudar o Presidente na administração do Banco.

O Presidente do Banco será membro do referido Comitê.

Art. 43. A Diretoria poderá designar um Comitê de Assessoria, com membros escolhidos integral ou parcialmente dentre pessoas sem qualquer relação com a administração do Banco.

Capítulo V

Assembléia Geral

Art. 44. As Assembléias Gerais do Banco poderão ser freqüentadas pelas pessoas designadas dos bancos centrais e das outras instituições financeiras citados no Artigo 14.

Os direitos de voto serão proporcionais ao número de ações subscrito no país de cada instituição representada na Assembléia.

As Assembléias Gerais serão presididas pelo Presidente da Diretoria ou, na sua ausência, por um Vice-Presidente.

Notificação das Assembléias Gerais será dada às pessoas com direito de representação com antecedência mínima de três semanas.

A Assembléia Geral definirá seus próprios procedimentos, sujeita sempre aos dispositivos destes Estatutos.

Art. 45. Uma Assembléia Geral Anual será realizada numa data a ser determinada pela Diretoria no prazo de três meses após o término de cada exercício fiscal do Banco.

A reunião se realizará na sede do Banco.

Votação por procuração será permitida na forma determinada em regulamentos emitidos antecipadamente pela Diretoria.

Art. 46. A Assembléia Geral Anual será convocada:

- a) para aprovar o Relatório Anual, os Demonstrativos Financeiros baseados no Relatório dos Auditores, e o Demonstrativo de Lucros e Perdas, bem como quaisquer mudanças propostas em termos de remunerações, taxas ou provisões para os membros da Diretoria;
- b) para fazer apropriações para contas de reserva e fundos especiais e considerar a declaração de um dividendo e o valor do mesmo;
- c) para eleger os Auditores para o próximo exercício e definir a sua remuneração; e

- d) para isentar a Diretoria de qualquer responsabilidade pessoal em relação ao exercício fiscal passado.

Art. 47. Assembléias Gerais Extraordinárias serão convocadas para decidir quaisquer propostas da Diretoria visando:

- a) emendar os Estatutos;
- b) aumentar ou reduzir o capital do Banco;
- c) liquidar o Banco.

Capítulo VI Contas e Lucros

Art. 48. O exercício fiscal do Banco se iniciará em 1º de abril e terminará em 31 de março. O primeiro período financeiro terminará em 31 de março de 1931.

Art. 49. O Banco publicará um Relatório Anual e, pelo menos uma vez por mês, um Extrato de Conta na forma determinada pela Diretoria.

A Diretoria fará com que um Demonstrativo de Lucros e Perdas e um Balancete do Banco para cada exercício fiscal sejam preparados em tempo hábil para apresentação à Assembléia Geral Anual.

Art. 50. Os Demonstrativos e o Balancete serão auditados por auditores independentes. Os Auditores terão plenos poderes para examinar todos os livros e contas do Banco e para exigir a divulgação de informações completas a respeito de todas as suas transações. Os Auditores se reportarão à Diretoria e à Assembléia Geral e, no seu Relatório, declararão:

- a) se obtiveram ou não todas as informações e explicações que exigiram; e
- b) se, na sua opinião, o Balancete e o Demonstrativo de Lucros e Perdas tratados no Relatório foram elaborados de forma apropriada e com a finalidade de mostrar uma visão justa e verdadeira do estado das operações do Banco, com base nas melhores informações e explicações que lhes foram proporcionadas e nos livros do Banco que lhes foram apresentados.

Art. 51. Os lucros líquidos anuais do Banco serão aplicados da seguinte forma:

§1º Cinco por cento do lucro líquido ou a parcela dos cinco por cento necessária para esse fim será depositada num fundo de reserva designado o Fundo de Reserva Legal até que o referido Fundo alcance um valor igual a dez por cento do valor do capital atualmente integralizado do Banco.

§2º Posteriormente, o lucro líquido será canalizado ao pagamento de dividendos a serem declarados pela Assembléia Geral com base numa proposta apresentada pela Diretoria. A parcela do lucro líquido assim aplicada levará em conta o valor (se houver) que o Banco decidir retirar do Fundo Especial de Reserva para Dividendos do Banco nos termos do Artigo 52.

§3º Depois de efetuar a provisão acima, uma metade dos lucros líquidos anuais que ainda restarem serão canalizados ao Fundo Geral de Reserva do Banco até que o valor chegue a um valor igual ao capital integralizado. Posteriormente, quarenta por cento dos mesmos lucros líquidos serão aplicados até que o Fundo Geral de Reserva represente duas vezes o valor do capital integralizado; trinta por cento, até que iguale a três vezes o capital integralizado; vinte por cento, até que iguale a quatro vezes o capital integralizado; dez por cento, até que iguale a cinco vezes o capital integralizado; e cinco por cento, a partir de então.

Se, por motivo de perdas ou de um aumento no valor do capital integralizado, o Fundo Geral de Reserva cair abaixo dos valores determinados acima depois de ter alcançado tais valores, a proporção apropriada dos lucros líquidos anuais será novamente aplicada até que a posição anterior seja recuperada.

§4º A utilização do restante dos lucros líquidos será determinada pela Assembléia Geral com base numa proposta apresentada pela Diretoria, desde que uma parcela do referido valor restante possa ser alocada aos acionistas através de uma transferência ao Fundo Especial de Reserva para Dividendos.

Art. 52. Fundos de Reserva. O Fundo Geral de Reserva estará disponível para compensar quaisquer perdas incorridas pelo Banco. Se o Fundo não for adequado para esse fim, o Banco poderá recorrer ao uso do Fundo de Reserva Legal definido parágrafo 1º do Artigo 51.

Se for necessário, o Fundo Especial de Reserva para Dividendos estará disponível para o pagamento integral ou parcial do dividendo declarado com base no parágrafo 2º do Artigo 51.

No caso de liquidação e somente após o pagamento dos passivos do Banco e dos custos da liquidação, os referidos fundos de reserva serão distribuídos entre os acionistas.

Capítulo VII Dispositivos Gerais

Art. 53. §1º O Banco não poderá ser liquidado a não ser por uma maioria de três quartos da Assembléia Geral.

§2º No caso da liquidação do Banco, as obrigações assumidas pelo Banco nos termos do Sistema de Pensões para Funcionários e de outros fundos especiais similares, e mais especificamente

o passivo correspondente publicado no Balancete ou nos Demonstrativos mais recentes, terão prioridade em relação ao pagamento de qualquer outro passivo do Banco, independentemente do fundo de pensão do Banco, que abrange o referido passivo, ter ou não personalidade jurídica distinta à época da liquidação.

Art. 54. §1º Se qualquer disputa surgir entre o Banco, de um lado, e qualquer banco central, instituição financeira, ou outro banco citado nestes Estatutos, por outro lado, ou entre o Banco e seus acionistas, em relação à interpretação ou aplicação dos Estatutos do Banco, a referida disputa será encaminhada ao Tribunal estabelecido pelo Acordo de Haia, de janeiro de 1930, para uma decisão conclusiva.

§2º Na ausência de um acordo quanto aos termos de apresentação, qualquer uma das partes de uma disputa relativa aos termos deste Artigo poderá encaminhar a referida disputa ao Tribunal, que terá poder para decidir quaisquer questões (inclusive a questão de sua própria jurisdição) mesmo na ausência da outra parte.

§3º Antes de tomar uma decisão final e sem prejuízo às questões em pauta, o Presidente do Tribunal ou, se ele não puder agir num dado caso, um membro do Tribunal por ele designado imediatamente, poderá, a pedido da primeira parte solicitante, ordenar quaisquer medidas provisórias apropriadas a fim de resguardar os respectivos direitos das partes.

§4º Os dispositivos deste Artigo não prejudicarão o direito das partes de uma disputa de encaminhar a referida disputa por comum acordo ao Presidente ou a um membro do Tribunal como árbitro exclusivo.

Art. 55. Nos casos não cobertos pelo Artigo anterior ou por algum outro dispositivo a respeito da arbitragem, o Banco poderá mover uma ação ou sofrer uma ação em qualquer tribunal competente.

Os ativos do Banco poderão ser submetidos a medidas de execução compulsória para a aplicação de demandas monetárias. Por outro lado, todos os depósitos confiados ao Banco, todas as demandas contra o Banco e as ações emitidas pelo Banco estarão, sem a prévia concordância do Banco, imunes de apreensão ou outras medidas de execução compulsória e arresto, e especialmente de arresto conforme definido pela legislação suíça.

Art. 56. Para os efeitos destes Estatutos:

- a) banco central significa o banco de qualquer país encarregado da tarefa de regular o volume de moeda e crédito naquele país; ou, nos casos em que tais deveres são confiados a um sistema bancário, o banco que faça parte do referido sistema e que esteja situado e operando no mercado financeiro principal daquele país;
- b) o Presidente de um banco central significa a pessoa que, sujeita ao controle de sua Diretoria ou de uma outra autoridade competente, exerça controle sobre a direção da política e administração do banco;
- c) uma maioria de dois terços da Diretoria significa não menos do que dois terços dos votos (sejam votos dados pessoalmente ou por procuração) de toda a Diretoria.

Art. 57. Emendas a quaisquer Artigos destes Estatutos que não sejam as emendas especificadas no Artigo 58 poderão ser propostas à Assembleia Geral por uma maioria de dois terços da Diretoria e, se forem adotadas por uma maioria da Assembleia Geral, entrarão em vigor, desde que tais emendas não sejam inconsistentes com os dispositivos dos Artigos especificados no Artigo 58.

Art. 58. Os Artigos 2º, 3º, 8º, 14, 19, 24, 27, 44, 51, 54, 57 e 58 não podem ser emendados a não ser com base nas condições que seguem: a emenda terá que ser adotada por uma maioria de dois terços da Diretoria, aprovada por uma maioria da Assembleia Geral e sancionada por uma lei que incorpore a emenda em questão à Carta do Banco.

* * * * *

PROTOCOLO A RESPEITO DAS IMUNIDADES DO BANCO DE COMPENSAÇÕES INTERNACIONAIS (de 30 de julho de 1936)

Os representantes devidamente autorizados do Governo de Sua Majestade o Rei dos Belgas, do Governo do Reino Unido de Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, do Governo do Canadá, do Governo da Comunidade da Austrália, do Governo da Nova Zelândia, do Governo da União da África do Sul, do Governo da Índia, do Governo da República Francesa, do Governo de Sua Majestade o Rei dos Helenos, do Governo de Sua Majestade o Rei da Itália, do Governo de Sua Majestade o Imperador do Japão, do Governo da República da Polônia, do Governo da República de Portugal, do Governo de Sua Majestade o Rei da Romênia, do Governo da Confederação Suíça, do Governo de Sua Majestade o Rei da Iugoslávia;

Considerando que

Em conformidade com o Artigo X, parágrafo 2º do Acordo com a Alemanha³, firmado em Haia, em 20 de janeiro de 1930 e atualmente em vigor, os seus respectivos Governos (com exceção da Confederação Suíça) concederam ao Banco de Compensações Internacionais, cujo estabelecimento foi detalhado pelo Plano dos Peritos de 7 de junho de 1929, certas imunidades relativas à sua propriedade e aos seus ativos, bem como aos que vierem a lhe ser confiados;

E considerando que, através de uma Convenção firmada em Haia na mesma data que o acima citado instrumento e atualmente com a força de lei na Suíça, o Governo da Confederação Suíça comprometeu-se com os Governos da Alemanha, da Bélgica, da França, do Reino Unido de Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, da Itália e do Japão a conceder ao referido Banco de Compensações Internacionais, caso venha a ser estabelecido na Basileia, uma Carta Constitutiva que, de acordo com o Artigo 10, contenha imunidades similares às estabelecidas no Artigo X, parágrafo 2º do Acordo com a Alemanha;

E considerando que o Artigo X, parágrafo 2º do Acordo com a Alemanha e o Artigo 10 da Carta Constitutiva decorrente da Convenção com a Confederação Suíça expressam apenas imperfeitamente a intenção das Partes contratantes e podem dar origem a dificuldades de interpretação, é importante definir a abrangência dos referidos Artigos e substituir expressões mais claras e mais capazes de assegurar as imunidades indispensáveis à realização de sua tarefa para as operações do Banco no lugar dos termos empregados;

Acordaram entre si conforme os termos abaixo:

Artigo 1º O Banco de Compensações Internacionais, suas propriedades e ativos bem como todas as propriedades e ativos que já foram ou que vierem a ser confiados ao Banco, na forma de moeda ou outros bens fungíveis, ouro em barra, prata ou qualquer outro metal, objetos preciosos, títulos e quaisquer outros objetos, que, de acordo com práticas bancárias, podem ser depositados estão isentos dos dispositivos ou medidas referidas no parágrafo 2 do Artigo X do Acordo com a Alemanha e no Artigo 10 da Carta Constitutiva decorrente da Convenção com a Suíça e datada de 20 de janeiro de 1930.

A propriedade e os ativos de terceiros em poder de qualquer outra instituição ou pessoa, por instrução, no nome ou para a conta do Banco de Compensações Internacionais, serão considerados confiados ao Banco de Compensações Internacionais e assim gozam das imunidades estabelecidas pelos acima citados Artigos da mesma forma que as propriedades e os ativos que o Banco de Compensações Internacionais detenha para a conta de outros, nos locais designados para esse fim pelo Banco, por suas agências ou filiais.

Artigo 2º Para cada Parte contratante, este Protocolo entrará em vigor na data do depósito do seu instrumento de ratificação junto ao Ministério das Relações Exteriores e Comércio Externo da Bélgica. Entrará em vigor imediatamente para as Partes contratantes que venham a declarar, à época da assinatura da Convenção, sua renúncia do procedimento de ratificação.

Artigo 3º Os Governos não-signatários que sejam ou possam vir a ser Partes do Acordo com a Alemanha, firmado em Haia em 20 de janeiro de 1930, poderão adotar esta Convenção.

Qualquer Governo que desejar aderir a este Acordo deverá notificar, por escrito, o Governo Belga, transmitindo documento com sua aquiescência.

Artigo 4º Os Governos não-signatários do Acordo com a Alemanha firmado em Haia, em 20 de janeiro de 1930, poderão, sujeitos a ratificação se houver necessidade, tornar-se Partes desta Convenção através da assinatura da via original desta Convenção que permanecerá depositada nos arquivos do Ministério das Relações Exteriores e Comércio Externo da Bélgica. A assinatura afixada por um Governo não-signatário do Acordo com a Alemanha implicará adoção dos Artigos X e XV do Acordo com a Alemanha, datado de 20 de janeiro de 1930, bem como do Anexo XII do mesmo Acordo, que estabelece os procedimentos a serem seguidos perante o Tribunal Arbitral, à jurisdição do qual os Governos em questão terão se submetido em relação à aplicação e interpretação do referido Artigo X e da presente Convenção.

Artigo 5º O Governo da Bélgica remeterá a todos os Governos signatários, bem como ao Banco de Compensações Internacionais, uma cópia autenticada desta Convenção, do relatório a respeito do depósito das primeiras ratificações, das ratificações posteriores e das notificações das adoções tratadas no Artigo anterior.

Artigo 6º Esta Convenção foi elaborada nos idiomas francês e inglês em uma única via que permanecerá depositada nos arquivos do Governo da Bélgica.

Feito em Bruxelas, em 30 de julho de 1936.

* * * * *

³ O Artigo X, parágrafo 2º do Acordo de Haia com a Alemanha diz: "O Banco, suas propriedades e ativos, e também os depósitos de outros recursos que lhe forem confiados no território ou com dependência da administração das Partes serão imunes de quaisquer impedimentos e de quaisquer medidas restritivas, tais como: censura, requisição, apreensão ou confisco, em tempos de paz ou de guerra, represálias, proibição ou restrição de exportações de ouro ou moeda e outras interferências, restrições ou proibições similares."

ACORDO ENTRE O CONSELHO FEDERAL SUÍÇO E O
BANCO DE COMPENSAÇÕES INTERNACIONAIS QUE VISA
A SITUAÇÃO JURÍDICA DO BANCO NA SUÍÇA
(de 10 de fevereiro de 1987)*

O Conselho Federal Suíço, de um lado, e o Banco de Compensações Internacionais, por outro lado

Com relação à Convenção, de 20^a de janeiro de 1930, concernente ao Banco de Compensações Internacionais, à Carta Constitutiva e aos Estatutos do Banco, e ao Protocolo, de 30 de julho de 1936, a respeito das imunidades do Banco de Compensações Internacionais;

Desejando, à luz da prática seguida desde 1930, resolver suas relações mútuas através de um Acordo de Sede;

Concordaram entre si com base nos dispositivos abaixo:

I. Situação, privilégios e imunidades do Banco

Artigo 1º

Personalidade jurídica

O Conselho Federal Suíço reconhece a personalidade jurídica internacional do Banco de Compensações Internacionais (doravante designado "o Banco") bem como sua capacidade legal dentro da Suíça.

Artigo 2º

Liberdade de ação do Banco

§1º O Conselho Federal Suíço garantirá ao Banco a autonomia e a liberdade de ação a que tem direito como organização internacional.

§2º Mais especificamente, concederá ao Banco, bem como às suas próprias instituições nas suas relações com o Banco, liberdade absoluta de promover reuniões, incluindo a liberdade de discussão e decisão.

Artigo 3º

Inviolabilidade

§1º Os edifícios ou as partes de edifícios e as terras circunvizinhas utilizados para as finalidades do Banco serão invioláveis, independentemente de quem for proprietário dos mesmos. Nenhum agente das autoridades públicas da Suíça poderá entrar nos mesmos sem o consentimento expresso do Banco. Somente o Presidente, o Gerente Geral do Banco ou seus representantes devidamente autorizados terão poderes para dispensar tal inviolabilidade.

§2º Os arquivos do Banco e, em geral, todos os documentos e quaisquer meios de processamento de dados pertencentes ao Banco ou de posse do mesmo serão invioláveis em todas as épocas e em todos os lugares.

§3º O Banco exercerá supervisão e poder policial sobre as suas propriedades.

Artigo 4º

Imunidade de jurisdição e execução

§1º O Banco terá imunidade administrativa e de jurisdição criminal, a não ser na medida em que tal imunidade seja renunciada em casos específicos pelo Presidente, pelo Gerente Geral do Banco ou por seus representantes devidamente autorizados.

§2º Disputas decorrentes de questões de relações de trabalho entre o Banco e seus Funcionários ou ex-Funcionários, ou pessoas que apresentarem reivindicações através dos mesmos, serão resolvidas pelo Tribunal Administrativo do Banco. A Diretoria do Banco definirá a constituição do Tribunal Administrativo que terá jurisdição exclusiva e final. Questões de relações de trabalho são entendidas de tal forma a incluir todas e quaisquer assuntos relativos à interpretação ou aplicação de contratos entre o Banco e os seus Funcionários relativos ao seu emprego, aos regulamentos aos quais os ditos contratos se referem e, especificamente, aos dispositivos que regem o sistema de pensões do Banco e outros arranjos de seguridade social proporcionados pelo Banco.

§3º Em todas as outras questões civis e comerciais, o Banco poderá ser processado em qualquer tribunal competente, com exceção dos casos aos quais a arbitragem tenha sido ou venha a ser disponibilizada.

§4º Os ativos do Banco poderão ser sujeitos a medidas de execução compulsória com a finalidade de executar demandas monetárias. Por outro lado, sem o consentimento prévio do Banco, todos os depósitos confiados ao Banco, todas as demandas contra o Banco e as ações emitidas pelo Banco estarão imunes de apreensão ou outras medidas de execução compulsória e de seqüestro e, mais especialmente, de arresto no sentido expresso na legislação suíça.

Artigo 5º

Comunicações

§1º Em relação às suas comunicações oficiais, o Banco terá o benefício de tratamento pelo menos tão favorável quanto ao tratamento concedido a outras organizações internacionais na Suíça, na medida em que tal tratamento seja compatível com a Convenção Internacional de Telecomunicações, de 6 de novembro de 1982.

§2º O Banco terá o direito de utilizar códigos nas suas comunicações oficiais. Terá também o direito de enviar e de receber correspondência, inclusive meios de armazenamento de dados, através de mensageiros ou malotes devidamente identificados que terão os mesmos privilégios e imunidades que mensageiros ou malotes diplomáticos.

§3º Quando devidamente identificadas, a correspondência oficial e as outras comunicações oficiais do Banco não poderão ser submetidas a censura.

§4º A utilização de equipamento de telecomunicações será coordenada no âmbito técnico com a administração suíça dos correios e telecomunicações.

Artigo 6º

Publicações e meios de armazenamento de dados

§1º Nenhuma restrição será imposta à importação de publicações para o uso do Banco e à exportação das publicações do Banco.

§2º Os dispositivos do parágrafo anterior também se aplicam a todos os meios de armazenamento de dados.

Artigo 7º

Isenções tributárias

§1º O Banco, seus ativos, rendas e outras propriedades estarão isentos de impostos diretos federais, cantonais e comunitários. Entretanto, em relação a edifícios, a referida isenção aplicar-se-á somente aos edifícios de propriedade do Banco e ocupados por seus serviços e às rendas decorrentes dos mesmos. O Banco não estará sujeito a tributação sobre os aluguéis que paga pelas propriedades por ele alugadas e ocupadas por seus serviços.

§2º O Banco estará isento de impostos indiretos federais, cantonais e comunitários. Em relação ao imposto federal sobre movimento, incluído nos preços ou cobrado separadamente, a isenção aplicar-se-á somente aos artigos adquiridos para o uso oficial do Banco, desde que o valor faturado para uma única e mesma aquisição seja superior a quinhentos francos suíços.

§3º Dentro da Suíça, as operações do Banco estarão isentas de todos os impostos e taxas na medida em que tais operações se realizarem fora do mercado suíço ou forem empreendidas no interesse de cooperação monetária internacional; os procedimentos para tal isenção serão acordados mutuamente com as autoridades suíças competentes.

§4º O Banco estará isento de todas as taxas federais, cantonais e comunitárias, exceto as taxas cobradas como preço de serviços reais prestados.

§5º Quando for considerado apropriado, as isenções citadas acima poderão ter a forma de reembolso a pedido do Banco e com base em procedimentos a serem determinados pelo Banco e pelas autoridades suíças competentes.

Artigo 8º

Tratamento alfandegário

O tratamento de artigos destinados ao Banco por parte das autoridades alfandegárias será governado pela Lei de 13 de novembro de 1985 relativa ao tratamento alfandegário preferencial de organizações internacionais, de Estados nas suas relações com tais organizações e das missões especiais de Estados estrangeiros.

Artigo 9º

Destinação livre de recursos e liberdade de conduzir operações

§1º O Banco poderá receber, deter, converter e transferir todos os recursos, ouro, moeda, dinheiro em espécie e outros valores transferíveis, e dispor livremente dos mesmos e, geralmente, realizar todas as operações permitidas por seus Estatutos sem qualquer restrição, tanto dentro da Suíça quanto nas suas relações com países estrangeiros.

§2º Contudo, a respeito das suas operações no mercado suíço, o Banco será obrigado a consultar o Banco Nacional da Suíça em conformidade com os termos do Artigo 19 dos Estatutos do Banco.

Artigo 10.

Fundos de pensão e fundos especiais

§1º Independentemente de ter ou não personalidade jurídica distinta, o fundo de pensão do Banco que é administrado sob a autoridade do Banco e para os seus fins oficiais terá as mesmas isenções, privilégios e imunidades que o próprio Banco tem em relação aos seus bens móveis. O referido fundo de pensão é composto de ativos vinculados que garantem as obrigações do banco decorrentes do mecanismo de pensões estabelecido em benefício dos funcionários contratados de forma permanente.

§2º Os dispositivos do parágrafo acima serão aplicados também a quaisquer fundos especiais que possam vir a ser criados pelo Banco em relação a outros arranjos de seguridade social proporcionados pelo Banco e especialmente aqueles destinados a acumular reservas para os referidos fundos.

Artigo 11.

Seguridade social

§1º Na sua capacidade de empregador, o Banco não estará sujeito à legislação suíça relativa ao seguro para os idosos e para dependentes sobreviventes, seguro de invalidez, seguro desemprego e mecanismos de compensação de perdas de renda e dispositivos compulsórios relativos a sistemas de pensão ocupacional para os idosos, parentes sobreviventes e invalidez.

§2º Os funcionários do Banco que não sejam cidadãos da Suíça não estarão sujeitos à legislação citada no parágrafo anterior.

§3º Os funcionários do Banco não estarão sujeitos ao seguro cantonal ou comunitário contra doenças quando o referido seguro for compulsório, na medida em que o Banco lhes oferece proteção equivalente em casos de doença, acidentes ou maternidade.

§4º Os funcionários do Banco não estarão sujeitos ao sistema suíço de seguro compulsório contra acidentes, na medida em que o Banco lhes oferece proteção equivalente para acidentes, independentemente dos acidentes serem ou não relacionados com o emprego, e para doenças relacionadas com o emprego.

II. Privilégios e imunidades concedidos a pessoas convocadas pelo Banco numa capacidade oficial

Artigo 12.

Situação dos membros da Diretoria e dos representantes dos bancos centrais membros do Banco

Os membros da Diretoria do Banco, juntamente com os representantes dos bancos centrais que sejam membros do Banco, terão os seguintes privilégios e imunidades, enquanto realizarem seus deveres na Suíça e durante a sua viagem de e para o local da realização de uma reunião:

- a) imunidade de prisão ou encarceramento e imunidade de apreensão da sua bagagem pessoal, a não ser em caso de violações criminais flagrantes;
- b) inviolabilidade de todos os papéis e documentos;
- c) imunidade de jurisdição, mesmo após a realização de sua missão, no caso de atos realizados no desempenho de suas funções, incluindo palavras faladas e escritas;
- d) os privilégios e facilidades alfandegários concedidos em decorrência dos termos da Lei de 13 de novembro de 1985 relativa ao tratamento alfandegário preferencial de organizações internacionais, de Estados nas suas relações com tais organizações e de missões especiais de Estados estrangeiros;
- e) isenção para si, seus cônjuges e filhos de quaisquer restrições relativas à imigração, quaisquer formalidades relativas ao registro de estrangeiros e quaisquer obrigações relativas ao serviço nacional na Suíça;
- f) as mesmas facilidades relativas aos regulamentos monetários e cambiais concedidas aos representantes de governos estrangeiros durante missões oficiais temporárias;
- g) o direito de utilizar códigos em comunicações oficiais ou de receber ou enviar documentos ou correspondência via mensageiro ou mala diplomática.

Artigo 13.

Situação do Presidente, Gerente Geral e Funcionários Graduados

§1º O Presidente, o Gerente Geral do Banco e os Funcionários Graduados por eles designados com o consentimento do Departamento Federal de Assuntos Externos terão direito aos privilégios e imunidades, isenções e facilidades concedidos a agentes diplomáticos em conformidade com a lei das nações e o costume internacional.

§2º Os privilégios e facilidades alfandegários serão concedidos com base na Lei de 13 de novembro de 1985 relativa ao tratamento alfandegário preferencial de organizações internacionais, de Estados nas suas relações com tais organizações e das missões especiais de Estados estrangeiros.

Artigo 14.

Privilégios e imunidades concedidos a todos os Funcionários

Qualquer que seja sua nacionalidade, os Funcionários do Banco terão imunidade de jurisdição por atos realizados no cumprimento dos seus deveres, incluindo palavras faladas e escritas, mesmo depois que tais pessoas deixam de ser Funcionários do Banco.

Artigo 15.

*Privilégios e imunidades concedidos a Funcionários**Não-Suíços*

Os Funcionários do Banco que não tenham nacionalidade suíça:

- a) serão isentos de todos os impostos federais, cantonais e comunitários sobre salários, honorários e ajudas de custos que lhes forem pagos pelo Banco; entretanto, a Suíça poderá considerar tais emolumentos ao determinar o imposto pagável sobre rendas de outras fontes;
- b) serão, à época do pagamento, isentos de todos os impostos federais, cantonais e comunitários sobre pagamentos de capital devidos pelo Banco em quaisquer circunstâncias; o mesmo será aplicável a quaisquer pagamentos de capital que venham a ser efetuados a Funcionários do Banco a título de indenização decorrente de doença, acidentes, etc.; contudo, rendas derivadas de tais pagamentos de capital, bem como anuidades e pensões pagas a ex-Funcionários do Banco, não terão direito à referida isenção;
- c) serão isentos de todas as obrigações relativas ao serviço nacional na Suíça;
- d) juntamente com seus cônjuges e membros dependentes de suas famílias, não estarão sujeitos aos dispositivos restritivos aplicados à imigração e às formalidades relativas aos registros de estrangeiros;
- e) com relação aos mecanismos de câmbio e facilidades para a transferência dos seus ativos e propriedades na Suíça e no exterior, terão os mesmos privilégios concedidos aos Funcionários de outras organizações internacionais;
- f) juntamente com os membros dependentes de suas famílias e seus empregados domésticos, terão o benefício das mesmas facilidades de repatriação que Funcionários de outras organizações internacionais;
- g) terão os privilégios e facilidades alfandegários concedidos em decorrência dos termos da Lei de 13 de novembro de 1985 relativa ao tratamento alfandegário preferencial para organizações internacionais, Estados nas suas relações com tais organizações e missões especiais de Estados estrangeiros.

Artigo 16.

Serviço militar de Funcionários suíços

§1º O Gerente Geral do Banco proporcionará ao Conselho Federal Suíço uma lista dos Funcionários que tenham nacionalidade suíça e que estejam sujeitos ao desempenho de funções militares.

§2º O Gerente Geral do Banco e o Conselho Federal Suíço elaborarão em comum acordo uma lista restritiva dos Funcionários que tenham nacionalidade suíça e que, por motivo de suas funções, receberão licença estrangeira (dispensa de serviço militar).

§3º No caso da convocação de Funcionários suíços, o Banco poderá, com a mediação do Departamento Federal para Assuntos Externos, solicitar uma dispensa ou uma alteração da data de serviço militar.

Artigo 17.

Exceções à imunidade de jurisdição e execução

As pessoas citadas nos Artigos 12, 13 e 14 deste Acordo não terão o benefício de imunidade de jurisdição nem, quando aplicável, imunidade de execução no caso de processos judiciais movidos contra as mesmas em consequência de danos causados por um veículo de sua propriedade ou controle ou no caso de uma contravenção das leis federais em vigor e aplicáveis ao trânsito de veículos, sendo que tal contravenção poderá dar origem à imposição de uma multa pagável à vista.

Artigo 18.

Peritos

Peritos que não tiverem nacionalidade suíça e que realizarem missões temporárias sob a responsabilidade do Banco serão tratados como Funcionários do Banco durante toda a sua missão, em relação aos privilégios e imunidades concedidos a tais Funcionários.

Artigo 19.

Finalidade da imunidade

§1º Os privilégios e imunidades proporcionados neste Acordo não são estabelecidos para o benefício pessoal das pessoas favorecidas. Sua finalidade é exclusivamente, e em todas as circunstâncias, assegurar a liberdade de ação do Banco e a independência completa das pessoas interessadas no desempenho de suas funções relativas ao Banco.

§2º O Presidente e o Gerente Geral do Banco não terão apenas o direito mas o dever de renunciar a imunidade de qualquer Funcionário quando considerarem que tal imunidade possa prejudicar a aplicação normal da justiça e que seja possível renunciar tal imunidade sem prejudicar os interesses do Banco. Em relação ao próprio Presidente e ao próprio Gerente Geral, a Diretoria terá poderes para renunciar à imunidade.

Artigo 20.

Acesso, residência e partida

As autoridades suíças tomarão todas as medidas necessárias para facilitar a entrada no território suíço, a partida do mesmo e a residência no mesmo de todas as pessoas, independentemente de sua nacionalidade, destinadas a servir aos interesses do Banco de forma oficial, isto é:

- a) os membros da Diretoria do Banco, seus cônjuges e filhos;
- b) os representantes dos bancos centrais membros do Banco, seus cônjuges e filhos;
- c) o Presidente, o Gerente Geral e os Funcionários do Banco, bem como os membros dependentes de suas respectivas famílias;
- d) peritos;
- e) qualquer outra pessoa que, independentemente de sua nacionalidade, servirá aos interesses do Banco numa capacidade oficial.

Artigo 21.

Carteiras de identidade

§1º O Departamento Federal para Assuntos Externos emitirá ao Banco uma carteira de identidade, com fotografia do portador, para cada Funcionário e cada membro dependente de sua família que resida com ele e que não tenha emprego remunerado. A referida carteira será autenticada pelo Departamento Federal para Assuntos Externos e pelo Banco e servirá para identificar o titular para os fins de qualquer autoridade federal, cantonal ou comunitária.

§2º O Banco comunicará regularmente ao Departamento Federal para Assuntos Externos uma listagem dos Funcionários do Banco e dos membros de suas respectivas famílias, indicando a data de nascimento, nacionalidade, domicílio na Suíça e categoria ou classe de emprego de cada uma das referidas pessoas.

Artigo 22.

Prevenção de abuso de privilégios

O Banco e as autoridades suíças cooperarão sempre a fim de facilitar a administração satisfatória da justiça, assegurar o cumprimento dos regulamentos policiais e impedir qualquer abuso de privilégios, imunidades, facilidades e isenções proporcionados por este Acordo.

Artigo 23.

Disputas entre Funcionários do Banco e terceiros

O Banco tomará as medidas necessárias para assegurar a resolução satisfatória de disputas envolvendo qualquer Funcionário do Banco que, em decorrência dos Artigos 13 e 14, goze dos benefícios de imunidade, nos casos em que a imunidade não tenha sido renunciada com base nos dispositivos do Artigo 19.

III. A Não-responsabilidade e a Segurança da Suíça

Artigo 24.

Não-responsabilidade da Suíça

Em função das atividades do Banco no seu território, a Suíça não assumirá qualquer responsabilidade internacional por atos ou omissões do Banco ou dos Funcionários do Banco.

Artigo 25.

Segurança da Suíça

§1º Não há nada neste Acordo que afetará o direito do Conselho Federal da Suíça de aplicar todas as salvaguardas apropriadas no interesse da segurança da Suíça.

§2º Se o Conselho Federal resolver aplicar os dispositivos do primeiro parágrafo deste Artigo, assim que as circunstâncias permitirem fará contato com o Banco a fim de definir em conjunto as medidas que forem necessárias para proteger os interesses do Banco.

§3º O Banco cooperará com as autoridades suíças a fim de evitar qualquer prejuízo à segurança da Suíça em função de qualquer atividade do Banco.

IV. Dispositivos finais

Artigo 26.

Implementação do Acordo pela Suíça

O Departamento Federal para Assuntos Externos será a autoridade suíça responsável pela aplicação do Acordo.

Artigo 27.

Resolução de disputas

§1º Qualquer divergência de opinião relativa à aplicação ou interpretação deste Acordo poderá, quando uma solução não for encontrada através de consultas diretas entre as partes, ser encaminhada por qualquer das partes ao Tribunal Arbitral criado pelo Acordo de Haia, de 20 de janeiro de 1930, e citado no parágrafo 11. da Carta Constitutiva do Banco.

§2º Contudo, as partes deste Acordo poderão concordar em encaminhar a citada diferença de opinião a um tribunal arbitral "ad hoc" composto de três membros. Nesse caso, o Conselho Federal Suíço e o Banco designarão cada qual um membro do referido tribunal e as

peças assim designadas selecionarão o presidente. Se os membros do tribunal não puderem chegar a um acordo quanto à seleção do presidente, o mesmo será designado pelo Presidente do Tribunal Internacional de Justiça a pedido dos membros do tribunal ou, se ele não puder exercer essa função, pelo Vice-Presidente, ou se este não puder, pelo membro mais antigo do Tribunal. O referido tribunal "ad hoc" definirá suas próprias regras de procedimento.

Artigo 28.

Emendas ao Acordo

§1º Este Acordo poderá ser revisto a pedido de qualquer uma das partes.

§2º Nesse caso, as partes examinarão conjuntamente quaisquer alterações apropriadas nos dispositivos deste Acordo.

Artigo 29.

Retirada do Acordo

Qualquer uma das partes poderá se retirar deste Acordo através de notificação de retirada dada à outra parte com dois anos de antecedência.

Artigo 30.

Imunidades e privilégios existentes

Este Acordo não afetará de qualquer forma os privilégios e imunidades concedidos ao Banco em decorrência da Convenção, de 20 de janeiro de 1930, relativa ao Banco de Compensações Internacionais, à Carta Constitutiva e aos Estatutos do Banco, ou às imunidades indicadas no Protocolo de Bruxelas, de 30 de julho de 1936.

Artigo 31.

Entrada em vigor

Este Acordo entrará em vigor na data de sua assinatura e produzirá seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 1987.

Feito em Berna, em 10 de fevereiro de 1987, em duas vias na língua francesa.

"LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS-CeDI"

CONSTITUIÇÃO

TÍTULO IV

DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES

CAPÍTULO I

DO PODER LEGISLATIVO

SEÇÃO II

DAS ATRIBUIÇÕES DO CONGRESSO NACIONAL

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

I – resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional;

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Exposição de Motivos

Nº 362, de 28 de agosto de 1996. Proposta de adesão do Banco Central do Brasil, em representação do Governo brasileiro, como membro associado do Banco de Compensações Internacionais ("Bank for International Settlements - BIS"). "De acordo. Em 28.8.96".

Decreto-lei n.º 1 637 . de 06 de outubro de 1978

Dispõe sobre a integralização de quotas e reajustes de haveres de organismos financeiros internacionais.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 55, inciso II, da Constituição, decreta:

Art. 1º. A integralização de quotas e os reajustes dos haveres, em cruzeiros, nos organismos financeiros internacionais, decorrentes de subscrição e aumento de capital do Brasil ou da manutenção da sua paridade, constituem responsabilidade do Banco Central do Brasil.

§ 1º - As disposições deste artigo aplicam-se às integralizações e aos reajustes realizados pelo Banco Central do Brasil até a data de vigência deste Decreto-lei, em cumprimento de decisões do Conselho Monetário Nacional.

§ 2º - Constituem receitas do Banco Central do Brasil os resultados das operações por ele realizadas com os organismos financeiros internacionais, inclusive as parcelas distribuídas ao Brasil do lucro auferido em leilões de ouro realizados pelo Fundo Monetário Internacional.

Art. 2º . Permanecem em vigor todas as obrigações do Governo Brasileiro assumidas através de convênios constitutivos de organismos financeiros internacionais.

Art. 3º. Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília (DF), 06 de outubro de 1978; 157º da Independência e 90º da República.

ERNESTO GEISEL

Mário Henrique Simonsen

DECRETO Nº 1.745, DE 13 DE DEZEMBRO DE 1995

Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e Funções Gratificadas do Ministério da Fazenda, e dá outras providências.

ANEXO I
ESTRUTURA REGIMENTAL DO MINISTÉRIO DA FAZENDA

CAPÍTULO III
Da Competência dos Órgãos

Seção II
Dos Órgãos Específicos Singulares

Art. 7º À Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional compete:

I — apurar a liquidez e certeza da dívida ativa da União, tributária ou de qualquer outra natureza, inscrevendo-a para fins de cobrança, amigável ou judicial;

II — representar privativamente a União, na execução de sua dívida ativa de caráter tributário;

III — examinar previamente a legalidade dos contratos, concessões, acordos, ajustes ou convênios que interessem à Fazenda Nacional, inclusive os referentes à dívida pública externa, e, quando for o caso, promover a respectiva rescisão ou declaração de caducidade, por via administrativa ou judicial;

IV — representar a União nas causas de natureza fiscal, assim entendida as relativas a tributos de competência da União, inclusive infrações à legislação tributária, empréstimos compulsórios, apreensão de mercadorias nacionais ou estrangeiras, decisões de órgãos do contencioso administrativo fiscal, benefícios e isenções fiscais, créditos e estímulos fiscais à exportação, responsabilidade tributária de transportadores e agentes marítimos, e incidentes processuais suscitados em ações de natureza fiscal;

V — fixar a interpretação da Constituição, das leis, dos tratados e demais atos normativos a ser uniformemente seguida em suas áreas de atuação e coordenação, quando não houver orientação normativa do Advogado-Geral da União;

VI — representar e defender os interesses da Fazenda Nacional:

a) nos contratos, acordos ou ajustes de natureza fiscal ou financeira, em que intervenha, ou seja parte, de um lado a União e, de outro, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios, as autarquias, as empresas públicas, as sociedades de economia mista ou entidades estrangeiras, bem assim nos de concessões:

b) em contratos de empréstimo, garantia, contragarantia, aquisição financiada de bens e arrendamento mercantil, em que seja parte ou intervenha a União;

c) junto à Câmara Superior de Recursos Fiscais, aos Conselhos de Contribuintes, ao Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional, aos Conselhos Superior e Regionais do Trabalho Marítimo e em outros órgãos de deliberação coletiva;

d) nos atos relativos à aquisição, à alienação, à cessão, ao aforamento, locação e a outros concernentes a imóveis do Patrimônio da União, junto aos Cartórios de Registros de Imóveis, requerendo a matrícula, inscrição, transcrição ou averbação de títulos relativos a imóvel do Patrimônio da União e, quando for o caso, manifestando recusa ou impossibilidade de atender à exigência do Oficial, bem assim a ele requerendo certidões no interesse do referido Patrimônio; e, ainda, promovendo o registro de propriedade dos bens imóveis da União discriminados administrativamente, possuídos ou ocupados por órgãos da Administração Federal e por unidades militares, nas hipóteses previstas na legislação pertinente;

e) nos atos constitutivos e em assembleias de sociedades por ações de cujo capital participe a União, bem assim nos atos de subscrição, compra, venda ou transferência de ações ou direito de subscrição;

VII — aceitar as doações, sem encargos, em favor da União.

Parágrafo único. A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional desempenha as atividades de consultoria e assessoramento jurídico no âmbito do Ministério da Fazenda e de entidades vinculadas, regendo-se, no desempenho dessas atividades, pela Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993.

LEI COMPLEMENTAR Nº 73, DE 10 DE FEVEREIRO
DE 1993

*Institui a Lei Orgânica da Advocacia-
Geral da União e dá outras providências.*

LEI Nº 9.028, DE 12 DE ABRIL DE 1995

*Dispõe sobre o exercício das atribui-
ções institucionais da Advocacia-Geral da
União, em caráter emergencial e provisório,
e dá outras providências.*

À Comissão de Relação Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) – O expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) – De acordo com o disposto do inciso I e §§ 1º e 2º do art. 2º da Resolução nº 1, de 1996-CN, o Projeto de Decreto Legislativo nº 24, de 1997, que acaba de ser lido, será encaminhado preliminarmente à Representação Brasileira na Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, que terá o prazo de quinze dias para emitir o seu relatório.

A matéria, após esse prazo, será encaminhada à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) – Nos termos do art. 376, letra c, do Regimento Interno, combinado com o art. 4º da Resolução nº 37, de 1995, do Senado Federal, os Projetos de Decreto Legislativo nºs 25, 27 e 28, de 1997, lidos anteriormente, terão, perante a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, o prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, findo o qual a referida Comissão terá quinze dias úteis, prorrogáveis por igual período, para opinar sobre as proposições.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) – A Presidência recebeu a Mensagem nº 70, de 1997 (nº 276/97, na origem), de 5 do corrente, pela qual o Senhor Presidente da República solicita a retirada do Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 1997 (nº 1.863/91, na Casa de origem), de iniciativa do Poder Executivo, que dá nova redação ao inciso I do art. 10 da Lei nº 6.032, de 15 de dezembro de 1975, que dispõe sobre as promoções dos oficiais da ativa do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, e dá outras providências.

A matéria será anexada ao processado do Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 1997, e incluída em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) – Encerrou-se, na sexta-feira, o prazo para apresentação de emendas às seguintes matérias:

– Projeto de Lei do Senado nº 73, de 1996, de autoria do Senador José Ignácio Ferreira, que institui o Serviço Comunitário de Telecomunicação;

– Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 1996 (nº 4.622/94, na Casa de origem), que dispõe sobre a veiculação de mensagem voltada à educação para o trânsito; e

– Projeto de Lei do Senado nº 142, de 1996, de autoria do Senador José Eduardo, que estende o benefício do seguro-desemprego ao pequeno produtor rural e dá outras providências.

Ao Projeto de Lei do Senado nº 73, de 1996, e ao Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 1996, foram

apresentadas 1 e 2 emendas, respectivamente, que vão ao exame da Comissão de Educação.

O Projeto de Lei do Senado nº 142, de 1996, não recebeu emendas e será incluído em Ordem do Dia, oportunamente.

São as seguintes as emendas recebidas:

**EMENDA (de plenário),
OFERECIDA AO PROJETO**

DE LEI DO SENADO Nº 73, DE 1996

**Que institui o Serviço Comunitário
de telecomunicação.**

EMENDA Nº 3 – PLEN (SUBSTITUTIVO)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Serviço Comunitário de Radiodifusão obedecerá aos preceitos desta Lei e, no que couber, ao Código Brasileiro de Telecomunicações, instituído pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e às demais disposições supervenientes.

Art. 2º Serviço Comunitário de Radiodifusão é o serviço que usa canais do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, especialmente designados para tal fim, nas condições estabelecidas nesta lei e nas normas baixadas pelo Poder Executivo, destinadas a atender aos interesses das comunidades servidas.

§ 1º O Serviço Comunitário de Radiodifusão distingue-se dos serviços de radiodifusão, não estando submetidos aos condicionantes próprios desses serviços.

§ 2º O Poder Público nas localidades em que seja tecnicamente viável e de interesse público, designará um canal para uso do Serviço Comunitário de Radiodifusão em caráter primário.

§ 3º Quando o canal utilizado pelo Serviço Comunitário de Radiodifusão por falta de causa, for de caráter secundário, o Poder Público envidará esforços para que, sempre que possível, o canal opere livre de interferências e proibido de interferir.

Art. 3º A autorização para execução do Serviço Comunitário de Radiodifusão será outorgada às entidades civis de caráter comunitário, clubes e associações constituídas para esse fim.

Art. 4º Não poderão habilitar-se à exploração do Serviço Comunitário de Radiodifusão empresas ou entidades controladas pela União, Estados ou Municípios, ou de que sejam parte, permissionárias ou concessionárias de serviço de radiodifusão, na ocorrência de superposição de áreas de serviço, ou

pessoa a eles vinculadas, com participação superior a vinte por cento das cotas do capital votante.

Art. 5º A programação a ser veiculada pelas emissoras autorizadas a explorar o serviço será orientada pelo preceito constitucional, preferentemente afeita a finalidade educativas, artísticas, culturais e informativas, tendo presente o entendimento e a solução dos problemas da comunidade.

§ 1º A programação não poderá conter qualquer discriminação política, partidária religiosa, racial regional ou étnica.

§ 2º Num espaço de seis horas, não mais do que o total de uma hora poderá ser usado para transmissão de propaganda comercial.

Art. 6º As estações do Serviço Comunitário de Radiodifusão não poderá formar rede ou entrar em cadeia com estações de radiodifusão.

Parágrafo único. As estações do Serviço Comunitário de Radiodifusão não estão obrigadas a transmitir nenhum programa obrigatório do Governo além daquele que seja atualmente obrigatório.

Art. 7º Caberá ao Poder Executivo, além do disposto nesta lei, através de norma, estabelecer:

I – Os procedimentos e condições para outorga de autorização do Serviço Comunitário de Radiodifusão, com base no interesse público;

II – estabelecer os critérios e parâmetros técnicos, inclusive os canais em que seria viável a exploração do serviço, horário mínimo de funcionamento e prazos aplicáveis ao serviço;

III – condições de revogação da autorização.

Art. 8º A potência de emissão das estações do Serviço Comunitário de Radiodifusão, definida em norma própria pelo Poder Executivo, deverá ser a mínima necessária para atender adequadamente à comunidade a ser servida e não poderá ser superior a 20 (vinte) watts ERP.

Art. 9º O Poder Público estabelecerá procedimentos técnicos e administrativos que tomem mínimo o ônus financeiro para seu atendimento por parte dos operadores de estações do Serviço Comunitário de Radiodifusão.

Art. 10. Os operadores de Serviço Comunitário de Radiodifusão são isentos do pagamento de quaisquer valores e título de uso de frequências.

Art. 11. A autorização para exploração do Serviço Comunitário de Radiodifusão dar-se-á pelo prazo de cinco anos, estando a renovação sujeita à consulta pública aos membros a comunidade, na forma definida pelo Poder Executivo.

Art. 12. O Poder Executivo baixará, dentro de noventa dias, norma regulamentando o Serviço Comunitário de Radiodifusão.

Art. 13. As emissoras que estiverem, comprovadamente, em operação precária há mais de noventa dias da data da promulgação desta lei, terão o prazo de cento e oitenta dias, a contar de sua promulgação, para se adequar às normas de regulamentação do Serviço.

Art. 14. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 15. Revogar-se as disposições em contrário.
Sala das Sessões, 10 de março de 1997. – Senador **João Rocha**.

(À Comissão de Educação.)

**EMENDAS (de plenário),
OFERECIDAS AO PROJETO**

**DE LEI DA CÂMARA Nº 44, DE 1996
(Nº 4.622/94, na Casa de origem)**

Dispõe sobre a veiculação de mensagem voltada à educação para o trânsito.

EMENDA Nº 1-PLEN

Incluem-se no art. 1º do PLC nº 44/96, dois parágrafos com a seguinte redação:

"Art. 1º

§ 1º As empresas mencionadas no **caput**, detentoras de programas ou projetos que contemplem medidas de segurança e educação para o trânsito, ou patrocinem iniciativas de órgãos oficiais sobre a matéria, ficarão desobrigadas de inserirem a mensagem educativa em suas propagandas, prevista no **caput** deste artigo.

§ 2º Para gozar da desoneração do parágrafo anterior, os programas ou projetos deverão estar de acordo com as diretrizes de segurança e educação para o trânsito fixadas pelo Contran."

Justificação

Diversas das empresas relacionadas no **caput** do art. 1º desenvolvem programas próprios voltados para a educação e segurança do trânsito; participam, também, na qualidade de patrocinadores, de iniciativas de mesma natureza desenvolvidas por órgãos do Sistema Nacional de Trânsito.

Dessa forma, com o intuito de não desmotivar as empresas que já adotam programas voltados para a educação e segurança do trânsito estamos sugerindo desobrigá-las do cumprimento do disposto

no **caput** do art. 1º, quando possuírem programas ou projetos próprios ou patrocinarem iniciativas de órgãos oficiais voltadas para a segurança e educação para o trânsito.

Com a alteração acima pretende-se evitar que programas ou projetos bem estruturados venham a ser substituídos por uma mensagem rápida e curta, no caso de publicidade veiculada em rádio e televisão, ou pequenas notas inseridas na publicidade escrita.

A proposta visa tão-somente possibilitar que sejam alcançados os objetivos educacionais intentados pelo nobre Deputado autor do projeto, permitindo ampla participação de todas as empresas integrantes do segmento automotivo, sem contudo desmobilizar programas e projetos em andamento.

Sala das Sessões, 10 de março de 1997. – **Bello Parga.**

EMENDA Nº 2-PLEN

Inclua-se o seguinte artigo 6º no PLC nº 44/96.

Art. 6º Esta Lei deixará de vigorar no dia seguinte ao da entrada em vigor da Lei que vier a substituir o atual Código Nacional de Trânsito, Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966.

Justificação

O Deputado Ronaldo Perin, autor do presente Projeto de Lei, ao fundamentar sua iniciativa, aponta lacunas no atual Código Nacional de Trânsito, Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966, no que diz respeito à falta de tratamento especial ao tema da educação e segurança para o trânsito.

Ao determinar em caráter mandamental que as empresas do segmento automotivo insiram mensagens voltadas para segurança e educação para o trânsito em suas propagandas pretende colmatar as falhas da lei vigente, nesse particular.

Mesmo sem discordar da proposta, acredito que a ela se deve dar vigência temporária, com isso evitando-se eventuais colisões com a lei que vier a substituir o atual Código Nacional de Trânsito.

Esta Casa legislativa aprovou no final do ano de 1996 o PLC nº 73/94 (na origem nº 3.710/93) que institui o Código de Trânsito Brasileiro. A matéria já se encontra em fase final de discussão na Câmara dos Deputados.

Tal projeto trata no Capítulo VI da Educação para o Trânsito. Nos arts. 75 a 80 a matéria e disciplina exaustivamente. Ali, busca-se estabelecer campanhas permanentes de caráter educativo, contemplando-se até as peculiaridades locais, no que diz respeito ao trânsito.

Dessa forma, penso tomar-se necessário dar ao presente projeto um caráter transitório, de maneira a desonerar os órgãos executores da segurança e educação para o trânsito de encargos incompatíveis com as obrigações decorrentes da nova lei.

Por outro lado, dando-se vigência temporária do texto legal, haverá possibilidade de avaliação da eficácia da inserção de mensagem educativa em matérias publicitárias do segmento automotivo na melhoria da segurança do trânsito brasileiro.

Sala das Sessões, 10 de março de 1997. – **Bello Parga.**

(À Comissão de Educação.)

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) – A Presidência recebeu do Tribunal de Contas da União o Aviso nº 196/97, de 27 de fevereiro último, encaminhando, em atendimento à solicitação da Comissão Temporária destinada a "investigar as obras não concluídas custeadas pela União e examinar sua situação", dados sobre a construção da ponte de Porto Alencastro, divisa Minas Gerais/Mato Grosso do Sul, na BR-497-MG, registrados no Relatório da Auditoria realizada pela Secretaria do TCU em Minas Gerais (Processo nº TC-375.079/96-3).

O expediente será anexado ao processado no Requerimento nº 651, de 1995, e, em cópia, ao processado do Diversos de nº 1, de 1996, que vai à Comissão de Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) – A Presidência recebeu manifestações do Banco Central do Brasil, nos termos da Resolução nº 69, de 1995, do Senado Federal, referente aos seguintes ofícios:

– Ofício nº S/26, de 1997 (nº 534/97, na origem), de 7 do corrente, encaminhando solicitação do Governo do Estado de São Paulo para que possa emitir Letras Financeiras do Tesouro Estado de São Paulo – LFTSP, cujos recursos serão destinados ao giro da dívida mobiliária vencível em março de 1997: e

– Ofício nº S/27, de 1997 (nº 535/97, na origem), de 07 do corrente, encaminhando solicitação do Governo do Estado de Sergipe para que possa emitir Letras Financeiras do Estado de Sergipe – LFTSE, cujos recursos serão destinados ao giro da dívida mobiliária vencível no primeiro semestre de 1997.

As matérias vão à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) – Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Nabor Júnior.

É lido o seguinte:

OF. GLPMDB Nº 69/97

Brasília, 6 de março de 1997

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a substituição do Senador Nabor Júnior, pelo Senador Casildo Maldaner como membro Titular, bem como do Senador Casildo Maldaner pelo Senador Ney Suassuna, como membro Suplente, na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do Requerimento nº 1.101, de 1996, destinada a "apurar responsabilidades relacionadas à autorização, emissão e renegociação de títulos públicos, estaduais e municipais, nos exercícios de 1995 e 1996", ficando a mesma assim constituída:

Titulares**Suplentes**

Senador Casildo Maldaner	Senador Ney Suassuna
Senador Roberto Requião	Senador Onofre Quinan
Senador Fernando Bezerra	
Senador Jader Barbalho	

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência protestos de alta estima e consideração.
– Senador **Jader Barbalho**, Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) – Serão feitas as substituições solicitadas.

Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Senhor 1º Secretário em exercício, Senador Nabor Júnior.

São lidos os seguintes:

OFÍCIO Nº 338-L-PFL/97

Brasília, 5 de março de 1997

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que o Deputado Ricardo Barros deixa de fazer parte, como Membro Suplente, da Comissão Mista destinada a emitir parecer à Medida Provisória nº 1.531-3, de 27 de fevereiro de 1997, que "Dá nova redação aos arts. 24, 26 e 57 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição, institui normas para licitação e contratos da Administração Pública, e ao art. 15 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos".

Indico para a referida vaga o Deputado Robério Araújo.

Atenciosamente, – Deputado **Inocência Oliveira**, Líder do PFL.

OFÍCIO Nº 340-L-PFL/97

Brasília, 5 de março de 1997

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que o Deputado Ricardo Barros deixa de fazer parte, como Membro

Titular, da Comissão Mista destinada a emitir parecer à Medida Provisória nº 1.550-36, de 13 de fevereiro de 1997, que "Organiza e disciplina os Sistemas de Controle Interno e de Planejamento e de Orçamento do Poder Executivo, e dá outras providências".

Indico para a referida vaga o Deputado Francisco Rodrigues.

Atenciosamente, – Deputado **Inocência Oliveira**, Líder do PFL.

OFÍCIO Nº 342-L-PFL/97

Brasília, 5 de março de 1997

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que o Deputado Ricardo Barros deixa de fazer parte, como Membro Titular, da Comissão Mista destinada a emitir parecer à Medida Provisória nº 1.558-4, de 13 de fevereiro de 1997, que "Altera a redação dos arts. 14, 18, 34, 44 e 49 da Lei nº 9.082, de 25 de julho de 1995, e do art. 35 da Lei nº 9.293, de 15 de julho de 1996, que dispõem, respectivamente, sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para os exercícios de 1996 e 1997".

Indico para a referida vaga o Deputado Francisco Horta.

Atenciosamente, – Deputado **Inocência Oliveira**, Líder do PFL.

OFÍCIO Nº 344-L-PFL/97

Brasília, 5 de março de 1997

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que o Deputado Paulo Bauer deixa de fazer parte, como Membro Titular, da Comissão Mista destinada a emitir parecer à Medida Provisória nº 1.464-18, de 14 de fevereiro de 1997, que "Acrescenta parágrafo ao art. 75 da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965".

Indico para a referida vaga o Deputado Raimundo Colombo.

Atenciosamente, – Deputado **Inocência Oliveira**, Líder do PFL.

OFÍCIO Nº 352-L-PFL/97

Brasília, 6 de março de 1997

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que o Deputado Paulo Bauer deixa de fazer como membro Suplente, da Comissão Mista destinada a emitir parecer à Medida Provisória nº 1.552-10, de 13 de fevereiro de 1997, que "Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor

do Ministério do Planejamento e Orçamento, crédito extraordinário no valor de R\$21.000.000,00 para os fins que especifica".

Indico para a referida vaga o Deputado Carlos Alberto Campista.

Atenciosamente, Deputado Inocêncio Oliveira, Líder do PFL.

OFÍCIO Nº 356-L-PFL/97

Brasília, 6 de março de 1997

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que o Deputado Paulo Bauer deixa de fazer parte, como Membro Suplente, da Comissão Mista destinada a emitir parecer à Medida Provisória nº 1.568, de 14 de fevereiro de 1997, que transforma o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacional – INEP, em Autarquia Federal, e dá outras providências.

Indico para referida vaga o Deputado Cláudio Chaves.

Atenciosamente, Deputado **Inocêncio Oliveira**, Líder do PFL.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) – Serão feitas as substituições solicitadas.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Senador Edison Lobão, que dispõe de até vinte minutos para o seu pronunciamento.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL/MA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Ministro Pedro Malan, da Fazenda, anunciou solenemente em Buenos Aires, em meio a um encontro com o Presidente da Argentina, Carlos Menem, na última sexta-feira, a decisão do Governo brasileiro em não prorrogar os efeitos da medida provisória que garantiu novos incentivos fiscais para montadoras que se instalarem nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do País.

Essa decisão significa que o Brasil sucumbiu às pressões da Argentina, dos Estados Unidos e da União Européia, os quais não têm interesse em que se amplie, em nosso País, o parque industrial automotivo.

A opinião pública está recebendo esse anúncio oficial com a maior perplexidade. Talvez pela primeira vez em nossa história – e não me lembro de nada parecido no passado –, faz-se um anúncio público, com chancela oficial, de que estamos atravancando o desenvolvimento brasileiro por pressões de interesses alienígenas contrariados.

E o mais grave é que se pretende recuar em relação a uma lei vigente, pois as medidas provisórias, como se sabe, estabelecem normas legais de imediata vigência.

Por outro lado, e igualmente grave, é a presunção, que se tornou pública, de que a opinião do Poder Legislativo, frente a uma medida provisória, é absolutamente insignificante e inócua, pois já se anuncia, antecipadamente, que a medida provisória que beneficiava as regiões mais carentes do País, com os incentivos que lhes permitiriam perspectivas de desenvolvimento, não será votada até o fim deste mês e, em consequência, não será renovada, ao contrário das dezenas de outras que habitualmente o são.

Sr. Presidente, não quero entrar aqui nos meandros da política internacional, que geralmente se desenvolve em bastidores intransponíveis, para buscar explicações que justifiquem ou não, ou que expliquem ou não essa decisão prejudicial ao Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

O Sr. Epitacio Cafeteira - Senador Edison Lobão, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. EDISON LOBÃO - Senador Epitacio Cafeteira, ouço V. Ex^a com muito prazer.

O Sr. Epitacio Cafeteira - Senador Edison Lobão, V. Ex^a disse que não pretende entrar pelos meandros da política internacional; pois eu faço questão de fazê-lo. Na realidade, o Mercosul tem-se mostrado muito prejudicial não apenas para este País, mas principalmente para a Região Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Veja V. Ex^a que, depois que entramos no Mercosul e o organizamos, a balança comercial da Argentina passou a ser superavitária e a do Brasil deficitária. Há um ditado no Norte que diz: sociedade com pobre dá prejuízo. O Brasil resolveu fazer essa sociedade com países realmente mais pobres do que ele, e agora estamos todos observando esse prejuízo. Hoje o Mercosul serve ao Sul do País; mas, o que lá no Norte e Nordeste produzimos, deixamos de vender até para o Sul do País. Não que quiséssemos nos beneficiar do mercado consumidor do Mercosul, não! Queríamos ao menos continuar a servir aos mercados brasileiros. De repente, com a existência do Mercosul, ficou mais atrativo para os sulistas negociarem com os países do Cone Sul, abandonando todo o resto do Brasil. Nobre Senador Edison Lobão, digo a V. Ex^a que votarei contra a reeleição, e um dos motivos é exatamente o fato de o Presidente da República – tão interessado nela – demonstrar o maior desprezo possível pelo Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Te-

mos vários Colegas que estão encantados com este Governo. E eu gostaria de saber o que ele fez além dos tapinhas nas costas e sorrisos. É preciso que as populações daquelas regiões entendam que estamos abandonados. Eu e V. Ex^a somos representantes do Maranhão. Por minha parte, posso dizer que não farei como o sândalo que perfuma o machado que o corta. Não! Sem ajuda ao meu Estado, sem ajuda à minha Região, sem ajuda ao Norte, Nordeste e Centro-Oeste, jamais votarei a favor da emenda da reeleição. O Presidente demonstra, neste caso, um grande desejo de nos abandonar à própria sorte. Nós só servimos enquanto éramos eleitores; quando deixamos de o ser, o Presidente preferiu dançar o último tango em Buenos Aires.

O SR. EDISON LOBÃO – Traz V. Ex^a um dado novo: o fato de que, com o Mercosul, em lugar de enriquecermos, estamos empobrecendo. Em verdade, estamos exportando menos dos países sul-americanos do que importamos. De fato, essa é uma associação contra a qual não me levanto, mas tenho que admitir que V. Ex^a tem razão quando registra o prejuízo que estamos tendo com a criação do Mercosul. O fato é que estamos nesta situação: o Governo, num gesto raro, escasso, ralo, editou uma medida provisória para beneficiar o Norte e o Nordeste do Brasil, o que já fez de maneira tarda e, em razão de um projeto que está tramitando aqui no Senado Federal, de autoria do Senador Roberto Freire. Em seguida, no exterior, anuncia a revogação dessa medida para atender a compromissos com a Argentina, com os Estados Unidos e com países da Europa. Afinal de contas, o Governo está aqui para atender aos interesses dos brasileiros ou aos interesses dos estrangeiros?

O Sr. Epitacio Cafeteira – Nobre Senador, permita-me que volte apenas para um alerta: se multiplicarmos por três o número de Senadores – posto que são três por Estado, e esta Casa não é composta de representantes do povo, mas sim das unidades da Federação –, vamos dar uma demonstração de que não temos competência para defender a nossa região, os nossos Estados, o interesse das nossas populações. Seguir batendo palmas a isso que aí está não tem sentido. É uma forma de renunciar, não ao mandato, mas às prerrogativas do nosso mandato, nas quais está inserida a defesa das nossas regiões. Creia V. Ex^a, nobre Senador Edison Lobão, não tenho qualificação para situar o comportamento daqueles que preferem abandonar as populações de nossos Estados para serem também capitaneados e seguirem o rumo desejado pelo países do Mercosul. Afinal de contas,

este País não é uma empresa para dar lucro; ele é feito por homens e mulheres que estão na Amazônia, no Acre, no Amapá, em Roraima, em Rondônia, dizendo aqui é a fronteira do Brasil. Estão no Nordeste, sem água e sem chuva, mas lutando para dizer "aqui é o Brasil". Será que tudo isso não será considerado pelos representantes desses Estados? Nobre Senador Edison Lobão, sei que V. Ex^a pertence ao Partido do Governo, aliás ao Partido que faz questão de ser mais Governo do que o próprio Partido do Presidente. O pronunciamento de V. Ex^a só faz engrandecê-lo na hora em que toma uma posição muito mais de maranhense do que de apoio a um Governo que nos abandonou.

O SR. EDISON LOBÃO – Não posso negar que meu Partido apóia – e apóia firmemente – o Presidente da República e o seu Governo; mas também não posso dar-lhe apoio naquilo em que atenta contra os mais legítimos interesses da minha região e do meu Estado. Para determinadas autoridades, os interesses reivindicados pelo Sul são legítimos; mas quando o Norte ou o Nordeste brasileiros reivindicam – não -, esses interesses podem ser adiados, podem ser negligenciados. Com isso, não estou de acordo. Faço parte de uma coligação que apóia o Governo, assim como V. Ex^a também lidera um Partido que tem dado apoio ao Governo. Nós não concordamos com o que, a nosso ver, não está correto, não está na linha dos interesses nacionais.

Sr. Presidente, retornando ao meu discurso, sabe-se, apenas, que os motivos que levaram o Ministro da Fazenda a tal anúncio devem ser deveras graves, pois a declaração oficial, numa só penada, conseguiu dar a impressão, de um lado, que de algum modo se arranhou a soberania nacional e, de outro, que se avançou nas atribuições de um Congresso independente.

O que sei com certeza é que não tenho na memória qualquer acontecimento no passado, público ou de bastidor, que impedisse a Argentina, os Estados Unidos ou a União Européia de deixarem de fazer alguma coisa em prol dos seus desenvolvimentos em função de eventuais prejuízos causados ao Brasil.

Imaginem V. Ex^{as} se seria possível ao menos, num ensaio de fantasia, supor que os Estados Unidos interrompessem a construção de uma fábrica que iria comprometer concorrentes brasileiras.

Todos nós aplaudimos os avanços industriais e econômicos que impulsionaram e impulsionam o constante desenvolvimento dos norte-americanos, dos europeus e até mesmo dos argentinos, e nunca se soube que interesses contrariados, de países

concorrentes, tivessem a força de lhes proibir a construção de novas fábricas e novos empreendimentos.

Nessa questão de incentivos para o comércio internacional – e eu já ocupei a tribuna deste Senado para abordar tal tema – é fato sabido e notório que as principais nações do mundo – à exceção talvez do Brasil – subsidiam fortemente os seus produtos de exportação a tal ponto que conseguem fazer chegar até nós suas mercadorias a um preço inferior ao custo dos que, muitas vezes, aqui produzimos.

Tal prática nos têm causado prejuízos de valor inestimável e de conseqüências trágicas no futuro; provoca o fechamento dos nossos empreendimentos, o desânimo dos nossos produtores, a multiplicação do desemprego. O fato tornou-se escandaloso, levando nosso atual Ministro da Indústria e do Comércio a um aumento brutal de tarifas de determinadas importações que esmagavam nossos produtores.

Não me recordo, Sr. Presidente, de nenhuma ação internacional pública ou de bastidores, que impedisse, em nações desenvolvidas, o crescimento dessas práticas tão lesivas ao Brasil.

De igual modo, todos sabemos que a concorrência internacional prejudicou gravemente a indústria têxtil brasileira. Temos em nosso território mais fábricas de tecidos fechadas que novas eventualmente criadas por empresários mais audaciosos. Nós lamentamos, mas não reclamamos contra isso, pois o processo faz parte da natural concorrência no livre mercado na hipótese em que haja proteção tarifária para os nossos produtos o que se alega não existir.

Imagine V. Ex^{sa} se se pode ao menos fantasiar a hipótese de que o Brasil impedisse os Estados Unidos ou a Argentina de instituir novas fábricas têxteis na regiões que pretendam desenvolver!

Já não me refiro aqui, Sr. Presidente, a projetos de lei, como o do Senador Roberto Freire, que buscaram implantar no Norte e Nordeste a industrialização automotiva, projeto cuja tramitação se paralisou exatamente pela preferência dada à medida provisória já referida. Depreende-se agora que o projeto a ser provavelmente aprovado pelo Congresso será vetado pelo Governo Federal. Lamento profundamente essa decisão anunciada pelo Ministro da Fazenda, acaso se confirme. Ela cria um terrível precedente e engorda os preconceitos que ainda existem contra os anseios do Nordeste de se erguer à altura dos Estados sulistas historicamente amparados pelo Governo Central.

A partir dessa decisão, qualquer inovação industrial que se pretenda para nossa Região será inexoravelmente vetada pelos países atingidos nos seus interesses.

Não há, Sr^{as} e Srs. Senadores, como apoiar tal informação do Sr. Ministro da Fazenda e esperamos, sinceramente, que ela não se confirme.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) – Concedo a palavra ao nobre Senador Nabor Júnior.

O SR. NABOR JÚNIOR (PMDB – AC. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o povo do Acre está vivendo momentos de grande aflição, em decorrência das cheias de vários rios do Estado, ocasionando inundações na Capital e em Municípios do Interior.

Além de Rio Branco, também em Sena Madureira, Assis Brasil, Tarauacá e outras localidades cortadas pelos rios Purus, Acre, Iaco, Tarauacá e Juruá a situação é de extrema dificuldade, verdadeiramente calamitosa, porque já desabrigou mais de oitenta mil pessoas, nos perímetros urbanos e nas zonas rurais.

O Prefeito de Rio Branco, Mauri Sérgio de Oliveira, no dia 27 de fevereiro último, baixou o decreto nº 6.120, configurando, para efeitos legais e assistenciais, o estado de **calamidade pública** no Município de Rio Branco, depois que o rio Acre, que corta a cidade, ter ultrapassado, em 2,74m, a sua quota normal de alerta – que é de 13,50m. No mesmo dia, o Governador do Estado em exercício, Deputado Álvaro Romero, pelo Decreto nº 089, homologou a declaração firmada pelo Prefeito.

A partir daí, Sr. Presidente, começaram as gestões da Bancada acreana perante a Defesa Civil Federal, a Secretaria de Assuntos Regionais e o Ministério do Planejamento da Presidência da República, no sentido de socorrer as vítimas daquela calamidade. Mas a burocracia oficial infelizmente é tão emperrada e dificulta tanto as ações do Governo nesses casos de extrema urgência, que somente hoje, passados mais de 11 dias após ter sido decretada a calamidade pública nas cidades de Rio Branco e Sena Madureira, só hoje as primeiras cestas com alimentos estão sendo distribuídas para as populações atingidas pelas inundações.

O quadro a cada dia se torna mais grave; agora, é muito mais preocupante do que o de dias atrás, quando da decretação do estado de calamidade pública pelos prefeitos de Rio Branco e de Sena Madureira, no final do mês de fevereiro. O nível dos rios

Acre e Iaco subiu ainda mais e está muito acima da quota normal, superior a 17 metros. Com isso, mais de cinquenta bairros na capital de meu Estado estão praticamente submersos, conforme comprovam fotografias tiradas por funcionários da Prefeitura e da Defesa Civil do Governo do Estado do Acre e que foram encaminhadas à Secretaria de Assuntos Regionais para as devidas providências.

Quatro quintos da superfície da cidade de Sena Madureira, que é banhada pelo rio Iaco, estão totalmente submersos; apenas um bairro não foi atingido pelas inundações. A situação se torna ainda mais ameaçadora quando sabemos que também o é mais grave o nível do grande rio Purus, que recebe as águas daqueles já citados, também está muito acima da cota normal, causando o fenômeno do represamento das águas dos rios Acre e Iaco. E não há perspectiva de baixa dos seus níveis nas próximas horas.

Portanto, quero aqui registrar esse fato e exigir das autoridades competentes, da Defesa Civil e da Secretaria de Assuntos Regionais, providências imediatas para socorrer as famílias que se viram desabrigadas e foram alojadas em escolas, casas de parentes e também no Parque de Exposições Presidente Castelo Branco, de Rio Branco. As Prefeituras de Rio Branco e de Sena Madureira não dispõem de recursos suficientes para atendê-las com alimentos, agasalhos, medicamentos e outros gêneros e nem tem como protegê-las das doenças. Já se confirma, Sr. Presidente, Srs. Senadores, o surgimento de casos de febre tifóide, hepatite e outras epidemias, que estão acometendo as pessoas atingidas pelas inundações.

O Sr. Flaviano Melo – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. NABOR JÚNIOR – Com muito prazer, Senador Flaviano Melo.

O Sr. Flaviano Melo – Senador Nabor Júnior, há pouco, no meu gabinete, recebi um telefonema do Chefe da Defesa Civil no Estado do Acre, Coronel Carvalho Neto, que estava apreensivo, aflito, por não poder atender à população atingida pelas enchentes do Estado do Acre. Ele confirmou os dados que V. Ex^a apresenta ao Senado: mais de 80% da cidade de Sena Madureira está debaixo d'água. A rua principal de Sena Madureira, onde se localiza a Prefeitura e a Câmara Municipal, está alagada. Essa é uma das partes altas da cidade, e a distância dali para o rio é grande. Então, praticamente toda Sena Madureira está debaixo d'água. Em Rio Branco e Feijó, há 60 famílias desabrigadas; em Porto Acre,

são mais de 120; em Santa Rosa, 60% da população está desabrigada. Em Rio Branco, os números também são alarmantes. O Coronel Carvalho Neto informou-me que a cota do rio Acre chegou a 17 metros e 24 centímetros, ultrapassando, portanto, em 13 centímetros a cota mais alta que o rio Acre apresentou, o que ocorreu na enchente de 1988. Na ocasião, eu era governador do Estado, contamos com o apoio integral do Governo Federal. Vários aviões da FAB chegaram com mantimentos, e conseguimos dar um mínimo de atendimento àquela população. De lá para cá, nesses quase 10 anos, a população cresceu muito. Todos nós sabemos que os bairros periféricos, os bairros que se localizam nas partes mais baixas, são os que mais crescem, pois é para lá que se digirem as pessoas vindas dos seringais. O Chefe da Defesa Civil do Estado informou que 60 bairros, de um total de 140, estão atingidos; 15 mil famílias foram atingidas, ou seja, cerca de 75 mil pessoas, e há 3.500 famílias desabrigadas, em torno de 16.500 pessoas. A Prefeitura de Rio Branco conseguiu atender apenas 800 famílias, alojando-as no parque de exposições, nas escolas e nos ginásios cobertos, o que mostra que tem muita gente desassistida pelo Poder Público. Como V. Ex^a estava dizendo, em relação às doenças, já foram registrados 2 casos de morte por afogamento, um caso comprovado de leptospirose, 4 com suspeita de meningite e 1 com suspeita de cólera. O que é mais preocupante, Senador Nabor Júnior, é que nós, desde a semana passada, ou seja, há 8 ou 10 dias, fazemos gestão junto à Defesa Civil, e só hoje o Chefe da Defesa Civil do Acre me disse que recebeu 43 toneladas de alimentos, ou seja duas mil cestas, que serão distribuídas para Sena Madureira e Rio Branco, que são os municípios mais atingidos. Neste momento, eu me associo a V. Ex^a para pedir ao Governo Federal que comece a agir imediatamente. Até hoje, não chegou um medicamento sequer. A Ceme não entregou nenhum medicamento. Há mais de dez dias, tentamos fazer com que a Defesa Civil do Governo Federal comece a agir, porque o caso é de calamidade, e muitas pessoas estão sofrendo com esses problemas. Muito obrigado, Senador.

O SR. NABOR JÚNIOR – Agradeço a V. Ex^a pelo seu oportuno aparte, que enriquece o meu pronunciamento com novos dados, fornecidos há pouco pelo Chefe da Defesa Civil do Estado do Acre, Coronel Carvalho – com quem também falei, pela manhã, e de quem recebi grande preocupação com os últimos acontecimentos verificados no Estado do Acre, em decorrência, como já do conhecimento da Casa,

dessas inundações provocadas pelo aumento de volume dos rios Acre, Iaco e outros tributários do rio Amazonas.

Assim sendo, Sr. Presidente, quero reafirmar o mais veemente apelo ao Dr. Pedro Sanguinetti, Chefe da Defesa Civil da Secretaria de Assuntos Regionais do Ministério do Planejamento, no sentido de agilizar as providências para que as populações atingidas pelas inundações sejam assistida, urgentemente, com o necessário repasse de alimentos, de medicamentos, de colchonetes, de cobertores, de tudo o que poderia minorar o seu sofrimento ante a grande calamidade que as vem vitimando.

Dou essa ênfase à urgência, Sr. Presidente, porque as medidas adotadas pela Defesa Civil são muito lentas. O Decreto do Prefeito Mauri Sérgio, declarando estado de calamidade pública na cidade de Rio Branco, é do dia 27 de fevereiro, data em que o mesmo foi imediatamente repassado à Defesa Civil, e sem demora homologado pelo Governador do Estado, em exercício. Mas só hoje, dia 10 de março, começam a ser distribuídas as primeiras cestas com alimentos, no montante de 43 toneladas, assim mesmo para atender apenas as populações de Rio Branco e de Sena Madureira.

Ora, se temos mais de 100 mil pessoas desabrigadas – atingidas pelas inundações, com suas casas submersas, sem poder se deslocar para qualquer outro local – é premente a necessidade de medidas imediatas por parte do Governo Federal, uma vez que os Municípios, infelizmente, não têm condições de solucionar esse grave problema sem ajuda do Governo do Estado, que precisa se envolver mais efetivamente no encaminhamento de soluções dos problemas dessas pessoas atingidas, e principalmente do Governo Federal, que tem na Secretaria de Assuntos Regionais um órgão de Defesa Civil para socorrer os Estados e os Municípios nesse tipo de emergência.

Por essa razão é que espero que o Dr. Sanguinetti seja mais sensível e não se deixe tolher por toda essa burocracia, conforme ele mesmo me relatou na manhã de hoje. É uma burocracia que, infelizmente, ainda empenha muito o cumprimento de medidas capazes de tornar mais efetiva a assistência às populações atingidas pelas inundações.

Faço aqui esse apelo em nome da Bancada do Acre. Estou seguro de que os três Senadores, os oito Deputados Federais, todos estão preocupados com essa situação, acima de qualquer divergência partidária ou inspiração política. Não podemos deixar de ouvir e dar atenção aos veementes apelos

dos prefeitos municipais de Rio Branco, Sena Madureira, Assis Brasil, Feijó e, agora, Tarauacá, alarmados com a tendência do nível das águas dos rios, que continuam a subir, fenômeno que se agrava, como já informei, quando o Rio Purus e o Juruá estão represando os afluentes de menor porte, como é o caso dos rios Acre, Iaco, Tarauacá e o Envira.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Nabor Júnior, o Sr. Valmir Campelo deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Flaviano Melo, 3º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Flaviano Melo) – Concedo a palavra ao nobre Senador Valmir Campelo.

O SR. VALMIR CAMPELO (PTB – DF. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Brasil passa por um singular momento de sua história. Não há como ignorar que muita coisa mudou, desde o **impeachment** do Sr. Collor de Melo, a começar pela eliminação dos constantes sobressaltos da economia, que hoje ostenta uma estabilidade que sinaliza bons ventos para o futuro.

A "era Fernando Henrique Cardoso" é sobretudo a "era das mudanças", das reformas, das profundas transformações.

Estruturas arcaicas e impeditivas do nosso desenvolvimento passam por necessárias modificações e são adequadas às exigências de um mundo cada vez mais competitivo e globalizado.

Nesse contexto, Sr. Presidente, pouco se tem falado, no entanto, numa reforma crucial, absolutamente necessária para o País e há muito reclamada pela população como um todo.

Refiro-me, Sr. e Srs. Senadores, à reforma da Justiça brasileira que ainda não aportou no Século XX, quando faltam pouco menos de 3 anos para adentrarmos o Século XXI.

Quero deixar claro, logo de início, que não pretendo esgotar neste meu pronunciamento tema tão complexo e de tamanha envergadura. Primeiro, porque me faltam o "engenho e a arte". Segundo, porque isso demandaria uma discussão envolvendo toda a sociedade brasileira, que é a principal interessada nessa reforma.

Como político, entretanto, tenho uma espécie de sensor, que é comum a todos nós que militamos nessa seara, indicando, permanentemente, uma insatisfação generalizada do povo em relação a nossa Justiça como um todo.

Matéria publicada no **Correio Braziliense**, em sua edição de ontem, mostra estatísticas impressio-

nantes quanto ao funcionamento da Justiça brasileira, justificando, amplamente, esse clamor de insatisfação que emana de todas as classes sociais.

Segundo o texto, assinado pelo jornalista Antônio Vital, do conceituado matutino brasiliense, a cada ano nossos tribunais recebem cerca de 5 milhões de novos processos. Apenas em janeiro deste ano, o Superior Tribunal de Justiça recebeu 4 mil 300 novos processos, que se juntaram a outras 30 mil ações que aguardam por decisões naquela Alta Corte.

Pelas projeções do jornalista de Brasília, para zerar a pauta, cada Ministro do STJ teria de julgar 1.176 processos até o final do ano, promovendo o julgamento de pelo menos três processos por dia, incluindo sábados, domingos e feriados.

Essa mesma situação, Sr. Presidente, em alguns casos com números bem mais expressivos e preocupantes, repete-se nas demais instâncias judiciais Brasil afora, fazendo com que processos simples se arrastem por anos a fio, numa **via crucis** que penaliza especialmente os segmentos mais desfavorecidos da nossa população.

O Sr. Nabor Júnior – Permite-me V. Ex^a um aparte, nobre Senador Valmir Campelo?

O SR. VALMIR CAMPELO – Ouço, com muito prazer, V. Ex^a, nobre Senador Nabor Júnior.

O Sr. Nabor Júnior – V. Ex^a está abordando um tema de interesse de toda a Nação brasileira, que é o emperramento da justiça do nosso País. A meu ver, uma das medidas que podem ser adotadas para reduzir o acúmulo de feitos judiciais no Brasil é a aprovação do projeto de emenda constitucional do Senador Ronaldo Cunha Lima, que institui o efeito vinculante, que são as decisões tomadas pelos tribunais superiores que atingem as instâncias de primeiro grau, padronizando as interpretações nos diversos níveis da Magistratura. O que está acontecendo é que, muitas vezes, os Tribunais Superiores julgam determinadas ações, mas, nas Cortes inferiores e nos Juizados de primeiro grau, continuam sendo apreciadas ações semelhantes às que já foram julgadas anteriormente.

Então, o efeito vinculante proposto pela Emenda do Senador Ronaldo Cunha Lima vai aliviar consideravelmente o número de ações que terão ingresso na Justiça brasileira. Isso é indispensável!

Os Tribunais Superiores não podem ficar cronicamente abarrotados de ações provenientes de todos os Estados. Um jornal informa hoje que quando o Ministro da Justiça, Nelson Jobim, chegar ao Su-

premo Tribunal Federal – e o Presidente da República já encaminhou mensagem a esta Casa fazendo essa indicação – ele vai herdar, de plano, dois mil processos, oriundos da gestão do seu antecessor, o ex-Ministro Francisco Rezek. Quer dizer, não foi possível ao Ministro Francisco Rezek, com o talento, a operosidade e a competência que todos festejamos, julgar todas essas ações. Só o efeito vinculante é que vai resolver essa questão, paralelamente a instituições como o Juizado de Pequenas Causas e outras inovações voltadas para a universalização e a eficácia da Justiça. Todos, aliás, devemos investir mais na criação dessas Cortes de rito sumário e grande eficácia, que muitos Estados já têm, como o Acre, nas quais são julgadas causas especiais e que não exigiriam o empenho da grande soma de recursos e estruturas da Justiça comum. Devemos estimular a sua criação em outros Estados, para julgar causas realmente pequenas, que não compensam acionar Tribunais de segunda ou terceira instância, mas não podem ser subtraídas à Justiça, mas por intermédio de juízes especiais.

O SR. VALMIR CAMPELO – Muito obrigado, nobre Senador Nabor Júnior. Acolho, com muita satisfação, as observações transparentes e oportunas de V. Ex^a. Eu me permitiria dizer a V. Ex^a que realmente o Juizado de Pequenas Causas já deveria ter sido implantado em todos os Estados, em todas as cidades do nosso País. Isso, sem dúvida nenhuma, iria desafogar as ações e a Justiça, que muitas vezes é morosa exatamente pela sobrecarga de processos a que estão submetidos os juízes, os desembargadores, os ministros e os magistrados de maneira geral.

Com relação à súmula vinculante do projeto de autoria do nobre Senador Ronaldo Cunha Lima, por quem tenho admiração e apreço muito grandes, é realmente oportuno que todos nós venhamos a discutir esse projeto. Em princípio comungo da mesma tese, mas, por outro lado, também existem opiniões formadas de que a súmula vinculante poderia cercear a liberdade dos julgadores, dos juízes. No entanto, tenho certeza de que a súmula vinculante talvez possa ser uma das saídas para desafogar a tramitação dos processos que hoje circulam na Justiça, principalmente nos Tribunais Superiores. Desse modo, considero oportuna a discussão desse tema aqui nesta Casa.

O Sr. Ronaldo Cunha Lima – V. Ex^a me permitiria um aparte?

O SR. VALMIR CAMPELO – Ouço, com muito prazer, o nobre Senador Ronaldo Cunha Lima.

O Sr. Ronaldo Cunha Lima – Primeiro desejo registrar, de forma escolhida, o meu agradecimento pelas referências generosas que V. Ex^a fez e faz a meu respeito. Segundo, tecer algumas considerações a respeito da emenda da reforma constitucional que estabelece o efeito vinculante para as decisões de mérito do Supremo Tribunal. A emenda, ao longo da sua tramitação, tem recebido sugestões que puderam enriquecê-la e foi submetida ao crivo da análise mais percutiente por parte de entidades ligadas ao Direito, notadamente a Ordem dos Advogados, a Associação do Ministério Público e advogados. O escopo principal da emenda é, primeiro, desafogar o Supremo Tribunal, com cerca de 35 mil processos, dos quais muitos análogos, assemelhados ou rigorosamente iguais; segundo, para dar uniformidade às decisões das instâncias inferiores; terceiro, para não permitir que recursos processuais somente fossem possíveis a quem tivesse recursos materiais. Com esses três ângulos, essas três pedras fundamentais, estaríamos estabelecendo e conferindo ao Supremo Tribunal Federal a competência para ele próprio, mediante seu Regimento Interno, estabelecer as hipóteses em que se configuraria o efeito vinculante, porque entendemos também que ele não pode ser estendido em todas as hipóteses do julgamento submetido à Suprema Corte. Se hoje existe dentro da Constituição ação direta de inconstitucionalidade, e se o § 2º do art. 102 da Constituição estabelece a possibilidade da declaração de constitucionalidade, não vemos por que não estender aos julgamentos de mérito, às causas definitivas de mérito do Supremo Tribunal, e, quando julgadas ou decididas por 2/3 da Corte, esse efeito se estabelecer de forma a vincular-se às hierarquias inferiores dentro dos demais tribunais. Ao argumento que se opõe de que poderia haver uma imitação na independência dos julgados de primeira instância, tivemos oportunidade de dizer que o próprio Supremo Tribunal Federal com a competência que lhe é deferida vem estabelecendo como estabelecerá no seu Regimento Interno os casos, as hipóteses do efeito vinculante e não vai permitir ou estabelecer que essas decisões sejam **ad perpetuam rei memoriam**, que sejam eternas. Elas podem ser modificadas desde que provocadas e fundamentadas pelo próprio juiz da instância inicial para merecer mais tarde, se for possível, a reapreciação pelo próprio Supremo Tribunal Federal para que essas decisões não sejam imutáveis. Efeito vinculante não quer dizer imutabilidade da decisão, mesmo porque no nosso Direito Processual temos a ação rescisória para modificar a coisa julgada. Ao Supremo Tribunal Federal daremos competência para estabelecer, no seu Regimento Interno, as hipóteses para revogação ou revisão da Súmula e quais as pessoas que terão legitimidade para fazê-lo. Agradeço essa oportunidade a V. Ex^a.

O SR. VALMIR CAMPELO – Eu é que fico muito agradecido a V. Ex^a pelo aparte e pelos esclarecimentos como autor desse projeto que, sem dúvida nenhuma, trará benefícios à justiça do nosso País, principalmente no que diz respeito à tramitação dos processos hoje na nossa justiça que se acumulam a cada momento.

Parabéns a V. Ex^a pelo brilhante projeto apresentando.

Continuando meu pronunciamento, Sr. Presidente:

"As razões dessa lentidão da justiça são variadas e vão desde as impropriedades da legislação, que permitem a um bom advogado protelar indefinidamente o andamento de processo, até a já conhecida falta de juízes nos nossos tribunais.

Segundo a avaliação de advogados experientes, a lentidão se acentua quando se trata de ações patrocinadas ou sofridas pelo Poder Público, cujos processos na Justiça se avolumam a cada dia, notadamente no que se refere às reclamações trabalhistas do funcionalismo em geral.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não restam dúvidas de que a Justiça brasileira precisa mudar, adequar-se às exigências de uma sociedade em profundo e contínuo processo de mutação.

Precisamos encontrar meios de dar à Justiça brasileira as condições necessárias para, efetivamente, fazer-se justiça neste País.

No meu modo de ver, a Justiça tem que servir ao homem, facilitar a vida das pessoas e não ser motivo de desânimo, de esperas intermináveis por decisões que, quando exaradas, tornam-se inócuas e com efeitos muitas vezes paradoxais.

Dessa forma, quero deixar aqui um apelo aos nossos juízes, desembargadores, ministros, advogados e professores, no sentido de repensarmos a Justiça brasileira, buscando adequá-la aos desafios do terceiro milênio, tornando-a, efetivamente, um instrumento de justiça, de paz social e de desenvolvimento. Vamos humanizar, democratizar e modernizar a Justiça brasileira!

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flaviano Melo) – Concedo a palavra ao Senador Guilherme Palmeira. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Lauro Campos. (Pausa.)

O Sr. Flaviano Melo, 3º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Antonio Carlos Magalhães, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, designando para a sessão ordinária de amanhã a seguinte

ORDEM DO DIA

– 1 –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 45, DE 1996

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Recurso nº 1, de 1997)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 45, de 1996, de autoria da Senadora Marina Silva, que acrescenta § 4º ao art. 161 do Código Penal, e dá outras providências, tendo

Parecer sob nº 689, de 1996, da Comissão

– de Constituição, Justiça e Cidadania, favorável com emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta.

– 2 –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 78, DE 1996

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 172, I, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 78, de 1996, de autoria do Senador João França, que dispõe sobre a remissão de créditos tributários federais de pequeno valor, tendo

Parecer proferido em Plenário, Relator: Senador Geraldo Melo, em substituição à Comissão de Assuntos Econômicos, favorável, nos termos de substitutivo que oferece.

– 3 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 114, DE 1996

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 114, de 1996 (apresentado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania como conclusão de seu Parecer nº 618, de 1996), que declara a nulidade da compra, pela Companhia Vale do Rio Doce, das ações dos acionistas controladores da Urucum Mineração S.A., e dá outras providências.

– 4 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 1, DE 1997

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 1, de 1997 (apresentado como conclusão do Relatório nº 5, de 1996, da Comissão Especial criada nos termos do Requerimento nº 585, de 1996, destinada a apurar a situação dos garim-

peiros em Serra Pelada), que susta os efeitos da aprovação do Presidente da República à Nota Conjur/Minfra nº 24/92, através da Exposição de Motivos nº 19/92, do Ministro de Estado da Infra-Estrutura, publicada em 24 de março de 1992.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 15h26min.)

ATA DA 13ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, REALIZADA EM 6 DE MARÇO DE 1997

(Publicada no DSF, de 7 de março de 1997)

RETIFICAÇÃO

No cabeçalho da ata, à página 5044,

Onde se lê:

Ata da 13ª Sessão Não Deliberativa, em 5 de março de 1997

Leia-se:

Ata da 13ª Sessão Não Deliberativa, em 6 de março de 1997

AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

10-3-97

Segunda-feira

14h30min – Sessão Plenária do Senado Federal

16h00min – Embaixador do Brasil na França, Carlos Alberto Leite Barbosa

16h30min – Ministro Homero Santos, Presidente do TCU

17h00min – Comitiva de Mulheres Parlamentares dos EUA

ATO DO PRESIDENTE

ATO DO PRESIDENTE Nº 112, DE 1997

O Presidente do Senado Federal, no uso das competências regimentais e regulamentares que lhe foram atribuídas, RESOLVE nomear a servidora DENISE ZAIDEN SANTOS, matrícula nº 2677, para exercer o cargo, em comissão, de Diretora da Coordenação de Pesquisa e Desenvolvimento, Estudos e Projetos, do Instituto Legislativo Brasileiro ILB, Símbolo FC-8, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, a partir desta data.

Senado Federal, 10 de março de 1997. – Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente.

ATOS DO DIRETOR-GERAL**ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 372, DE 1997**

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da competência que lhe foi delegada pelo Ato da Comissão Diretora nº 12, de 31 de agosto de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 003.161/97-8, RESOLVE aposentar, voluntariamente, ELIZABETH BARBOSA MÜLLER RIBEIRO, Analista Legislativo, Área de Apoio Técnico ao Processo Legislativo, Nível III, Padrão 45, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, nos termos do artigo 40 inciso III, alínea c, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os artigos 186, inciso III, alínea c, e 67 da Lei nº 8.112, de 1990; bem assim com as vantagens previstas nos artigos 34, § 2º, e 37 da Resolução (SF) nº 42, de 1993, e na Resolução (SF) nº 76, de 1995, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, 10 de março de 1997. – **Agaciel da Silva Maia**, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 373, DE 1997

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso de suas atribuições regulamentares, RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor SILVIO HAUAGEN SOARES (matrícula nº 1684) Gestor do Contrato nº 019/97, celebrado entre o Senado Federal e a Orbel Organização de Serviços Ltda.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 10 de março de 1997. – **Agaciel da Silva Maia**, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 374, DE 1997

Delega competência para aplicação de sanções administrativas a fornecedores do Senado Federal e prorrogação de prazos de entrega de bens e conclusão de serviços.

O Diretor-Geral, no uso de suas atribuições e com base no disposto no art. 320 do Regulamento Administrativo, com a redação dada pelo art. 1º da Resolução nº 9, de 1997, RESOLVE delegar competência ao Diretor da Secretaria Administrativa para aplicar sanções administrativas a fornecedores, por atraso injustificado ou por inexecução total ou parcial de contratos, e decidir quanto à prorrogação de prazos de entrega de bens e conclusão de serviços sem ônus para a Administração.

Senado Federal, 10 de março de 1997. – **Agaciel da Silva Maia**, Diretor-Geral.

<p>MESA Presidente Antonio Carlos Magalhães - PFL - BA</p> <p>1º Vice-Presidente Geraldo Melo - PSDB - RN</p> <p>2º Vice Presidente Júnia Marise - Bloco - MG</p> <p>1º Secretário Ronaldo Cunha Lima - PMDB - PB</p> <p>2º Secretário Carlos Patrocínio - PFL - TO</p> <p>3º Secretário Flaviano Melo - PMDB - AC</p> <p>4º Secretário Lucídio Portella - PPB - PI</p> <p>Suplentes de Secretário</p> <p>1ª - Emilia Fernandes - PTB - RS 2º - Lúdio Coelho - PSDB - MS 3º - Joel de Hollanda - PFL - PE 4ª - Marluce Pinto - PMDB - RR</p> <p>CORREGEDORIA PARLAMENTAR Corregedor (Eleito em 16-3-95) Romeu Tuma - PFL - SP</p> <p>Corregedores - Substitutos (Eleito em 16-3-95)</p> <p>1º - Senador Ramez Tebet - PMDB - MS 2º - Senador Joel de Hollanda - PFL - PE 3º - Senador Lúcio Alcântara - PSDB - CE</p>	<p>PROCURADORIA PARLAMENTAR</p> <p>(Designação : 16 e 23-11-95) Nabor Junior - PMDB - AC Waldeck Ornelas - PFL - BA Emilia Fernandes - PTB - RS José Ignácio Ferreira - PSDB - AC Lauro Campos - Bloco - DF</p> <p>LIDERANÇA DO GOVERNO</p> <p>Líder Élcio Alvares - PFL - ES</p> <p>Vice-Líderes José Roberto Arruda - PSDB - DF Vilson Kleinübing - PFL - SC Ramez Tebet - PMDB - MS</p> <p>LIDERANÇA DO PFL</p> <p>Líder Hugo Napoleão</p> <p>Vice-Líderes Edison Lobão Francelino Pereira Gilberto Miranda Romero Jucá Romeu Tuma</p> <p>LIDERANÇA DO PMDB</p> <p>Líder Jáder Barbalho</p> <p>Vice-Líderes Nabor Júnior Gerson Camata Carlos Bezerra Ney Suassuna Gilvam Borges Fernando Bezerra</p>	<p>LIDERANÇA DO PSDB</p> <p>Líder Sergio Machado</p> <p>Vice-Líderes José Ignácio Ferreira Lúdio Coelho</p> <p>LIDERANÇA DO BLOCO DE OPOSIÇÃO</p> <p>Líder José Eduardo Dutra Vice-Líderes Sebastião Rocha Antonio Carlos Valadares Roberto Freire</p> <p>LIDERANÇA DO PPB</p> <p>Líder Epitacio Cafeteira</p> <p>Vice-Líderes Leomar Quintanilha Esperidião Amim</p> <p>LIDERANÇA DO PTB</p> <p>Líder Valmir Campelo</p> <p>Vice-Líder Regina Assumpção</p>
--	--	--

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Eleito em 19-4-95)

Presidente : Casildo Maldaner - PMDB - SC
Vice-Presidente: José Alves - PFL -SE
(Eleitos em 28-2-96)

Titulares

Suplentes

PFL

1. Elcio Alvares
2. Francelino Pereira
3. Waldeck Ornelas
4. José Alves

1. José Agripino
2. Carlos Patrocinio
3. Vilson Kleinübing
4. José Bianco

PMDB

1. Casildo Maldaner
2. Ramez Tebet
3. Nabor Júnior
4. Ney Suassuna

1. Onofre Quinan
2. Gerson Camata
3. Flaviano Melo
4. Coutinho Jorge

PSDB

1. Lúcio Alcântara
2. (Vago)

1. Jefferson Peres
2. José Ignácio Ferreira

PPB (Ex- PPR + Ex-PP)

1. Epitacio Cafeteira
2. Osmar Dias

1. Lucídio Portella

PTB

1. Emilia Fernandes

1. Arlindo Porto (afastado por exercer cargo de Ministro de Estado)

PP

1. Osmar Dias

1. Antônio Carlos Valadares

PT

1. Marina Silva

1. Lauro Campos

PDT

1. (Vago)

1. Sebastião Rocha

Membro Nato
Romeu Tuma (Corregedor)

**SECRETARIA -GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES**

Diretora: CLEIDE MARIA B. F. CRUZ

Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

**SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE
INQUÉRITO**

Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO

Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários: ADRIANA TAVARES SOBRAL (Ramal: 4251)
FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal: 3508)
MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3623)
MARTA HELENA PINTO F. PARENTE (Ramal: 3501)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

Chefe: JOSÉ ROBERTO ASSUMPÇÃO CRUZ

Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários: EDNALDO MAGALHÃES SIQUEIRA (Ramal: 3520)
IVANILDE PEREIRA DIAS (Ramal: 3503)
JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)
MARIA DE FÁTIMA M. DE OLIVEIRA (Ramal: 4256)
SÉRGIO DA FONSECA BRAGA (Ramal: 3502)
WILL DE MOURA WANDERLEY (Ramal: 3509)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: FRANCISCO GUILHERME THEES RIBEIRO

Ramais: 4638 - 3492 Fax: 4573

Secretários: _____ (Ramal: 4604)
CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)
DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605)
JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO (Ramal: 3935)
PAULO ROBERTO A. CAMPOS (Ramal: 3496)
RAIMUNDO FRANCO DINIZ (Ramal: 4608)
VERA LÚCIA LACERDA NUNES (Ramal: 4609)

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

PRESIDENTE: (VAGO)
VICE-PRESIDENTE: (VAGO)
(27 TITULARES E 27 SUPLENTEs)

TITULARES		SUPLENTEs	
PFL			
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12	1-ROMERO JUCÁ	RR-2111/12
VILSON KLEINÜBING	SC-2041/42	2-HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/86
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	3-JOSÉ BIANCO	RO2231/32
BELLO PARGA	MA-3069/70	4-ÉLCIO ALVARES	ES-3130/31
FREITAS NETO	PI-2131/32	5-EDISON LOBÃO	MA-2311/12
ODACIR SOARES	RO-3218/20	6-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74
JONAS PINHEIRO	MT-2271/72	7-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98
WALDECK ORNELAS	BA-2211/12	8 JÚLIO CAMPOS	MT-4064/65
PMDB			
GILVAM BORGES	AP-2151/52	1-JADER BARBALHO	PA-3041/43
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67	2-MARLUCE PINTO	RR-1101/1201
NEY SUASSUNA	PB-1145/1245	3-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
ONOFRE QUINAN	GO-3148/49	4-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02
CARLOS BEZERRA	MT-2291/92	5-PEDRO SIMON	RS-3230/31
RAMEZ TEBET	MS-2221/22	6-CASILDO MALDANER	SC-2141/42
VAGO		7-GERSON CAMATA	ES-3203/04
PSDB			
SERGIO MACHADO	CE-2281/85	1-TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/94
COUTINHO JORGE	PA-1026/1226	2-BENI VERAS	CE-3242/43
JEFFERSON PERES	AM-2061/62	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
JOSÉ SERRA	SP-2351/52	4-LÚDIO COELHO	MS-2381/82
OSMAR DIAS	PR-2124/25	5-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF- 2011/12
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
EDUARDO SUPLYCY	SP-3213/15	1-JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/92
LAURO CAMPOS	DF-2341/42	2-SEBASTIÃO ROCHA	AP-2244/46
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/02	3- ROBERTO FREIRE	PE-2161/67
ANTONIO C. VALADARES	SE- 2201/02	4- ABDIAS NASCIMENTO	RJ-1121/4229
PPB			
ESPERIDIAO AMIN	SC-4200/06	1-EPITACIO CAFETEIRA	MA-1402/11
LEVY DIAS	MS-1128/1228	2-LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/77
PTB			
JOSÉ EDUARDO	PR-4059/60	1-VALMIR CAMPELO	DF-1046/1146

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIO: DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3516/4605

SALA Nº 19 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3255
FAX: 311-4344

Atualizada em: 10-3-97

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

PRESIDENTE: (VAGO)

VICE-PRESIDENTE: SENADOR CARLOS WILSON
(29 TITULARES E 29 SUPLENTEs)

TITULARES		SUPLENTEs	
PFL			
ROMERO JUCÁ	RR-2111/17	1-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77	2-JOSÉ BIANCO	RO-2231/37
JOSÉ ALVES	SE-4055/57	3-FREITAS NETO	PI-2131/37
BELLO PARGA	MA-3069/72	4-JÚLIO CAMPOS	MT-4064/65
WALDECK ORNELAS	BA-2211/17	5-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
EDISON LOBÃO	MA-2311/17	6-BERNARDO CABRAL	AM-2081/87
ODACIR SOARES	RO-1031/1129	7-ROMEU TUMA	SP-2051/57
VAGO		8-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
VAGO		9-VAGO	
PMDB			
CARLOS BEZERRA	MT- 2291/97	1-JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78
GILVAM BORGES	AP-2151/57	2-HUMBERTO LUCENA	PB-3139/40
JOÃO FRANÇA	RR-3067/4078	3-ONOFRE QUINAN	GO-3148/49
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	4-JOSÉ SARNEY	AP-3429/31
MAURO MIRANDA	GO-2091/97	5-RENAN CALHEIROS	AL-2261/70
NABOR JUNIOR	AC-1478/1378	6-VAGO	
VAGO		7-VAGO	
VAGO		8-VAGO	
PSDB			
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	1-ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/37
OSMAR DIAS	PR-2124/25	2-BENI VERAS	CE-1149
LÚDIO COELHO	MS-2381/87	3-SERGIO MACHADO	CE-2281/87
CARLOS WILSON	PE-2451/57	4-COUTINHO JORGE	PA-1026/1226
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/16	5-JEFFERSON PERES	AM-2061/67
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77	1-JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/97
MARINA SILVA	AC-2181/87	2-LAURO CAMPOS	DF-2341/47
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/07	3-ABDIAS NASCIMENTO	RJ-1121/4229
SEBASTIÃO ROCHA	AP-2244/46	4-ROBERTO FREIRE	PE-2161/67
PPB			
ERNANDES AMORIM	RO-2051/57	1-EPITACIO CAFETERIA	MA-4073/74
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/76	2-ESPERIDIÃO AMIN	SC-4200/06
PTB			
VALMIR CAMPELO	DF-1248/1348	1-EMILIA FERNANDES	RS-2331/37

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
SECRETÁRIO: RAYMUNDO FRANCO DINIZ
FONES DA SECRETARIA: 311- 4608/3515SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3359
FAX: 311-3652

Atualizada em: 10-3-97

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

PRESIDENTE: SENADOR BERNARDO CABRAL

VICE-PRESIDENTE: SENADOR RAMEZ TEBET

(23 TITULARES E 23 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
PFL			
GUILHERME PALMEIRA	AL-3234/47	1-ÉLCIO ALVARES	ES-3130/32
EDISON LOBÃO	MA-2311/17	2-ROMERO JUCÁ	RR-2111/17
JOSÉ BIANCO	RO-2231/37	3-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	4-HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/80
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17	5-FREITAS NETO	RN-2131/37
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	6-BELLO PARGA	MA-3069/72
ROMEU TUMA	SP-2051/52	7-ODACIR SOARES	RO-3218/20
PMDB			
IRIS REZENDE	GO-2031/37	1-JADER BARBALHO	PA-3051/53
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	2-NEY SUASSUNA	PB-4345/46
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07	3-CARLOS BEZERRA	MT-2291/97
RAMEZ TEBET	MS-2221/27	4- CASILDO MALDANER	SC-2141/47
PEDRO SIMON	RS-3230/32	5-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/2467
RENAN CALHEIROS	AL-2261/2267	6-GILVAM BORGES	AP-2151/52
PSDB			
JEFFERSON PERES	AM-2061/67	1-SERGIO MACHADO	CE-2284/87
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2121/24	2- JOSÉ SERRA	SP-2351/52
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	3-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/17
BENI VERAS	CE-3242/43	4-ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/36
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04	1-ADEMIR ANDRADE	PA-2101/07
ROBERTO FREIRE	PE-2161/67	2-SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/47
JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/97	3-MARINA SILVA	AC-2181/87
PPB			
ESPERIDIÃO AMIN	SC-4206/07	1-LEVY DIAS	MS-1128/1228
EPITACIO CAFETEIRA	MA-4073/74	2-LEOMAR QUINTANILHA	TO-2073/74
PTB			
REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/27	1-VALMIR CAMPELO	DF-1248/1348

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIA: VERA LÚCIA LACERDA NUNES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612

SALA Nº 03 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3541
FAX: 311- 4315

Atualizada em: 10-3-97

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
 PRESIDENTE: SENADOR ROBERTO REQUIÃO
 VICE-PRESIDENTE: SENADORA EMÍLIA FERNANDES
 (27 TITULARES E 27 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
PFL			
JÚLIO CAMPOS	MT-4064/65	1-BERNARDO CABRAL	AM-2081/87
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/86	2-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/42
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98	3-EDISON LOBÃO	MA-2311/12
ÉLCIO ALVARES	ES-3130/31	4- FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	5-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05
VAGO		6-JONAS PINHEIRO	MT-2271/77
VAGO		7-WALDECK ORNELAS	BA-2211/12
VAGO		8-VAGO	
PMDB			
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	1-RAMEZ TEBET	MS-2221/27
IRIS REZENDE	GO-2031/32	2-ONOFRE QUINAN	GO-3148/49
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02	3-NEY SUASSUNA	PB-1145/1245
GERSON CAMATA	ES-3203/04	4-NABOR JUNIOR	AC-1478/1378
JOSÉ SARNEY	AP-3429/31	5-RENAN CALHEIROS	AL-2261/2267
JOÃO FRANÇA	RR-3067/4078	6-VAGO	
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	7-VAGO	
PSDB			
ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/37	1-JEFFERSON PERES	AM-2061/67
COUTINHO JORGE	PA-1026/1226	2-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2121/24
SERGIO MACHADO	CE-2281/87	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/95	4-CARLOS WILSON	PE-2451/57
BENI VERAS	CE-3242/43	5-JOSÉ SERRA	SP-2351/52
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
LAURO CAMPOS	DF-2341/42	1-BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/72
MARINA SILVA	AC-2181/82	2-ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/02
SEBASTIÃO ROCHA	AP-2244/46	3-VAGO	
ABDIAS NASCIMENTO	RJ-1121/4229	4-VAGO	
PPB			
LEVY DIAS	MS-1128/1228	1-ESPERIDIÃO AMIN	SC-4200/06
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/76	2-ERNANDES AMORIM	RO-2051/57
PTB			
EMILIA FERNANDES	RS-2331/32	1-REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/22

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
 SECRETÁRIO:
 TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604

SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276
 FAX: 311-3121

Atualizada em: 10-3-97

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

PRESIDENTE: SENADOR EDISON LOBÃO

VICE-PRESIDENTE: (VAGO)

(17 TITULARES E 09 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
PFL			
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	1-ODACIR SOARES	RO-3218/20
JOSÉ ALVES	SE-4055/57	2-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
EDISON LOBÃO	MA-2311/17	3-VAGO	
JOÃO ROCHA	TO-4070/71		
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05		
PMDB			
ONOFRE QUINAN	GO-3148/49	1-GILVAM BORGES	AP-2151/57
NEY SUASSUNA	PA-1145/1245	2-JOÃO FRANÇA	RR-3067/4078
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/40		
JADER BARBALHO	PA-3041/43		
PSDB			
BENI VERAS	CE-3242/43	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2121/24
CARLOS WILSON	PE-2451/57	2-COUTINHO JORGE	PA-1026/1226
JOSÉ SERRA	SP-2351/52		
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
EDUARDO SUPLICY	SP-3213/15	1-BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77
VAGO			
PPB			
EPITACIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-ERNANDES AMORIM	RO-2051/57
PTB			
VALMIR CAMPELO	DF-1248/1348		

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:30 HORAS
SECRETÁRIO: JOSE FRANCISCO B. CARVALHO
TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519

SALA Nº 06 ALA SENADOR NILO COELHO
TEL. SALA DE REUNIÃO: 311-3254
FAX: 311-1060

Atualizada em: 10-3-97

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ AGRIPINO
VICE-PRESIDENTE: SENADORA REGINA ASSUMPÇÃO
(23 TITULARES E 23 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PFL			
FREITAS NETO	PI-2131/2137	1- JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/3174
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/2367	2- JONAS PINHEIRO	MT-2271/2277
ROMERO JUCÁ	RR-2111/2117	3- GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/3247
VILSON KLEINÜBING	SC-2041/2047	4- WALDECK ORNELAS	BA-2211/2217
ÉLCIO ALVARES	ES-3130/3132	5- JOSÉ ALVES	SE-4055/4057
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/3199	6-ROMEU TUMA	SP-2051/57
VAGO		7-GILBERTO MIRANDA	AM-1166/3104
PMDB			
NABOR JÚNIOR	AC-1478/1378	1-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/2407
MAURO MIRANDA	GO-2091/2097	2-RAMEZ TEBET	MS-2221/27
RENAN CALHEIROS	AL-2261/2270	2-CARLOS BEZERRA	MT-2291/2297
GERSON CAMATA	ES-3203/ 3204	4-IRIS REZENDE	GO-2031/37
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/4062	5-JOSÉ SARNEY	AP-2351/52
MARLUCE PINTO	RR-1101/4062	6-HUMBERTO LUCENA	PB--3139/41
PSDB			
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/2027	1-CARLOS WILSON	PE-2451/2457
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/2017	2-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/95	3-OSMAR DIAS	PR-2121/2127
JOSÉ SERRA	SP-2351/52	4-LÚDIO COELHO	
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/2397	1-ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/07
VAGO		2-EDUARDO SUPPLY	SP-3212/15
VAGO		3-LAURO CAMPOS	DF-2341/47
PPB			
LEVY DIAS	MS-1128/1228	1-ESPERIDIÃO AMIN	SC-1123/1223
ERNANDES AMORIM	RO-2251/57	2- EPITACIO CAFETEIRA	MA-1411/4073
PTB			
REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/2327	1-EMILIA FERNANDES	RS-2331/37

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
SECRETÁRIO: CELSO PARENTE
TEL. DA SECRETARIA: 311-4354/4607

SALA Nº 13 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311- 3292 (FAX)
FAX: 311-3286

Atualizada em: 10-3-97

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: (VAGO)
VICE-PRESIDENTE: (VAGO)
(19 TITULARES E 19 SUPLENTE)

TITULARES**SUPLENTE**

PFL			
GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/99
HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/79	2-BELLO PARGA	MA-3069/72
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67	3-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	4-JOSÉ ALVES	SE-4055/57
ROMEU TUMA	SP-2051/57	5-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/47
JOSÉ BIANCO	RO-2231/32	6-VAGO	

PMDB			
JOSÉ SARNEY	AP-3429/31	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/4062
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/41	2-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
PEDRO SIMON	RS-3230/31	3-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	4-GERSON CAMATA	ES-3203/04
JADER BARBALHO	PA-3051/53	5-IRIS REZENDE	GO-2031/37

PSDB			
ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/36	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27
CARLOS WILSON	PE-2451/57	2-TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/95
LÚDIO COELHO	MS-2381/87	3-OSMAR DIAS	PR-2121/27

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77	1-EDUARDO SUPPLY	SP-3215/16
ABDIAS NASCIMENTO	RJ-3188/89	2-ADEMIR ANDRADE	PA-2101/02
ROBERTO FREIRE	PE-2161/62	3-MARINA SILVA	AC-2181/82

PPB			
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2171/72	1-LEVY DIAS	MS-1128/1228

PTB			
EMILIA FERNANDES	RS-2331/34	1-REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/2321

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIO: PAULO ROBERTO A. CAMPOS
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3259/3496

SALA Nº 07 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3367
FAX: 311-3546

Atualizada em: 10-3-97

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
(SEÇÃO BRASILEIRA)
(Designação em 25-04-95)

Presidente: Deputado PAULO BORNHAUSEN
Vice-Presidente: Senador CASILDO MALDANER
Secretário-Geral: Senador LÚDIO COELHO
Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROGÉRIO SILVA

SENADORES

Titulares		Suplentes
	PMDB	
José Fogaça		Marluce Pinto (1)
Casildo Maldaner		Roberto Requião
	PFL	
Vilson Kleinübing		Joel de Hollanda
Romero Jucá		Júlio Campos
	PSDB	
Lúdio Coelho		Geraldo Melo
	PPB	
Esperidião Amin		
	PTB	
Emilia Fernandes		

- **1 Pedro Simon substituído por Marluce Pinto, em 2-10-95**
2 Filiado ao PSDB, em 22-6-95.
3 Rogério Silva substituído por Júlio Redecker, em 31-5-95.
4 Júlio Redecker substituído por Fetter Júnior, em 1-2-96

PP

Osmar Dias(2)

PT

Benedita da Silva
Eduardo Suplicy
Lauro Campos

DEPUTADOS

Titulares

Bloco Parlamentar PFL/PTB

Luciano Pizzatto
 Paulo Bornhausen

PMDB

Paulo Ritzel
 Valdir Colatto

PSDB

Franco Montoro

PPB

Fetter Júnior(3,4)

PP

Dilceu Sperafico

PT

Miguel Rossetto

Suplentes

Antônio Ueno
 José Carlos Vieira

Elias Abrahão
 Rivaldo Macari

Yeda Crusius

João Pizzolatti

Augustinho Freitas

Luiz Mainardi

REGIMENTO INTERNO – SENADO FEDERAL (R\$ 10,00)

Edição especial de 1995.

Resolução nº 93, de 1970. Texto consolidado, com as alterações adotadas pelas Resoluções nºs 51, 58 e 63, de 1989, e 1, 9, 17 e 52, de 1990.

REGIMENTO COMUM (CONGRESSO NACIONAL) (R\$ 5,00)

Edição de 1995.

Resolução nº 1/70 CN com alterações posteriores.

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nºs 1, 10, 12, 17, 22, 82 A 84, 88 A 108, 110 A 127. (R\$ 12,50 o volume)

Publicação trimestral de artigos jurídicos e técnico-legislativos com circulação ininterrupta desde 1964.

SENADO & CONGRESSO (R\$ 5,00)

Edição de 1995.

Proposições Legislativas, Tramitação, 1995.

Outros títulos

ESTUDOS DA INTEGRAÇÃO (R\$ 5,00 o volume)

1º Volume: Defesa da concorrência no Mercosul – Professor Werter Faria; *2º Volume:* A Defesa contra as práticas desleais na Europa – Um exemplo a seguir? – Professor Werter Faria; *3º Volume:* O regime comum de origem no Mercosul; *4º Volume:* ZPEs brasileiras – A necessidade de mudanças no contexto do Mercosul; *5º Volume:* Disciplina da concorrência de controle das concentrações de empresas no Mercosul; *6º Volume:* Os efeitos do artigo 98 do Código Tributário Nacional e o Processo de Integração do Mercosul; *7º Volume:* O estabelecimento de uma política comum de proteção do meio ambiente – sua necessidade num mercado comum; *8º Volume:* Harmonização Legislativa no Mercosul.

LEI DE EXECUÇÃO PENAL E LEGISLAÇÃO CORRELATA (R\$ 10,00)

Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Código Penal e Código de Processo Penal. Lei das Contravenções Penais, de Prevenção e Repressão ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e sobre Crimes Hediondos. Resoluções da ONU sobre prevenção do delito e tratamento dos reclusos.

OBRA SOCIAL E POLÍTICA DE ALBERTO PASQUALINI (R\$ 25,00)

Edição de 1994. 4 volumes.

LEGISLAÇÃO ELEITORAL E PARTIDÁRIA (R\$ 12,00)

10ª edição atualizada, 1994.

Código Eleitoral. Lei de Inelegibilidade. Lei Orgânica dos Partidos Políticos. Eleições de 1994. Legislação correlata. Calendário eleitoral.

Pedidos à

Subsecretaria de Edições Técnicas – Senado Federal. Praça dos Três Poderes, Via N-2, Unidade de Apoio III. CEP 70165-900. Brasília-DF. Telefones: (061) 311-4258 e 321-7333. Telex: (061) 1357

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA
nº 126 · abril/junho – 1995

Leia neste número:

Uma visão crítica do Direito – André Franco Montoro

Processo orçamentário federal: problemas, causas e indicativos de solução – Osvaldo Maldonado Sanches

Expropriação dos bens utilizados para fins de tráfico ilícito de entorpecentes – Edilson Pereira Nobre Júnior

Ministério Público do Trabalho: prerrogativas do ofício são comunicáveis à sua atuação como parte? – José Pitas

Barreira legal nos sistemas eleitorais proporcionais – Ricardo Rodrigues

A imunidade dos fundos de pensão e o mercado de capitais – Arnold Wald

Pena sem prisão: prestação de serviços à comunidade – Fernando da Costa Tourinho Neto

O recurso especial e as decisões interlocutórias desafiadoras por agravo de instrumento – Demócrito Ramos Reinaldo

Consulta e parecer – René Ariel Dotti

A exoneração tributária dos aposentados e pensionistas – Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho

Evolução do Direito Constitucional brasileiro e o controle de constitucionalidade da lei – Gilmar Ferreira Mendes

Considerações acerca da constitucionalidade na expedição de medidas provisórias versando matéria orçamentária pública (Nota técnica nº 1/95) – Robison Gonçalves de Castro

Requisitos par Ministro e Conselheiro de Tribunal de Contas – Jorge Ulisses Jacoby Fernandes

Os princípios informadores do contrato de compra e venda internacional na Convenção de Viena de 1980 – Judith Martins-Costa

A defesa da concorrência no Mercosul – José Matias Pereira

Ônus sucumbenciais. Situações controvertidas. – Élio Wanderley de Siqueira Filho

Das Disposições Constitucionais Transitórias (uma redução teórica) – Ivo Dantas

Notas sobre a exegese do artigo 102, I, n, da Constituição Federal – Antônio Vital Ramos de Vasconcelos

O civilista Arnoldo Wald – Fernando Whitaker da Cunha

Derecho penal como tecnología social (Notas sobre las contradicciones del sistema penal) – Juan Marcos Rivero Sanchez

Da codificação à lei civil brasileira – Fernando Braga

O direito eleitoral português – Jorge Miranda

Licitação: pontos polêmicos – Toshio Mukai

A intervenção do Estado brasileiro e a política oligárquica na república velha – Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha

Biblioteca e constituição – Sueli Angelica do Amaral

O princípio da responsabilidade objetiva do Estado e a teoria do risco administrativo – Heleno Taveira Torres

A legitimação do Parlamento para função fiscal – Iris Eliete Teixeira Neves de Pinho Tavares

Liderança: uma nova visão – Tânia Mara Botelho

Agamemnon Magalhães. O estadista do social, o administrador, o pensamento político – Jarbas Maranhão

Da Jurisprudência como ciência compreensiva. A dialética do compreender mediante o interpretar – Miracy Barbosa de Sousa Gustin

ASSINATURA DA REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

Números 125 a 128: R\$ 50,00

Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à agência APT-Senado. Neste valor já estão incluídos os preços postais referentes à remessa através da ECT.

Nome:

Endereço:

Cidade: UF: Telefone: Fax: Telex:

Data: Assinatura:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA
nº 127 · julho/setembro – 1995

Leia neste número:

Direitos e garantias fundamentais – Josaphat Marinho

A introdução da Lex Mercatoria no Brasil e a criação de uma nova dogmática – Arnaldo Wald

Justiça Militar: por que sim e por que não? Competência – Álvaro Lazzarini

A Constituição e a educação brasileira – Edivaldo M. Boaventura

A função judicante do Poder Legislativo no Brasil – Paulo Lopo Saraiva

Direito à moradia – Sérgio Sérvulo da Cunha

Dos efeitos da falência decretada no estrangeiro – Edilson Pereira Nobre Júnior

Apropriação indébita em matéria tributária – Carlos Alberto da Costa Dias

A incidência da Cofins sobre o faturamento de empresas de incorporação de venda de imóveis – Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho

A união estável e a Lei nº 8.971, de 29 de dezembro de 1994 – Otto Eduardo Vizeu Gil

Defesa de direitos coletivos e defesa coletiva de direitos – Teori Albino Zavascki

Revisão do decênio da Reforma Penal (1985-1995). Considerações sobre a “Execução Provisória da Sentença Penal” – Maurício Kuehne

A contribuição da Justiça Eleitoral para o aperfeiçoamento da democracia – José Augusto Delgado

Uma leitura jurídica da prostituição infantil – Josiane Rose Petry Veronese

Contratação direta: dispensa de licitação com base no art. 24, inc. VIII, da Lei nº 8.666/93 – Jorge Ulisses J. Fernandes

Empresa agrária e estabelecimento agrário – Fábio Maria de-Mattia

Neoliberalismo e desadministrativização – Gladston Mamede

Prestação de contas – instrumento de transparência da Administração – Flávio Sátiro Fernandes

Regimes de concorrência e políticas de concorrência na América Latina: o caso do Mercosul – José Matias Pereira

A evolução jurisprudencial dos sistemas regionais internacionais de proteção aos direitos humanos – Jete Jane Fiorati

Contribuições sociais: a certidão positiva de débito com efeito de negativa em face do § 3º do art. 195 da Constituição Federal – Fabiana de Menezes Soares

Invalidação “ex officio” dos atos administrativos pelo juiz – José Américo A. Costa

A discricionariedade administrativa e o controle judicial de seus limites – Amandino Teixeira Nunes Júnior

O contrato com cláusula de risco para exploração de petróleo no Brasil – Thadeu Andrade da Cunha

A Corte Internacional de Justiça e o caso Estados Unidos - Nicarágua – Fredys Orlando Sorto

Lei sobre o Tribunal Constitucional Federal Alemão. (Lei do Tribunal Constitucional Federal) – Luis Afonso Heck

IX Congresso Latino-Americano de Direito Romano (Jalapa-México). Romanismo e indigenismo dos juristas latino-americanos – Sílvia Meira

A Responsabilidade do Estado-Juiz – Rogério Marinho Leite Chaves

Da correção monetária dos débitos judiciais trabalhistas – José Pitas

ASSINATURA DA REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

Números 125 a 128: R\$ 50,00

Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à agência APT-Senado. Neste valor já estão incluídos os preços postais referentes à remessa através da ECT.

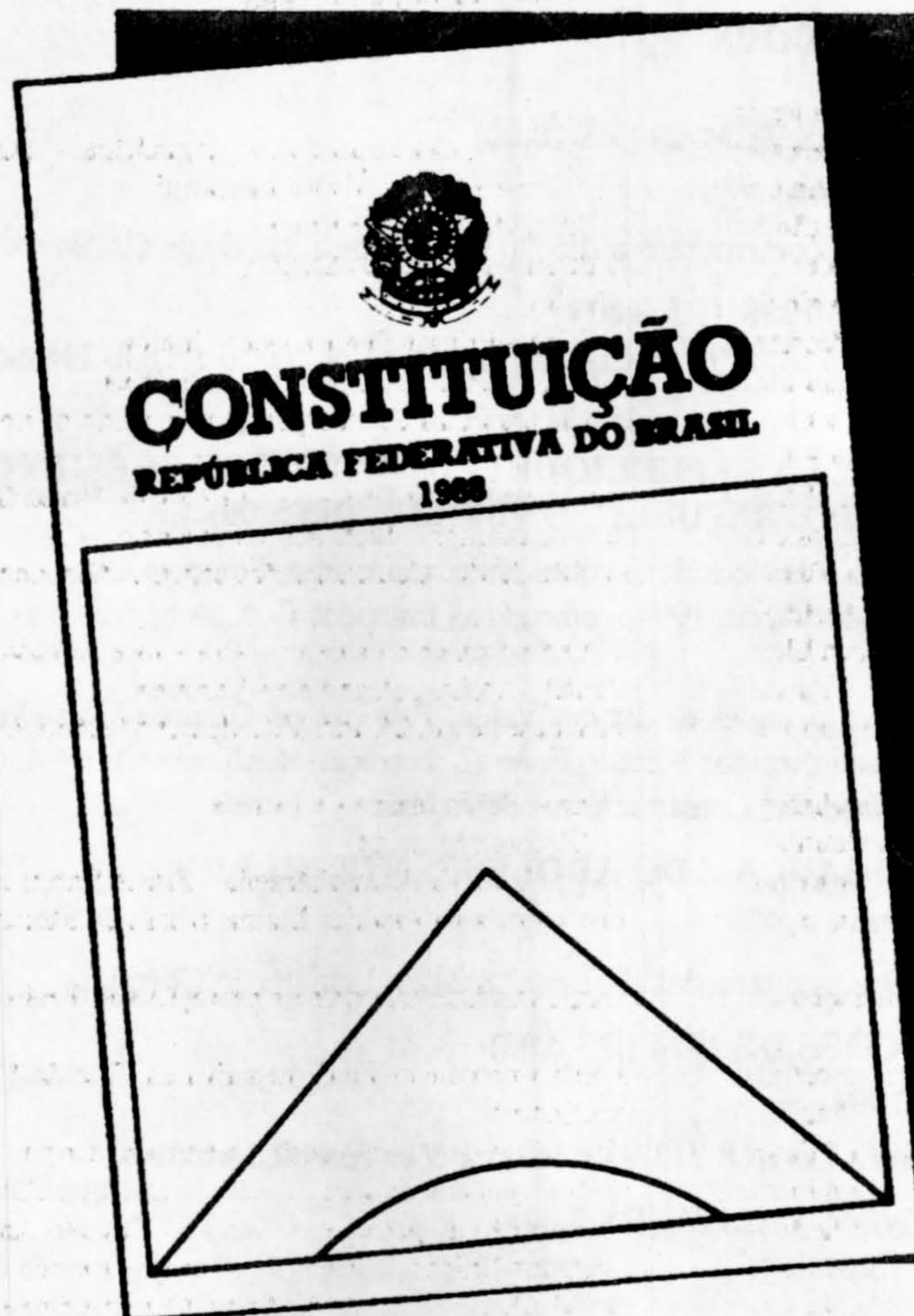
Nome:

Endereço:

Cidade: UF: Telefone: Fax: Telex:

Data: Assinatura:

**SUBSECRETARIA de Edições Técnicas
do SENADO Federal**



**CONSTITUIÇÃO FEDERAL ATUALIZADA COM TODAS AS MUDANÇAS EFETUADAS
DESDE A SUA ELABORAÇÃO EM 1988, INCLUÍDAS, INCLUSIVE, TODAS AS
EMENDAS CONSTITUCIONAIS DE REVISÃO.**

Os pedidos à

Subsecretaria de Edições Técnicas — Senado Federal

Praça dos Três Poderes, Anexo 1, 22.º andar — 70165-900 — Brasília — DF

Telefones: (061) 311-3578, 3579 e 3589

Fax: (061) 311-4258 e 321-7333 — Telex: (061) 1357

Central de venda direta ao usuário:

**Via N-2, Unidade de Apoio 1 (fundos do CEGRAF, pelo estacionamento à
esquerda)**

Novas publicações

CANUDOS E OUTROS TEMAS (R\$ 10,00)

Euclides da Cunha.

Edição de 1994 comemorativa dos 90 anos de publicação de *Os Sertões*.

CONSTITUIÇÃO DE 1988 (R\$ 5,00)

Edição atualizada em 1995 contendo as Emendas Constitucionais e as Emendas Constitucionais de Revisão.

CONSTITUTION DE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL / CONSTITUTION OF THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL (R\$ 5,00)

Tradução para o francês de Jacques Villemain e Jean-François Cleaver (Tradutor do Senado Federal) da edição atualizada em 1994, contendo as Emendas Constitucionais e as Emendas Constitucionais de Revisão.

Tradução para o inglês de Istvan Vajda, Patrícia de Queiroz Carvalho Zimbres e Vanira Tavares de Souza, tradutores dos Senado Federal, da edição atualizada em 1994, contendo as Emendas Constitucionais e as Emendas Constitucionais de Revisão.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (R\$ 5,00)

Edição de 1995.

Lei nº 8.069 e as alterações da Lei nº 8.242 e Legislação Correlata.

GUIA DAS ELEIÇÕES DE 1994 (R\$ 3,00)

Edição de 1994.

Comentários à Lei nº 8.713/93 e informações complementares.

LEGISLAÇÃO INDIGENISTA (R\$ 5,00)

Edição de 1993.

Coletânea de textos jurídicos e legislação correlata relativos aos direitos indígenas.

LICITAÇÕES, CONCESSÕES E PERMISSÕES NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (R\$ 5,00)

Edição de 1995.

Leis 8.666/93, 8.883/94, 8.987/95, texto da Constituição federal sobre matéria e Legislação Complementar.

RELATORIA DA REVISÃO CONSTITUCIONAL (R\$ 45,00 a coleção)

Edição de 1994.

Série com 03 volumes – Pareceres produzidos (histórico)

REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS E LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR (R\$ 5,00)

Edição de 1995.

Dispõe sobre o regime jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais e Legislação Complementar.

Pedidos à

Subsecretaria de Edições Técnicas – Senado Federal. Praça dos Três Poderes, Via N-2, Unidade de Apoio III. CEP 70165-900. Brasília-DF. Telefones: (061) 311-4258 e 321-7333. Telex: (061) 1357

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

PREÇO DE ASSINATURA

SEMESTRAL

Assinatura s/ o porte.....	R\$ 31,00
Porte do Correio	R\$ 96,60
Assinatura c/porte	R\$ 127,60 (cada)
Valor do número avulso	R\$ 0,30

Os pedidos devem ser acompanhados de cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal – Agência 1386 – PAB-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2 e/ou pelo Banco do Brasil – Agência 0452-9 – CENTRAL, conta corrente nº 55560204/4, a favor do

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes – Brasília – DF
CEP: 70160-900

Maiores informações pelos Telefones (061) 311-3738 e 311-3728 na Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações – Coordenação de Atendimento ao Usuário.



EDIÇÃO DE HOJE: 136 PÁGINAS